



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Contratação de empresa de engenharia para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva continuados nos imóveis ocupados ou a serem ocupados pelas unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, conforme listagem das unidades contidas no Anexo A, bem como de serviços sob demanda, abrangendo o fornecimento de mão de obra, insumos, peças, materiais e ferramentas necessários ao atendimento da contratação, sem previsão de postos de trabalho (sem dedicação exclusiva de mão de obra).

A contratação prevê pagamento fixo mensal, relativo à prestação dos serviços de Supervisão Técnica Predial (STP), desempenhados por um profissional com formação em Engenharia Civil ou Arquitetura, e execução de Serviços Integrados de Manutenção Preventiva e Reparos (SIMPRES), que abrangem as manutenções preventivas e corretivas ordinárias, emergenciais ou programadas, realizados prioritariamente pela equipe técnica mínima essencial, composta por 01 Encarregado Geral, 01 Oficial Eletricista, 01 Oficial de Manutenção Geral e 01 Ajudante de Manutenção Especializado, bem como os serviços sob demanda, quando aplicável.

As intervenções corretivas e os serviços executados sob demanda, quando realizados de forma desvinculada do escopo regular dos SIMPRES, assim como os materiais e insumos efetivamente empregados nessas atividades, serão objeto de medição variável e pagamento mensal, conforme a execução.

Está prevista a possibilidade de repasse de valores para cobrir despesas relacionadas a deslocamentos e diárias, além da alocação de mão de obra adicional à equipe mínima estabelecida, inclusive por meio de subcontratação, quando necessário e mediante aprovação da Fiscalização técnica.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

2.1. Descrição detalhada dos itens ou serviços / Requisitos Técnicos e Essenciais do Objeto

2.1. Das Definições

CONTRATADA: empresa proponente declarada vencedora no processo licitatório e com a qual foi formalizado o respectivo contrato.



CONTRATANTE: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

DOCUMENTO DE AUTORIZAÇÃO INICIAL (DAI): documento expedido pela gestão do contrato, o qual determina o início formal da execução dos serviços previstos no contrato.

EQUIPE TÉCNICA MÍNIMA ESSENCIAL: equipe formada por profissionais encarregados pela execução de serviços de manutenção preventivos e corretivos (SIMPRE), sejam executados durante a vistoria técnica periódica, sejam realizados de forma programada ou em regime de emergência, em caso de viabilidade e disponibilidade técnica.

GESTOR DO CONTRATO: servidor representante da unidade requisitante, responsável pela coordenação e pelo comando das atividades relacionadas à gerência da contratação e à gerência das respectivas fiscalizações de atribuição do fiscal requisitante, técnico, administrativo e/ou setorial e ao encaminhamento da documentação pertinente à área competente, para formalização dos procedimentos de repactuação, reajuste, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, extinção, aplicação de sanções, dentre outras relacionadas à execução do contrato.

FISCAL ADMINISTRATIVO: servidor representante da área administrativa, responsável pelo acompanhamento e Fiscalização dos aspectos administrativos da contratação, incluindo a Fiscalização das disposições contratuais, normativas, legais, fiscais, trabalhistas e previdenciárias aplicáveis aos atos e fatos ocorridos durante a execução, nas medidas das suas exigibilidades.

FISCAL REQUISITANTE: servidor representante da área requisitante, responsável pelo acompanhamento e Fiscalização da execução contratual, com o escopo de avaliar o cumprimento do seu objeto nos moldes contratados e, quando o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da execução estão compatíveis com as disposições estabelecidas, bem como avaliar os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado.

FISCAL TÉCNICO: nos contratos cujo objeto contemple especificidade que demande singular conhecimento técnico; corresponde a servidor detentor do know-how ou expertise necessários, responsável pela Fiscalização, pelo monitoramento e pela avaliação da observância de aspectos técnicos da contratação.

FISCAL SETORIAL: servidor representante de unidade destinatária da contratação, responsável pelo acompanhamento local da execução do contrato, quando o cumprimento do objeto do contrato ocorrer concomitantemente em áreas ou unidades distintas ou localizadas fora das Sedes do TRT15.



INSTALAÇÕES CIVIS: são os elementos físicos e estruturais de uma edificação, necessários ao funcionamento, segurança e conforto do ambiente construído, a exemplo de fundações, pilares, lajes, esquadrias, divisórias, forros, gessos, espelhos, vidraçaria, alvenaria, revestimentos, calçadas, muros, coberturas, pisos, paredes, entre outros.

INSTALAÇÕES ELÉTRICAS: conjunto de componentes, dispositivos, materiais e condutores organizados de forma técnica, destinados a distribuir e controlar a energia elétrica em edificações, incluindo fios e cabos condutores, quadros de distribuição, equipamentos de proteção, tomadas, interruptores, luminárias, lâmpadas, sistema de aterramento, para-raios, sistema fotovoltaico, subestações, entre outros.

INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS: consistem em sistemas e componentes de uma edificação destinados ao abastecimento de água potável e à coleta e condução de águas servidas e esgoto sanitário, como hidrômetro, tubulações de água, reservatórios, vasos sanitários, pias, torneiras, lavatórios, sistema de esgoto, sistema de calhas, registros, caixas de gordura, bombas hidráulicas, entre outros.

MANUTENÇÃO PREVENTIVA: compreende um conjunto de intervenções planejadas e executadas de forma sistemática em edificações, com o intuito de prevenir disfunções, salvaguardar a integridade estrutural e garantir o funcionamento seguro e eficaz dos sistemas e elementos prediais, incluindo instalações elétricas, hidrossanitárias, civis, entre outros. Os sistemas prediais, procedimentos, ações e periodicidades serão dispostos no modelo de Plano de Manutenção Predial Preventiva.

MANUTENÇÃO CORRETIVA: é o conjunto de intervenções executadas com o propósito para corrigir falhas, defeitos ou danos já ocorridos em uma edificação, visando restabelecer a operacionalidade, a segurança e a solidez dos sistemas, equipamentos ou elementos estruturais do imóvel. A manutenção corretiva subdivide-se em ordinárias, programadas e emergenciais.

MANUTENÇÃO CORRETIVA ORDINÁRIA: é a ação de manutenção corretiva usualmente efetuada durante as visitas técnicas periódicas, ou aquela que pode ser postergada até a próxima visita sem maiores impactos.

MANUTENÇÃO CORRETIVA PROGRAMADA: é a ação de manutenção corretiva de maior complexidade que, em virtude de sua natureza ou volume, em regra, não poderá ser realizada juntamente com a visita técnica periódica, por se tratar de adaptações que exigem prévia análise técnica quanto ao planejamento e execução pela área fiscal técnica do Tribunal, em conjunto com o Responsável Técnico e/ou o serviço de Supervisão Técnica Predial (STP).

MANUTENÇÃO CORRETIVA EMERGENCIAL: é a ação de reparo que se faz necessária a qualquer tempo, inclusive em horários noturnos ou em dias não úteis, e que, por sua natureza



urgente, não poderá aguardar a próxima visita técnica periódica, sob pena de colocar em risco a integridade física dos usuários e do patrimônio público, ou de acarretar prejuízos significativos ao desempenho das atividades.

RELATÓRIOS DE EXECUÇÃO (RE's): consistem em relatórios de atendimento, devidamente preenchidos pela empresa contratada, que contém informações detalhadas acerca dos serviços executados, utilização de materiais, registro da jornada de trabalho, entre outros dados relevantes.

SERVIÇOS CONTÍNUOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL: compreende atividades permanentes, regulares e contínuas, cujo propósito é conservar, preservar e restaurar o funcionamento, a segurança e o desempenho de bens, instalações e sistemas, assegurando sua disponibilidade e estendendo sua vida útil.

SERVIÇOS SOB DEMANDA: são serviços que não integram a rotina planejada de manutenção, como a preventiva, e que tampouco se caracterizam, necessariamente, por serem decorrentes de falhas ou defeitos. Sua execução ocorre mediante solicitação específica da Contratante, conforme necessidades pontuais identificadas.

SIMPRES: Serviços Integrados de Manutenção Preventiva e Reparos. Compreendem os serviços de manutenção predial preventivos e corretivos e, quando aplicável, os serviços a pedido da Contratante, a serem executados por equipe técnica mínima essencial, prioritariamente durante as visitas técnicas periódicas.

STP: Supervisão Técnica Predial. Engloba a coordenação técnica e administrativa das atividades relacionadas à manutenção predial, abrangendo tanto as ações preventivas quanto as corretivas, bem como dos serviços eventuais executados sob demanda, conforme contratualmente estabelecido.

VISITA TÉCNICA PERIÓDICA: evento recorrente em que se exige a presença da equipe técnica mínima essencial nas dependências das unidades do Tribunal, para o desempenho dos procedimentos e ações determinados no modelo do Plano de Manutenção Predial Preventiva, para a execução de manutenções corretivas e, quando aplicável, dos serviços a pedido da Contratante.

CIDADE-POLO: município de referência definido na contratação, a partir do qual são calculados deslocamentos, diárias ou abrangência territorial para a prestação de serviços em outras localidades na mesma região. Serve como base geográfica para planejamento, precificação e execução contratual.

2.2. Do Escopo Contratual



2.2.1. A presente contratação tem por objeto a prestação de serviços contínuos de manutenção predial, compreendendo a execução de manutenção preventiva e corretiva, bem como a realização de serviços sob demanda, inclusive de natureza de engenharia, nos sistemas, equipamentos, redes e instalações elétricas, lógicas, hidráulicas, hidrossanitárias, entre outros, existentes ou que venham a ser instalados. Inclui-se, ainda, a reconstituição e/ou adequação das partes civis eventualmente afetadas nas instalações prediais.

2.2.2. Os serviços ora contratados deverão ser executados nos imóveis sob responsabilidade do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, atuais ou futuros, conforme listagem das unidades contidas no Anexo A, com o fornecimento integral de mão de obra, materiais, ferramentas, equipamentos e demais insumos necessários e adequados à perfeita e completa execução das atividades contratadas, compreendendo:

- a) Serviços Integrados de Manutenção Preventiva e Reparos (SIMPRES);
- b) Supervisão Técnica Predial (STP);
- c) Execução dos serviços contínuos de manutenção predial preventiva;
- d) Execução dos serviços contínuos de manutenção predial corretiva (ordinários, programados ou emergenciais);
- e) Deslocamento intermunicipal para a execução dos serviços nas unidades, a partir das cidades-polo;
- f) Eventual pagamento de diárias com pernoite, quando autorizado;
- g) Fornecimento de insumos necessários para a execução de manutenção predial;
- h) Execução de atividades extraordinárias (fora do horário normal de trabalho ou em dias não úteis, como em finais de semana e/ou feriados);
- i) Execução de serviços suplementares à atividade de manutenção predial; e
- j) Execução de serviços sob demanda, inclusive de engenharia, incluindo adaptações, reparos ou adequações de ambientes.

2.2.3. A prestação dos serviços deverá observar as diretrizes e especificações estabelecidas no presente Termo de Referência, o qual será considerado, para todos os efeitos legais, parte integrante e inseparável do contrato a ser celebrado.

2.2.4. Os serviços objeto desta contratação abrangem qualquer tipo de sistema predial, equipamento ou componente essencial nas edificações do TRT15, salvo se explicitamente excluídos neste Termo de Referência. A seguir, apresenta-se a relação exemplificativa e não exaustiva, que integra o escopo pretendido.

2.2.4.1. Instalações Civis

- Recuperação de fachadas da edificação e de seus componentes.
- Execução de impermeabilizações rígidas, semi-flexíveis e flexíveis em pisos, contrapisos, floreiras, paredes, esquadrias e lajes, que apresentarem sinais de infiltrações.



- Manutenção e execução de telhamento, com reposição de telhas quebradas ou defeituosas e demais itens de fixação, tais como parafusos, ganchos, vedações, cumeeiras, espigões e chumbamentos. Aplicação ou manutenção de toldos em lona ou policarbonato e de espuma de poliuretano em coberturas.
- Verificação da existência de vazamento na cobertura das edificações. Realizar a limpeza de telhados, marquises, calhas, rufos, ralos, grelhas e condutores.
- Realizar inspeção geral de conservação e, se necessário, efetuar a substituição de: calçadas, pátios, revestimentos de pisos, acessos, cercas, gradis, corrimãos, toldos, cancelas, alambrados, muros e portões, providenciando a correção de quaisquer pontos que apresentem defeitos ou insegurança.
- Inspeção visual de trincas e fissuras nas alvenarias e paredes, de umidade, infiltrações, deslocamento de revestimentos (reboco, cerâmica e azulejos), de juntas de dilatação e movimentação. Limpeza e preenchimento com massa de reparo, argamassa polimérica ou selante. Tratamento de trincas estruturais com grauteamento ou injeção de resinas. Reparo de impermeabilização (rodapés, muros, paredes externas). Substituição de partes do reboco contaminado por salitre ou mofo. Recolocação de peças cerâmicas ou pedras soltas. Regularização de superfícies com massa e nova pintura, quando esta for autorizada.
- Verificação, ajustes e consertos das esquadrias, reapertos e complementações de ferragens e nos acessórios, complementação de alizares, fornecimento de cadeados.
- Revisão de todas as portas e esquadrias do edifício, incluindo batentes, alavancas de fechamento, guarnições de borracha, baguetes, fechos, fechaduras e lubrificações. As vedações das esquadrias também passarão por revisão, com a remoção de produtos ressecados ou inutilizáveis. Aplicação de uma nova camada de impermeabilizante, rejunte ou outro selante adequado, a qual deve ser executada com cuidado, evitando rebarbas ou excessos, a fim de preservar a estética e a aparência das esquadrias. Nos pontos com surgimento de falhas, o rejunte dos peitoris e do revestimento externo contíguo às janelas deverá ser reparado.
- Identificação e reparo de pontos de oxidação em esquadrias metálicas, tampas metálicas, grades metálicas etc., por meio de lixamento e aplicação de produto antiferruginoso nos locais.
- Serviços de vidraçaria e película para vidro em geral, incluindo o fornecimento, instalação, retirada, e manutenção de vidros e acessórios tais como fachadas envidraçadas, esquadrias, portas de vidro, basculantes etc., bem como substituição de vidros quebrados ou trincados.
- Serviços de pintura em geral, executados sob demanda da Fiscalização técnica ou em decorrência de outras manutenções. Em caso de falhas, manchas ou conservação preventiva em qualquer pintura da edificação, é obrigatório o lixamento completo da área ou componente afetado e o tratamento da causa das manchas ou falhas, quando aplicável. A etapa seguinte envolve a restauração completa da pintura, mantendo as características originais ou incorporando novas, conforme orientações do Tribunal. Cada edificação deverá receber pintura completa, incluindo alvenarias internas e externas, tetos, esquadrias, muros e outros elementos.
- Inspeção, complementação, fixação e ajuste de pisos, rodapés, revestimentos de paredes,



cerâmicas, pedras, laminados, madeira e vinílicos, com especial atenção a rachaduras, desprendimentos e solturas. Na ausência de peças idênticas aos revestimentos originais no mercado, modelos similares deverão ser submetidos à apreciação da Fiscalização técnica, a qual determinará a alternativa a ser empregada em eventuais reparos. Execução de aplicação de verniz tipo Sinteko, nos locais indicados pela Fiscalização técnica.

- Complementações, consertos, substituições e acréscimos nos pisos vinílicos, mantendo-se padrão de tonalidades e modelos existentes.
- Eventuais manutenções, fornecimento e instalação de divisória e acessórios tipo naval, parede de gesso acartonado drywall, forro de gesso e de PVC, placa de fibra mineral, gessos em geral.
- Execução de serviços e adaptações em divisórias: mudanças de portas, pequenas alterações nos locais de montagem, complementação de acessórios como baguetes, borrachas, ferragens e montantes.
- Instalação de alçapões, a critério da Fiscalização, em alguns locais para facilitar o acesso às instalações localizadas sobre o forro.
- Reconstituição de partes civis afetadas, inclusive acabamentos internos e externos.

2.2.4.2. Instalações Elétricas, de Rede Lógica e Telefonia

- Análise detalhada de lâmpadas LED, lâmpadas fluorescentes, luminárias, reatores, soquetes, tomadas, disjuntores, barramentos, interruptores, espelhos, parafusos e demais componentes elétricos. As luminárias devem ser submetidas à inspeção visual, com substituição imediata de lâmpadas inoperantes ou próximas do fim de sua vida útil por lâmpadas LED. Deve-se também avaliar a possibilidade de substituição completa das luminárias por modelos LED, especialmente quando a infraestrutura estiver obsoleta. Todos os componentes elétricos, incluindo tomadas, disjuntores e interruptores, devem ser verificados, com registro de quaisquer anomalias e substituição dos itens danificados, garantindo a segurança e eficiência do sistema.
- A infraestrutura elétrica deverá ser constituída por tubulações rígidas de material adequado (como PVC, aço galvanizado ou outro conforme especificação técnica), conexões compatíveis para garantir vedação e segurança, eletrodutos dimensionados para a passagem dos cabos elétricos conforme a norma, curvas que facilitem o trajeto sem danificar os condutores, caixas de passagem e caixas de derivação estrategicamente posicionadas para facilitar inspeção e manutenção.
- Execução de inspeções periódicas (preventivas e/ou sob demanda) em todos os painéis de distribuição de circuitos e de comando, empregando termógrafos ou termovisores. A contratada deverá apresentar relatórios técnicos de termografia, supervisionados pelo Responsável Técnico, incluindo a identificação precisa do local, painel, circuitos e pontos de elevação de temperatura, acompanhados de fotografia, classificação do risco e as medidas corretivas indispensáveis.
- Realizar conformação e reaperto dos quadros de distribuição, interruptores, telefônicos e gerais, revisando disjuntores, conexões, cabos, barramentos e realizando medições de



corrente e tensão. Executar limpeza e seguir os procedimentos técnicos recomendados. Inspecionar também os alimentadores de entrada, verificando cabos, conexões, eletrodutos e disjuntores, realizando as correções necessárias. Garantir conexões seguras para evitar falhas e aquecimento.

- Remanejamento e acréscimo de pontos de tomadas elétricas, com derivação a partir do quadro de distribuição, mediante aproveitamento de espaços disponíveis no barramento ou utilização de circuito preexistente, desde que compatível com a nova demanda de carga.
- Realização de alterações, substituições e instalações de tomadas comuns, estabilizadas e do circuito lógico, luminárias, reatores, pontos lógicos, ramais telefônicos, lançamento de cabos e exaustores.
- Verificação dos sistemas de aterramento comum e dos circuitos lógicos, com inspeções visuais dos cabeamentos e medições da resistência de terra.
- Inspeccionar visualmente as luminárias de emergência, verificando a existência de lâmpadas funcionais. Observar se o conjunto encontra-se fixado corretamente no local, se apresenta rachaduras ou fissuras, ou qualquer outro tipo de deficiência. Realizar os testes de autonomia e as devidas correções, se necessário.
- Manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de exaustão de sanitários, copas e cozinhas, existentes ou que venham a ser instalados.
- Limpeza e inspeção de módulos dos sistemas de geração de energia solar fotovoltaica, de ventiladores, grades e trocadores de calor, verificando a existência de deficiências, como oxidação nos elementos mecânicos, necessidade de aperto das conexões etc. Coleta de dados de temperatura das células, corrente e tensão elétrica da saída das strings. Execução da termografia em cabos e conexões, observando o aparecimento de aquecimento anormal. Verificar a existência de arbustos que podem causar ineficiência no sistema.
- Examinar o estado geral das conexões e isoladores, procedendo reaperto e substituição das peças danificadas no Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA) e aterramento, bem como as condições do tubo de proteção e isolamento do cabo de descida. Verificar as condições das caixas de inspeção, das hastes, dos isoladores e braçadeiras, das cordoalhas e das ligações em geral, reparando as anomalias encontradas.
- Instalação e remanejamento de circuitos elétricos, lógicos e telefônicos.
- Verificação das instalações de telefonia e lógica da edificação. Troca de cabos, peças com mau contato, passagem de cabos novos, troca e instalação de tomadas RJ45 e conector RJ45. Conferência da funcionalidade dos equipamentos de PABX.
- Infraestrutura para instalação de equipamentos elétricos, a critério da Fiscalização.
- Inspeção das subestações elétricas, transformadores, cabos e quadros, incluindo avaliação visual e funcional, e execução de pequenos reparos necessários para garantir o correto funcionamento e segurança dos equipamentos.

2.2.4.3. Instalações Hidráulicas e Hidrossanitárias

- Registro da leitura do hidrômetro, com correção de possíveis vazamentos nas conexões.
- Inspeccionar e testar a operação das torneiras internas e externas, efetuando as regulagens de



vazão, quando necessário.

- Verificar e reparar vazamentos em vasos sanitários, pias, registros, válvulas de descarga, torneiras, engates e demais aparelhos sanitários, bem como em paredes, telhados, esquadrias, pisos, lajes, caixas, sifões, ligações e válvulas, garantindo a correção de todos os defeitos encontrados.
- Inspecionar a regulação de válvulas e caixas de descarga, válvulas de mictórios e registros, realizando trocas e reparos.
- Verificar a presença e o estado de conservação de canoplas, barras, espelhos, papeleiras, toalheiros, saboneteiras, louças, tampas e demais elementos de acabamento.
- Percorrer todos os bueiros de águas pluviais e limpá-los.
- Desobstrução e limpeza geral em telhados, calhas (com verificação das soldas, fixações, rufos e apoios), coletores de água pluvial, lajes de cobertura, lajes sob os telhados, caixas d'águas, caixas de esgoto e estação elevatória de esgoto, caixas de gordura, caixas e ralos de água pluvial, caixas sifonadas, sifões e desentupimentos de qualquer espécie, inclusive nas tubulações primárias e secundárias.
- Limpeza com jato d'água e sucção a vácuo dos dejetos de fossas e sumidouros.
- Manutenção preventiva e corretiva em bombas hidráulicas, de esgoto e motores, examinando as conexões na caixa de ligação, procedendo à limpeza geral, reapertos e eventuais substituições/colocação das peças (terminais, bornes, parafusos, etc.). Os mancais, rolamentos e correlatos deverão ser lubrificados e o comando automático de funcionamento testado.
- Serviços de manutenção de bebedouros, purificadores de água e demais equipamentos considerados essenciais à funcionalidade do edifício, conforme avaliação da Fiscalização. A infraestrutura necessária para a instalação desses equipamentos poderá ser demandada, quando aplicável.

2.2.4.4. Serviços Diversos

- Verificar o estado de conservação da sinalização, placas indicativas, letreiros, quadros informativos e afins, inclusive com possibilidade de instalação e fornecimento, quando solicitado.
- Serviços de fornecimento, instalação e manutenção de persianas, com ou sem substituição de unidades e de seus respectivos acessórios, tais como carrinhos, cabides, cordões e correntes de acionamento, eixos de tração, envelopes com peso e pêndulos. Incluem-se também pequenos reparos, fixação de régua, trilhos e a correção de falhas em mecanismos de acionamento.
- Fornecimento e instalação ou manutenção de elementos diversos de serralheria, tais como escadas, alçapões, portas de enrolar, gradis, perfis metálicos, fechaduras, dobradiças, guarda-corpo, corrimão, portas metálicas completas, concertinas, grades de segurança para esquadrias.
- Desinstalação de aparelhos de ar-condicionado tipo janela, com o refazimento da estrutura adaptada para a instalação do equipamento.



- Serviços gerais de soldagem e marcenaria.
- Instalação e desinstalação de tablados, a pedido da Fiscalização.
- Serviço de limpeza e capinagem de áreas externas, incluindo capina de arbustos e ervas daninhas, recomposição de grama e poda de gramados preexistentes, poda ou supressão de árvores em locais que estejam prejudicando elementos da edificação ou proporcionando algum risco. Pequenas plantações.
- Serviços de fornecimento e complementação de chaves para portas, janelas, portões e cadeados nas ferragens das edificações. Inclui manutenção de portas e portões automáticos, com ou sem motorização. Nos casos de portões eletrônicos, deverão ser realizados testes nos circuitos, além da regulagem e lubrificação dos mecanismos de funcionamento.
- Ajuste de mobiliário fixo nas edificações com reaperto de parafusos, deslocamentos e remanejamentos de móveis e equipamentos incorporados (alterações de layout).
- Reforços nas estruturas, montagem e travamentos em estantes metálicas e arquivos fixados e incorporados às edificações. Manutenção em arquivos deslizantes, integrantes ou incorporados às edificações.
- Inspeccionar elementos que compõem a acessibilidade dos prédios: barras de apoio, corrimão, guarda corpo, piso podotátil, torneiras do tipo alavanca, estacionamento (pintura das vagas) etc. Corrigir os itens necessários.
- Elaboração de atualizações, levantamentos e pareceres técnicos, incluindo a emissão das respectivas ARTs, abrangendo projetos elétricos, hidráulicos, estruturais e demais áreas conforme as normas técnicas vigentes. Inclui também a produção de pareceres de engenharia, inspeções técnicas prediais e projetos com devidos registros no CREA, destinados a intervenções pontuais decorrentes de fatos supervenientes, como sinistros, acidentes e outras ocorrências, visando à reconstituição das edificações em aspectos estruturais, de instalações, acabamentos, arquitetura, entre outros.

2.2.5. Exclusão do escopo contratual

Exclui-se do objeto a manutenção dos seguintes sistemas, equipamentos e componentes:

- Aparelhos de ar-condicionado tipo split e sistemas centrais de climatização (VRF, splitão, etc.).
- Elevadores, plataformas elevatórias e escadas rolantes.
- Máquinas de Raio-X, detectores de metal, catracas.
- Câmeras de segurança, CFTV e controle de acesso.
- Equipamentos ativos dos sistemas de TIC, tais como roteadores, servidores, modems, etc.
- Switches, patch cord e patch panel.
- Computadores, impressoras, demais hardwares e acessórios correlatos.
- Elementos de Sistema de Combate a Incêndio.
- Manutenção e instalação de extintores.
- Dedetização, desinsetização e desratização - controle de pragas.
- Execução de obras e reformas.



- Contratações vigentes no órgão conflitantes com o atual objeto, as quais serão devidamente comunicadas pela Fiscalização à Contratada.

2.2.5.1.1. Para os imóveis localizados no município de Campinas, relacionados a seguir, bem como para aqueles que venham a ser ocupados por este Tribunal no exercício de suas atividades no referido município, ficam excluídas do escopo deste instrumento as atividades de manutenção preventiva e corretiva ordinária de caráter continuado, cujas atribuições são de responsabilidade de outra empresa terceirizada contratada pelo TRT:

- a) Edifício Sede Judiciário – Rua Barão de Jaguara, 901, Centro – Campinas;
- b) Edifício Sede Administrativo – Rua Doutor Quirino, 1080, Centro – Campinas;
- c) Fórum Trabalhista de Campinas – Av. José de Souza Campos, 422 – Campinas;
- d) Anexo Barão Geraldo – Rua Ângela Signori Grigol, 05, Jardim América – Campinas;
- e) Anexo Barão 945 – Rua Barão de Jaguara, 945, Centro – Campinas;
- f) Anexo Constituição – Rua da Constituição, 100, Bonifim – Campinas.

2.2.5.1.2. Não estão abrangidas pela exclusão prevista no subitem 2.2.5.1.1. as manutenções corretivas e o fornecimento de insumos de caráter pontual, sejam eles programados ou emergenciais, bem como os serviços executados sob demanda, desde que formalmente solicitados pela equipe de Fiscalização da Contratante.

2.2.6. Nos casos em que os serviços contratados forem prestados em imóveis locados e em uso pelo Tribunal, fica estabelecido que a responsabilidade pela execução de manutenções corretivas e serviços sob demanda que envolvam a segurança, a solidez e/ou a habitabilidade do imóvel é, em regra, do LOCADOR da edificação.

2.2.6.1. Entendem-se como manutenções de responsabilidade do LOCADOR, exemplificativamente, aquelas relativas ao tratamento de trincas e rachaduras estruturais, infiltrações, presença de umidade em paredes, tetos ou pisos, bem como falhas ou avarias graves nos sistemas elétricos e no Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA), entre outras que comprometam a integridade do imóvel e a segurança de seus ocupantes.

2.2.6.2. Nesses casos, a Contratada somente poderá executar tais serviços mediante autorização prévia e expressa da Fiscalização, a qual se responsabilizará por avaliar se a execução é de sua competência ou se cabe acionamento do LOCADOR para as devidas providências.

2.2.6.3. A eventual execução de serviços pela Contratada sem a devida autorização da Fiscalização poderá ensejar o não reconhecimento dos valores correspondentes para fins de pagamento.



2.2.6.4. Caberá à Contratante encaminhar à Contratada, anteriormente ao início da prestação dos serviços, documento contendo a relação atualizada dos imóveis abrangidos pelo contrato, discriminando aqueles locados pelo Tribunal e os próprios do Órgão.

2.3. Das Informações Preliminares à Prestação dos Serviços e Do Planejamento

2.3.1. A Contratada deverá agendar, por meio do e-mail cm.silmp@trt12.jus.br, reunião de alinhamento com a Contratante, a ser realizada no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de assinatura do contrato. Deverão participar da reunião o representante legal da empresa, o Responsável Técnico e, caso já tenha sido designado, o Preposto.

2.3.1.1. A reunião poderá ser realizada de forma presencial ou virtual, conforme definido pela Contratada.

2.3.1.2. Na hipótese de realização presencial, a reunião ocorrerá na Sede Administrativa deste Tribunal, localizada na Rua Doutor Quirino, nº 1080, Centro - Campinas/SP. Os custos relativos ficarão a cargo da Contratada.

2.3.2 O início das atividades se dará mediante o envio do Documento de Autorização Inicial (DAI) à Contratada, por meio do endereço eletrônico informado na reunião de alinhamento, em um prazo de até 30 dias corridos subsequentes à assinatura do contrato. O DAI será devidamente assinado pelo(a) gestor(a) do contrato. Em casos de renovação contratual, o DAI será emitido automaticamente, entrando em vigor no primeiro dia da nova vigência.

2.3.3. O Documento de Autorização Inicial do contrato estabelecerá a data de início da efetiva prestação dos serviços.

2.3.4. A emissão do DAI fica condicionada à apresentação, por parte da Contratada, em até 15 dias úteis da assinatura do instrumento contratual, das informações e documentações listadas a seguir:

- a) Indicação formal do Preposto que irá representar a Contratada na execução e no acompanhamento contratual durante todo o período de vigência.
- b) Relação dos profissionais que compõem a equipe técnica mínima essencial, responsável pela execução dos serviços de SIMPRE, contendo o nome completo, número do CPF, função atribuída e documentos que comprovam a qualificação técnica exigida.
- c) Indicação do profissional Engenheiro Civil ou Arquiteto responsável pelo serviço de Supervisão Técnica Predial (STP), com nome completo, número do CPF e documentação comprobatória da qualificação técnica exigida neste Termo de Referência.
- d) Anotações de Responsabilidade Técnica (ART's) e/ou Registros de Responsabilidade Técnica (RRT's), exigidos nos documentos da contratação.
- e) Declaração formal de ciência e compromisso, emitida e devidamente assinada pelo



representante legal da empresa, em papel timbrado oficial, atestando que a Contratada está plenamente ciente de todas as obrigações e responsabilidades a ela atribuídas, para a fiel e integral execução dos serviços objeto da contratação, em conformidade com o modelo previsto no Anexo Q.

f) Cronograma anual das visitas técnicas periódicas, incluindo o calendário de manutenção preventiva, em conformidade com a periodicidade estabelecida para a execução das visitas.

2.3.5. O DAI apenas será emitido após a devida aprovação, pela Fiscalização, da documentação comprobatória de atendimento aos requisitos supracitados.

2.3.6. O descumprimento do prazo para apresentação integral dos documentos previstos no item 2.3.4 poderá acarretar sanções administrativas à parte infratora, conforme o Termo de Referência.

2.3.7. Para o primeiro ciclo de visitas, a Contratada poderá utilizar os roteiros disponibilizados no processo licitatório pela Contratante (Anexo B), sendo necessária, no primeiro momento, a indicação das datas previstas de atendimento (cronograma).

2.3.8. O cronograma anual de visitas técnicas periódicas poderá ser alterado a qualquer tempo, para fins de adequação do tempo de permanência da equipe em determinada unidade, alteração de roteiro, periodicidade das visitas, etc., a critério da Fiscalização do Tribunal.

2.4. Da Descrição dos Serviços

2.4.1. Dos Serviços Integrados de Manutenção Preventiva e Reparos (SIMPRES)

2.4.1.1. A Contratada deverá disponibilizar, às suas expensas, a partir da data de início efetivo da prestação dos serviços, conforme estabelecido no Documento de Autorização Inicial (DAI), a execução dos Serviços Integrados de Manutenção Preventiva e Reparos (SIMPRES), que compreendem aos serviços de manutenção predial preventivos e corretivos e, quando aplicável, os serviços a pedido da Contratante, a serem executados por equipe técnica mínima essencial, prioritariamente durante as visitas técnicas periódicas.

2.4.1.2. A equipe técnica mínima essencial, composta pelas especializações indicadas a seguir, será responsável pela execução do serviço de SIMPRES, em cada Região de atendimento:

01 Encarregado Geral (Ref.: CBO 3121-05 - MTE);

01 Oficial Eletricista (Ref.: CBO 7156-10 - MTE);

01 Oficial de Manutenção Geral (Ref.: CBO 5143-25 - MTE); e

01 Ajudante de Manutenção Especializado (Ref.: CBO 5143-10 - MTE).



2.4.1.3. Compete ao Encarregado Geral, atuando sob a orientação e supervisão do profissional Engenheiro Civil ou Arquiteto responsável pela execução do serviço de STP, o desempenho das atividades que lhe forem atribuídas no âmbito da execução contratual, a responsabilidade pela supervisão integral in loco das equipes de manutenção, sejam elas próprias ou subcontratadas, bem como pelo controle do fornecimento de insumos, verificação de pendências e demandas existentes, além da realização dos levantamentos técnicos necessários. A seguir, descrevem-se as principais atribuições deste profissional no decorrer da execução contratual, em rol exemplificativo e não exaustivo:

- a) Executar tarefas de caráter técnico, relativos ao planejamento, avaliação e controle da manutenção das instalações prediais;
- b) Supervisionar e comandar os serviços de manutenção elétrica e hidráulica; manutenção de carpintaria e marcenaria, troca de peças e reparo de pisos e assoalhos, conservação de alvenaria e fachadas, recuperação de pinturas, impermeabilização de superfícies, montagem de equipamentos de trabalho e segurança, inspecionando o local, manutenção predial, seguindo as normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente, manutenção de telefonia, rede e telecomunicações;
- c) Interpretar a documentação técnica dos serviços (plantas, planilhas, orçamentos e cálculos gerais);
- d) Orientar as atividades de execução das tarefas, solucionando problemas, prestando esclarecimentos e tomando outras medidas para assegurar a observância dos padrões técnicos estabelecidos;
- e) Organizar e supervisionar as atividades de manutenção, distribuindo, coordenando e acompanhando as tarefas da equipe, para assegurar o desenvolvimento regular e eficiente dos serviços;
- f) Distribuir as tarefas de manutenção aos profissionais, baseando-se nas especificações dos programas e na especialização de cada um, para obter o máximo de rendimento;
- g) Esclarecer aos trabalhadores as normas e instruções de segurança ou de outra natureza, efetuando reuniões, ministrando eventuais treinamentos ou empregando outros meios de informações, para assegurar o cumprimento dos regulamentos e das condições de segurança e higiene do trabalho;
- h) Orientar os trabalhos de manutenção dos equipamentos;
- i) Requisitar componentes, equipamentos, instrumentos e materiais e outras peças de reposição, preenchendo formulários e encaminhando-os ao escritório da Contratada, para atender às necessidades do trabalho;
- j) Operar softwares de edição de texto, planilhas eletrônicas, correio eletrônico e demais programas de apoio às tarefas de manutenção;
- k) Elaborar e/ou auxiliar a elaboração de orçamentos de serviços, tomando como base as tabelas e planilhas referenciais, entre outras estabelecidas neste Termo de Referência;
- l) Realizar e/ou supervisionar a realização de medições e a consolidação de quantitativos de materiais e serviços, estando apto a realizar conversões entre as diferentes unidades de peso e medida;



- m) Supervisionar o trabalho das equipes de manutenção, certificando-se do cumprimento das obrigações e do emprego correto dos uniformes, equipamentos e ferramentas, sobretudo dos EPI's - Equipamentos de Proteção Individual;
- n) Supervisionar as visitas preventivas, corretivas e, quando aplicável, a pedido da Contratante, além de todas as demais atividades obrigatórias, constando, prioritariamente e sob critério da Fiscalização, a assinatura/atesto técnico em todos os Relatórios de Manutenção/Execução (RE's), com as observações técnicas necessárias;
- o) Acompanhar presencialmente todas as visitas técnicas de execução de manutenção preventiva, sendo prioritária a presença do Encarregado Geral da Contratada. Somente será dispensado esse acompanhamento sob critério da Fiscalização, após análise de situações excepcionais como: execução de atividades simultâneas e priorização de atividades programadas em detrimento das preventivas, afastamentos justificados, entre outros;
- p) Realização de medições de serviços de manutenção predial e atividades complementares como: ajustes em instalações hidráulicas e elétricas, inspeções de todas as instalações, instalações de equipamentos e outras atividades pontuais;
- q) Se implementado, gerenciamento de chamados e verificação em tempo real das solicitações através de uso de software específico ou sistema a ser implementado pelo TRT15, e-mail corporativo, telefone ou outros meios;
- r) Elaboração de pareceres técnicos de sua competência e/ou contratação com especializados, a critério da Fiscalização;
- s) Auxiliar o prestador do serviço de STP na elaboração dos relatórios técnicos diversos, em especial relatórios fotográficos do “antes e depois” das atividades de manutenção de maior relevância ou a pedido;
- t) Buscar cotações de mercado para execução de serviços ou insumos que não compõem as tabelas e planilhas referenciais;
- u) Atuar perante sua equipe para garantir a conduta profissional, cordial, ordeira e disciplinada de todos os seus membros; e
- v) Desempenhar demais atividades técnicas inerentes à função e necessárias ao bom andamento do contrato.

2.4.1.4. Na eventual ausência do profissional Engenheiro Civil ou Arquiteto responsável pela prestação do serviço de STP, por qualquer motivo, o Encarregado Geral assumirá a representação técnica da Contratada, sendo o único autorizado e devidamente habilitado a estabelecer interlocução com a Fiscalização.

2.4.1.5. A Contratada não poderá reduzir o quadro de profissionais que compõem a equipe técnica mínima essencial sem apresentar justificativa prévia que comprove que a execução das atividades preventivas, corretivas, emergenciais, programadas e, quando aplicável, a pedido da Contratante, não será comprometida, sujeita à análise e pré-aprovação da Fiscalização. Caso ocorra a redução da equipe, poderá haver redução no valor mensal do serviço de SIMPRE, por meio de mecanismos de cálculo dispostos no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).



2.4.1.6. A critério da Fiscalização, e mediante prévia justificativa, a Contratante poderá solicitar a substituição desses profissionais.

2.4.1.7. Para todo novo profissional que vier a ser disponibilizado durante a execução do contrato, a Contratada deverá comprovar, no momento de sua designação, a qualificação mínima exigida nesta contratação.

2.4.1.8. Qualificações mínimas exigidas aos profissionais da equipe técnica mínima essencial:

2.4.1.8.1. Encarregado Geral: ensino médio completo e experiência no exercício da função de gerente, encarregado ou supervisor de manutenção predial.

2.4.1.8.2. Oficial Eletricista: ensino médio completo, experiência no exercício da função de eletricista em edificações e curso NR-10 completo.

2.4.1.8.3. Oficial de Manutenção Geral: ensino fundamental completo e experiência em manutenções prediais em geral.

2.4.1.8.4. Ajudante de Manutenção Especializado: ensino fundamental completo e experiência em manutenções prediais em geral.

2.4.1.9. Caso as atividades envolverem trabalho em altura, poderá ser exigido o certificado do curso NR-35 completo.

2.4.1.10. A qualificação requerida para os profissionais deverá ser confirmada por meio de um dos seguintes documentos: registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); contrato de trabalho ou contrato de prestação de serviços, quando autônomo; atestado ou declaração de capacidade técnica emitido(a) por pessoa jurídica contratante, contendo a descrição das atividades desempenhadas; certificado de conclusão de curso.

2.4.1.10.1. Os requisitos mínimos supracitados deverão ser apresentados à Fiscalização anteriormente à emissão do Documento de Autorização de Início (DAI), conforme disposto no item 2.3.4. deste Termo de Referência.

2.4.1.11. Ressalta-se que o objeto não se refere à contratação de postos de trabalho, mas sim à prestação de serviços, os quais deverão ser executados por profissionais com certa experiência e qualificação técnica, sob responsabilidade da Contratada. A prestação dos serviços será referenciada na remuneração dos profissionais envolvidos, sem caracterizar vínculo empregatício ou relação direta de subordinação com a Contratante.

2.4.1.12. A Contratada deverá cumprir integralmente todas as exigências legais relativas à



segurança e à qualificação dos profissionais, tanto do seu quadro fixo quanto dos subcontratados.

2.4.1.13. A Contratada deverá estar apta a atender ao volume de serviços estimados para a Região correspondente, preferencialmente, com base no número previsto de profissionais para a equipe mínima, durante toda a vigência do contrato.

2.4.1.14. Durante os afastamentos justificados dos profissionais da equipe técnica mínima essencial, estes deverão ser substituídos por profissionais de habilitação e experiência equivalentes, mediante comunicação prévia à Fiscalização. As ausências no exercício da execução dos serviços de SIMPRE somente serão toleradas durante os deslocamentos intermunicipais.

2.4.1.15. Os Serviços Integrados de Manutenção Preventiva e Reparos (SIMPRE) deverão ser executados entre 7h e 18h (segunda-feira a sexta-feira), nos dias em que houver expediente em qualquer das cidades abrangidas pela Região contratual. O horário de prestação dos serviços poderá ser ajustado em comum acordo com a Fiscalização.

2.4.1.16. Em situações excepcionais, poderá ser exigida a disponibilização da equipe em horários alternativos, bem como em feriados ou finais de semana, conforme necessidade da Contratante.

2.4.1.17. A Contratada deverá ter como base a cidade-polo de cada Região, conforme item 8 mais adiante, a qual será utilizada como referência para aferição de tempo de atendimento, medição dos deslocamentos e remuneração de diárias. O custo da administração central deverá ser contemplada em BDI.

2.4.1.18. A Contratada poderá, a critério da Fiscalização, requisitar mão de obra suplementar àquela prevista no item 4.1.2., com o objetivo de garantir a adequada execução dos serviços de manutenção, nos casos de execução de serviços de maior porte ou complexidade, de subcontratação ou contratação de profissionais especializados para demandas específicas, de contratação de mão de obra para dar suporte quando a equipe de execução do serviço de SIMPRE estiver envolvida em outras atividades, de atendimentos simultâneos em diferentes localidades da Região contratual, entre outros. A necessidade e a autorização para essas contratações deverão ser previamente avaliadas e aprovadas pela Fiscalização, observando-se os critérios de economicidade, eficiência e adequação ao objeto do contrato.

2.4.1.19. A Fiscalização poderá, a qualquer momento, solicitar a ampliação da equipe técnica mínima essencial, caso seja detectada lentidão ou qualquer outra necessidade para a execução e conclusão dos trabalhos, conforme os prazos e cronogramas estabelecidos, sem custos adicionais a cargo da Contratante.



2.4.1.20. A prestação dos serviços relacionados ao SIMPRE será remunerada mensalmente por meio de valor fixo, de acordo com o custo direto indicado no item 2.1 da planilha orçamentária referencial - dados gerais (Anexo E), aplicando-se o desconto linear ofertado pela Contratada e a taxa do BDI (referência: 27,68%), desde que todas as obrigações previstas neste Termo de Referência sejam devidamente cumpridas.

2.4.1.20.1. O valor da remuneração poderá ser objeto de dedução, conforme a aplicação dos Instrumentos de Medição de Resultado (IMR) definidos na contratação.

2.4.1.20.2. Essa remuneração abrange:

a) A supervisão técnica regional e local dos serviços durante as atividades;
b) A execução e/ou disponibilidade para atendimento das atividades contratadas, compostas de:

- Manutenções preventivas;
- Manutenções corretivas;
- Serviços sob demanda, em caso de viabilidade e disponibilidade técnica;
- Elaboração de relatórios periódicos;
- Elaboração de orçamentos;
- Compra de insumos;
- Participação em reuniões técnicas;
- Demais atividades elencadas neste Termo de Referência.

2.4.1.21. Não haverá acréscimo no valor do SIMPRE pela participação em reuniões técnicas ou pela realização de atividades já contempladas na remuneração contratual.

2.4.1.22. A equipe do SIMPRE poderá colaborar e se dedicar à execução de atividades especializadas ou que exijam maior tempo, em parceria com equipes suplementares ou subcontratadas, sem que isso implique remuneração adicional. A equipe mínima poderá ser acionada para atender a quaisquer demandas, em qualquer imóvel futuro, conforme solicitação da Fiscalização.

2.4.1.23. A Contratada deverá dispor de meios que garantam contato eficaz com a equipe de Fiscalização do TRT15, mantendo-se disponível para atendimentos emergenciais, conforme os prazos estabelecidos.

2.4.2. Do Serviço de Supervisão Técnica Predial (STP)

2.4.2.1. A Contratada deverá prestar, a partir da emissão do Documento de Autorização Inicial (DAI), e durante toda a vigência do contrato, o serviço de Supervisão Técnica Predial (STP), responsável pela coordenação técnica e administrativa das atividades de manutenção



predial preventiva e corretiva, assim como dos serviços sob demanda contratados, garantindo a execução contínua, o controle de qualidade e a interface com a Fiscalização.

4.2.2. Para a execução do Serviço (STP), a Contratada deverá assegurar, para cada Região (Item) de atendimento, a atuação de profissional com formação em Engenharia Civil ou Arquitetura, que atenda aos requisitos mínimos de qualificação técnica elencados nesta contratação, sendo de sua inteira responsabilidade a gestão e a disponibilização dos recursos necessários à adequada prestação dos serviços. São requisitos mínimos do profissional:

- Graduação completa em Engenharia Civil ou Arquitetura, com diploma reconhecido pelo MEC.

- Registro ativo no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou no CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) do estado de São Paulo. No caso de o profissional não ser registrado ou inscrito no CREA ou no CAU do estado de São Paulo, se aplicável, deverá ser providenciado o respectivo visto no órgão regional.

- Certidão de Acervo Técnico - CAT do profissional que comprove, por meio das atividades desenvolvidas e registradas em ART's ou RRT's, a depender do profissional, experiência na execução de serviços de fiscalização, coordenação, supervisão ou execução de manutenção predial em edificações não residenciais.

4.2.3. Os requisitos mínimos supracitados deverão ser apresentados à Fiscalização anteriormente à emissão do Documento de Autorização de Início (DAI), conforme disposto no item 3.4. deste Termo de Referência.

4.2.4. Atividades que exijam responsabilidade técnica fora do rol de competências para o qual este profissional seja habilitado deverão estar sob a responsabilidade de profissionais específicos, conforme suas áreas de competência, e deverão ser contratados sob demanda, com a devida autorização da Fiscalização.

4.2.5. Para todo novo profissional que vier a ser disponibilizado durante a execução do contrato, a Contratada deverá comprovar, no momento de sua designação, a qualificação mínima exigida nesta contratação.

4.2.6. Compõem, exemplificativamente, mas não exhaustivamente, os serviços de Supervisão Técnica Predial:

- a) Exercer a função de coordenador técnico e administrativo do contrato;
- b) Coordenar e planejar as atividades de manutenção predial, a equipe de mão de obra de serviços contínuos e o desenvolvimento dos serviços técnicos, com apoio do Encarregado Geral, de forma adequada à correta e completa execução dos serviços;



- c) Prover a subcontratação de serviços, quando necessário;
- d) Manter permanente contato com a Fiscalização da Contratante, visando à otimização de metas e objetivos;
- e) Elaborar orçamentos e medições mensais dos insumos de manutenção predial utilizados, com auxílio do Encarregado Geral;
- f) Elaborar e assinar boletim de medição mensal para a execução dos serviços de manutenção predial e serviços sob demanda, inclusive de engenharia;
- g) Elaborar propostas e orçamentos de manutenção predial de acordo com as planilhas referenciais estabelecidas neste Termo de Referência;
- h) Elaborar cronogramas de manutenção e soluções corretivas e programadas, conforme solicitações da Fiscalização;
- i) Gerenciar todos os procedimentos e rotinas dos trabalhos com vistas a promover qualidade na execução do objeto deste contrato;
- j) Manter a equipe atualizada quanto às normas técnicas, legais e administrativas;
- k) Elaborar comunicados, laudos e outros documentos;
- l) Receber documentos e instruções da Fiscalização e repassá-las à equipe de manutenção da Contratada;
- m) Elaborar planejamentos, rotinas e procedimentos operacionais e de acompanhamento para a equipe de manutenção na execução do objeto deste contrato, considerando as normas técnicas, legais e administrativas vigentes;
- n) Elaborar e apresentar o Cronograma Anual de Visitas Técnicas das atividades preventivas planejadas para o período de 12 meses, e apresentar novo cronograma com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência à data final do primeiro ciclo de preventiva. Deverá ser observado o calendário oficial da Contratante, para verificação dos dias úteis e feriados em cada cidade e o horário de funcionamento dos imóveis;
- o) Quando solicitado, apresentar orçamento e cronograma com o planejamento e programação das atividades corretivas listadas durante a realização das atividades preventivas ou demandadas pela Fiscalização;
- p) Elaborar e manter atualizado mensalmente os seguintes Bancos de Dados em formato XLS ou XLSX:
 - Insumos solicitados: contendo (não exaustivo) Código SINAPI ou outro, se houver, Quantidade, Valor Unitário, Valor Total, Data da solicitação, Descrição, Localização (cidade, unidade), Equipamento.
 - Base de dados de chamados contendo pelo menos os seguintes campos: Nº do chamado; Unidade ou local; data de abertura; disciplina envolvida; data e hora do início do atendimento; data e hora do final do atendimento; não conformidade observada; descrição da causa constatada; descrição da solução adotada.
 - Alíquota do Imposto Sobre Serviços - ISS de todos os municípios que integram sua área de atuação, em conformidade com a legislação municipal vigente, conforme listagem das unidades contidas no Anexo A.

Obs: O modelo e o conteúdo destes bancos de dados serão detalhados e consolidados entre a



Contratada e a Fiscalização.

- q) Proceder à avaliação geral das condições requeridas para a manutenção, estudando os projetos e examinando as características dos prédios, para determinar o melhor plano de trabalho;
- r) Elaborar especificações de serviços de manutenção predial e serviços sob demanda, inclusive de engenharia, indicando tipos e qualidades de materiais, equipamentos e mão de obra necessária e efetuar estimativas de custos para apreciação e aprovação da Contratante;
- s) Realizar visitas técnicas rotineiras anuais em cada unidade de acordo com o cronograma proposto pela Contratada e aprovado pela Fiscalização, bem como visitas técnicas suplementares e extraordinárias, sempre que solicitados pela Fiscalização;
- t) Elaborar relatórios de manutenção predial, compreendendo:
 - Relatórios Diários e Relatórios ao final de cada Manutenção;
 - Relatório de Manutenção Mensal;
 - Relatório Quadrimestral, ao final de cada ciclo de visitas periódicas.

Obs: Os modelos dos relatórios - Anexo M - e as informações neles contidas (Item 11 deste TR) serão aprimorados e consolidados entre a Contratada e a Fiscalização durante a execução contratual.

- u) Realizar, com periodicidade mínima anual, análise crítica do Plano de Manutenção, avaliando continuamente seu desempenho e submeter previamente à Fiscalização eventuais sugestões de ajustes no cronograma, no plano de execução ou qualquer outra modificação na metodologia originalmente prevista para a execução dos serviços.

2.4.2.7. O serviço de Supervisão Técnica Predial (STP) será remunerado mensalmente por meio de valor fixo, de acordo com o custo direto indicado no item 1.1 da planilha orçamentária referencial - dados gerais (Anexo E), aplicando-se o desconto linear ofertado pela Contratada e a taxa do BDI (referência: 27,68%), desde que todas as obrigações previstas neste Termo de Referência sejam devidamente cumpridas.

2.4.2.7.1. O valor da remuneração poderá ser objeto de dedução, conforme a aplicação dos Instrumentos de Medição de Resultado (IMR) definidos na contratação.

2.4.2.8. O responsável pela execução do serviço de STP deverá realizar vistorias aos imóveis abrangidos pelo contrato, comparecendo, no mínimo, a 2 (duas) cidades integrantes dos roteiros de manutenção a cada mês dentro da Região correspondente, de forma que todos os imóveis sejam vistoriados periodicamente. As inspeções deverão ser realizadas também sempre que solicitadas pela Fiscalização. O cronograma dessas visitas deverá ser previamente programado e comunicado formalmente à Fiscalização, com antecedência mínima razoável, conforme estabelecido em contrato.



2.4.2.8.1. As visitas têm por finalidade o acompanhamento in loco da execução dos serviços de manutenção e o levantamento e registro das condições dos imóveis por meio de relatório técnico específico, contendo análise crítica do estado de conservação da edificação e de seus sistemas e subsistemas.

2.4.2.8.2. O documento supracitado no item 2.4.2.7.1. deverá incluir, ainda, a avaliação dos resultados obtidos com a execução do plano de manutenção aplicado ao imóvel em questão, com destaque para diagnósticos técnicos, análises de falhas identificadas, recomendações de intervenção e demais informações pertinentes relativas a serviços de manutenção corretiva e/ou serviços sob demanda.

2.4.2.9. Salvo disposição em contrário neste Termo de Referência, quando o comparecimento do responsável pela execução do STP aos imóveis for demandado, a critério da Fiscalização do contrato, serão devidos os valores correspondentes ao deslocamento e às diárias do profissional, calculados a partir das respectivas cidades-polo, com base nas regras desta contratação.

2.4.2.10. O prestador do serviço de Supervisão deverá comparecer presencialmente à Sede Administrativa do Tribunal em Campinas/SP sempre que solicitado pela Fiscalização, para reuniões técnicas e planejamento dos serviços, às expensas da empresa contratada.

2.4.3. Dos Serviços Sob Demanda

2.4.3.1. Os serviços sob demanda são serviços executados a pedido, mediante aprovação e autorização prévia da área fiscal técnica da Contratante. Em regra, tais demandas destinam-se a atender necessidades que não se enquadram nas ações e procedimentos do Plano de Manutenção Predial Preventiva e que também não se configuram, obrigatoriamente, como manutenções corretivas. Contudo, havendo viabilidade técnica e disponibilidade, sua execução poderá ser realizada pela equipe técnica mínima essencial.

2.4.3.2. Incluem-se nessa categoria as seguintes atividades (rol exemplificativo e não exaustivo):

- a) Adaptações de ambientes e alterações de layout;
- b) Elaboração de laudos e projetos técnicos;
- c) Serviços em instalações civis de maior porte;
- d) Serviços em instalações elétricas de baixa e média tensão de maior porte;
- e) Pintura geral de uma unidade;
- f) Manutenção completa em coberturas;
- g) Impermeabilizações completas de coberturas;
- h) Trabalhos em fachadas;
- i) Serviços especiais em subestações;



- j) Instalação e desinstalação de persianas e seus acessórios;
- k) Instalação e desinstalação de divisórias e seus acessórios;
- l) Plantio e poda de árvores.

2.4.3.3. Para os serviços sob demanda de maior porte cujo valor estimado ultrapasse R\$ 10.000,00, a Contratada deverá encaminhar à Fiscalização, antes da emissão do Ofício de Início (OI), os seguintes documentos e informações:

- Orçamento sintético dos serviços assinado, especificando a fonte dos preços, código, quantidades e composições de custo, com a incidência do desconto ofertado na licitação;
- Prazo de execução, incluindo a apresentação de cronograma;
- Declaração de vistoria (modelo no Anexo P);
- Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) do profissional da Contratada, quando se fizer necessário.

2.4.3.3.1. Após o recebimento dos documentos e informações, a Fiscalização terá 5 (cinco) dias úteis para avaliação e aprovação do serviço.

2.4.3.3.2. Tais serviços serão formalizados por meio da emissão de Ofício de Início (OI) pela Fiscalização, com a devida indicação da data de início e de término. O OI deverá ser encaminhado por meio eletrônico - como e-mail ou sistema informatizado específico -, conforme as disposições estabelecidas neste Termo de Referência.

2.4.3.3.3. O valor indicado no item 2.4.3.3. será corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA para a praça de São Paulo (classificação grupo reparos - código 2103), acumulado nos últimos doze meses anteriores ao reajuste, na mesma data base do reajuste da contratação. O novo valor será comunicado à Contratada pela Contratante.

2.4.3.4. Para os serviços sob demanda cujo valor estimado seja inferior ou igual a R\$ 10.000,00, a Fiscalização emitirá o Ofício de Início (OI) autorizando a execução dos serviços por meio de orçamento elaborado pela Contratada ou pela própria Fiscalização. A critério da Fiscalização, poderão ser encaminhadas especificações do objeto, projetos, etc.

2.4.3.4.1. O valor indicado no item 2.4.3.4. será corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA para a praça de São Paulo (classificação grupo reparos - código 2103), acumulado nos últimos doze meses anteriores ao reajuste, na mesma data base do reajuste da contratação. O novo valor será comunicado à Contratada pela Contratante.

2.4.3.5. O prazo para conclusão será estabelecido em comum acordo entre a Fiscalização e a Contratada, considerando a natureza, a dimensão e a complexidade dos serviços a serem executados, devendo constar expressamente no Ofício de Início (OI). O não cumprimento do prazo acordado poderá acarretar a aplicação de glosa com base no Índice de Medição de



Resultados (IMR), sem prejuízo da aplicação de outras sanções e penalidades previstas contratualmente ou na legislação vigente.

2.4.3.6. Os valores decorrentes dos serviços concluídos serão faturados mensalmente, mediante apresentação de Nota Fiscal, cuja emissão será autorizada após aprovação e recebimento pela Fiscalização.

2.4.3.7. Os serviços realizados que impliquem em ônus extra para a Contratante e que não tenham sido autorizados por meio de OI serão desconsiderados para fins de pagamento.

2.4.3.8. Durante a vigência do contrato, os serviços contratados serão remunerados mensalmente com base nos Custos Diretos constantes da Tabela SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil) vigente na data da elaboração do orçamento da licitação, correspondente ao Estado de São Paulo. Aos valores apurados serão aplicados o desconto linear e a taxa do BDI, desde que todas as obrigações previstas neste Termo de Referência sejam integralmente cumpridas.

2.4.3.8.1. A alíquota do Imposto Sobre Serviços (ISS) a ser considerada na composição do BDI será aquela estabelecida pela legislação municipal vigente à época da medição. Poderá ser adotado BDI reduzido, conforme a natureza do serviço e as disposições legais aplicáveis.

2.4.3.8.2. Quando executados pela equipe técnica mínima essencial, a remuneração pelos serviços sob demanda será limitada aos insumos efetivamente utilizados, considerando que, nessa situação, o custo da mão de obra já está contemplada no pagamento fixo mensal estabelecido no item 2.4.1.20. Dessa forma, será desconsiderada da composição do serviço sob demanda a remuneração da mão de obra inutilizada.

2.4.3.8.3. Na ausência de serviços específicos na Tabela SINAPI/SP, poderão ser utilizadas, na seguinte ordem de prioridade, outras bases referenciais de custos, vigentes na data da elaboração do orçamento da licitação, com aplicação do mesmo desconto linear e da taxa de BDI estipulada no caso concreto:

- a) Tabela de Custos CPOS - Companhia Paulista de Obras e Serviços;
- b) Tabela SIURB - Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras da Prefeitura de São Paulo.

2.4.3.8.4. Para a contratação dos serviços de instalação de persianas, conforme especificações contidas no Anexo D, com fornecimento completo de insumos e materiais pela Contratada, o Custo Direto foi apurado com base na média dos preços obtidos por meio de pesquisa de mercado realizada pelo TRT, indicados nos itens 5.01.01 e 5.01.02 da planilha orçamentária referencial - dados gerais (Anexo E). Sobre os valores médios apurados (Custos Diretos), serão aplicados o desconto linear ofertado pela Contratada e a taxa de BDI correspondente.



2.4.3.8.5. Excepcionalmente, na hipótese de inexistência do serviço na Tabela SINAPI/SP e nas tabelas referidas no item 2.4.3.8.3, alíneas a e b, a Contratante deverá proceder à composição do custo unitário do serviço com base no dimensionamento da produtividade da mão de obra e na utilização de serviços análogos constantes na Tabela SINAPI/SP e nas demais tabelas mencionadas, observando-se rigorosamente essa ordem de prioridade.

2.4.3.8.6. Caso não haja serviços compatíveis nas tabelas referenciadas nos itens anteriores, os custos poderão ser definidos com base em pesquisa de mercado, sendo obrigatória a apresentação, por parte da Contratada, de no mínimo três cotações de fornecedores distintos. As cotações deverão ser submetidas à ratificação da Contratante, que validará o preço por meio de pesquisa em outras tabelas oficiais, propostas, orçamentos, preços contratados por outros órgãos e entidades públicos, inclusive do Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

2.4.3.8.7. Após a ratificação das cotações e autorização expressa da Contratante, a Contratada realizará a contratação do serviço pela média do preço apurado, com a devida aplicação do desconto linear ofertado e da taxa de BDI correspondente.

2.4.3.8.8. Em caráter excepcional, quando não houver disponibilidade de três fornecedores ou em situações emergenciais devidamente justificadas, a Contratada poderá apresentar quantidade reduzida de cotações, desde que sob orientação e com aprovação da Fiscalização.

2.4.3.8.9. Em qualquer das tabelas referenciais utilizadas, deverão ser considerados, quando aplicável, os Custos Diretos com encargos sociais desonerados.

2.4.3.9. Os serviços de natureza técnica específica deverão ser executados por profissionais devidamente qualificados e especializados, sob a supervisão e orientação do profissional Engenheiro Civil ou Arquiteto prestador do serviço de Supervisão Técnica Predial (STP) da Contratada, podendo contar, quando necessário, com o apoio da equipe do SIMPRE.

2.4.3.10. Os serviços descritos neste item somente serão considerados concluídos após a aprovação integral de todas as etapas pela Fiscalização, incluindo, quando aplicável, a remoção de entulhos, a recomposição das áreas danificadas e a execução da limpeza completa dos locais afetados.

2.4.3.11. Consideram-se serviços sob demanda de engenharia aqueles que envolvam alterações em instalações existentes que requeiram modificação de projeto, adaptações com maior complexidade técnica, emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) específica, realização de estudos e dimensionamentos, bem como o fornecimento de equipamentos ou materiais especiais.



2.4.3.12. Os serviços sob demanda de engenharia não deverão configurar a execução de reformas gerais que venham a descaracterizar o objeto contratual, tampouco se destinar à construção, ampliação ou expansão das unidades existentes. Dessa forma, tais serviços não poderão modificar a finalidade de uso das edificações nem agregar valor patrimonial ao imóvel. Seu escopo deverá restringir-se à adaptação dos espaços para fins de uso funcional, à correção de falhas identificadas e à execução de ações complementares que visem à prevenção de futuras ocorrências.

2.5. Das Manutenções Preventivas

2.5.1. Inclui-se, no objeto desta licitação, a contratação de serviços contínuos de manutenção preventiva das instalações, com a finalidade de prevenir, por meio de ações técnicas projetadas, a ocorrência de falhas oriundas do uso contínuo ou da inatividade dos equipamentos e sistemas. Tais serviços têm como propósito preservar a integridade física da edificação, assegurar o pleno funcionamento de suas estruturas e reduzir a demanda por manutenções corretivas.

2.5.2. A execução dos serviços contínuos de manutenção preventiva deverá obedecer, no mínimo, às diretrizes e especificações estabelecidas no modelo inserido no Anexo L - Plano de Manutenção Predial Preventiva (PMPP), abrangendo todas as unidades do TRT15 contempladas no escopo contratual.

2.5.2.1. Deverá ser entregue, após cada visita técnica, o check-list devidamente preenchido (Anexo L), que indicará as atividades executadas, bem como as conformidades e não conformidades dos sistemas prediais encontradas, com as respectivas observações.

2.5.3. As atividades preventivas deverão ser realizadas durante as visitas técnicas periódicas por profissionais devidamente qualificados e habilitados para sua realização, os quais comporão a equipe técnica mínima essencial.

2.5.3.1. Os serviços de drenagem e limpeza, retirada de resíduos sólidos e checagem de rachaduras, vazamentos ou infiltrações das caixas de inspeção, caixas de areia, caixas coletoras, caixas de gordura, fossas sépticas e sumidouros, bem como a limpeza das caixas d'água e reservatórios, deverão ser executados no primeiro ciclo das manutenções preventivas, ou seja, dentro do período de 4 meses do início da prestação dos serviços. Após a primeira execução, os serviços deverão ser realizados conforme periodicidade estipulada no Plano de Manutenção.

2.5.4. Caberá à Contratada planejar e apresentar a programação das visitas técnicas periódicas, por meio de cronograma anual, estruturado de maneira a assegurar a execução completa do Plano em todas as unidades, respeitando os prazos definidos previamente.



2.5.5. O cronograma de manutenções poderá ser reanalisado a qualquer instante, considerando a realização das rotinas e visitas programadas e, se necessário, ser modificado para melhor atender às demandas identificadas.

2.5.6. As planilhas, estimativas de tempo mínimo para cada visita e/ou atividade, cronograma anual de visitas técnicas e número de profissionais envolvidos poderão ser revistos pela Fiscalização a qualquer tempo, de acordo com a melhor conveniência e os critérios técnicos.

2.5.7. Exceto quando disposto de forma distinta, as manutenções executadas durante as visitas técnicas periódicas deverão seguir as prioridades de atendimento listadas a seguir, em ordem decrescente. Essas prioridades poderão ser reavaliadas e alteradas a qualquer momento, conforme determinação da Fiscalização.

- 1ª) Manutenções preventivas e corretivas emergenciais, segundo indicação da Fiscalização.
- 2ª) Manutenções corretivas classe 1 (C1).
- 3ª) Manutenções corretivas classe 2 (C2).
- 4ª) Manutenções corretivas programadas.
- 5ª) Serviços sob demanda.

2.5.8. A comprovação da execução dos procedimentos e ações constantes no modelo do Plano de Manutenção Preventiva Predial, em cada localidade atendida, deverá ser realizada por meio da apresentação dos Relatórios Mensais, acompanhados dos Relatórios de Execução, Relatórios Fotográficos, Relatórios de Insumos e Diários de Manutenção, nos termos do Item 11 deste TR, assim como do check-list indicado no subitem 2.2.1. Tais documentos deverão conter a data exata da realização de cada atividade, descrição das condições observadas, medidas adotadas, identificação dos profissionais responsáveis pela execução dos serviços, bem como quaisquer outras informações que a Contratada considere relevantes para a adequada conservação do imóvel e de suas instalações.

2.5.9. A verificação das atividades de manutenção preventiva poderá ser efetuada a qualquer momento pela Fiscalização, que avaliará o cumprimento das ações previstas por meio do check-list apresentado ou de visitas aos imóveis, além de observar a recorrência de solicitações e reclamações feitas por demandantes e usuários.

2.5.10. Caso sejam identificadas patologias ou necessidades que vão além do escopo da manutenção executada durante a visita técnica periódica, essas ocorrências deverão ser registradas no Relatório de Execução, acompanhadas de descrições técnicas e imagens que evidenciem os problemas encontrados. Após a análise dos Relatórios de Execução, a Fiscalização poderá solicitar a apresentação de orçamento para a devida correção das irregularidades.

2.5.11. Eventuais alterações nas datas de entrega dos relatórios ou na programação dos



serviços deverão ser previamente justificadas pela Contratada, cabendo à Fiscalização avaliar a justificativa e decidir sobre sua aceitação.

2.6. Das Manutenções Corretivas

2.6.1. O objeto desta licitação inclui a execução de manutenções corretivas nas instalações, compreendendo a correção de defeitos, falhas, desgastes e demais não conformidades dos componentes do edifício, resultantes de seu uso regular; o atendimento às solicitações encaminhadas pela Fiscalização e às demandas das unidades; e a realização de serviços rotineiros de reparo, recuperação, regulação ou outras ações relacionadas à conservação do prédio e de seus sistemas, identificadas e demandadas pela própria Contratada durante sua atuação, sempre com o conhecimento e aprovação da Fiscalização.

2.6.2. Para fins de estruturação e execução desta contratação, as manutenções corretivas foram classificadas em duas categorias, com base em critérios mínimos descritos a seguir:

2.6.2.1. Manutenções Corretivas Classe 1 (C1): correspondem a intervenções corretivas que, pela sua natureza, podem ser realizadas pela equipe técnica mínima essencial, sem a necessidade de profissionais especializados, desde que concluídas dentro do tempo previsto no roteiro de manutenção. São consideradas manutenções corretivas ordinárias. Incluem-se nesta categoria as seguintes atividades (rol exemplificativo e não exaustivo):

- a) Serviços de reparo e de pequeno porte em pintura interna e externa de quaisquer elementos ou revestimentos, inclusive preparo, látex, esmalte, óleo ou verniz;
- b) Reparos e complementos de revestimentos de pisos, paredes e forros diversos: cerâmicos, pedras, vinílicos, laminados, minerais, gesso, cimentados, carpete, borracha, elevados, concretos, calçamentos, rejuntas, rodapés, peitoris, etc;
- c) Reparos em esquadrias diversas: portas, janelas, peitoris, caixilhos, acessórios, dobradiças, maçanetas, puxadores, travas, roldanas, molas, etc;
- d) Remoção, guarda e bota-fora de entulhos remanescentes dos trabalhos;
- e) Instalações de revestimentos de pisos e paredes diversos: cerâmicos, pedras, vinílicos, cimentados, concretos, calçamentos, rejuntas, rodapés, peitoris, etc;
- f) Instalações hidráulicas de pequeno porte e consertos hidráulicos comuns em PVC e galvanizados, água, esgoto e pluvial;
- g) Reparos de calhas, chapins, pingadeiras e estruturas, etc;
- h) Execução de alvenarias e seus elementos: vergas, contra-vergas, etc;
- i) Demolições e remoções diversas: alvenarias, drywall, divisórias, revestimentos de piso ou parede, estruturas, etc;
- j) Pequenos complementos ou remanejamentos em divisórias ou paredes de drywall;
- k) Instalações de bancadas de qualquer natureza e seus elementos: bojos, cubas, fixações, etc;
- l) Serviços de adequação às normas de acessibilidade;
- m) Serviços de reparos e de pequeno porte em coberturas e telhados: reposição e troca de



- telhas, vedações, reparos de platibandas e rufos;
- n) Reparos em impermeabilizações de lajes, calhas, rufos, pisos e reservatórios;
 - o) Rejuntes e vedações em esquadrias ou nichos;
 - p) Trabalhos em pequenas alturas, sob avaliação da Fiscalização, até 7 (sete) metros aproximadamente;
 - q) Reparos e instalação de pequenos trechos de concertinas;
 - r) Reparos em persianas;
 - s) Instalação de acessórios sanitários diversos: espelho, acessórios de PcD, duchas higiênicas, etc;
 - t) Serviços em instalações elétricas em baixa tensão: cabeamentos, tomadas e interruptores, sensores, iluminação interna e externa, quadros de proteção, eletrodutos, identificação de circuitos, substituição de lâmpadas, identificação e reparo de falhas elétricas, como mau contato, desconexão, curto-circuito, etc;
 - u) Fixações, aberturas e furações diversas, em qualquer elemento;
 - v) Consertos e instalações de equipamentos elétricos diversos de menor complexidade instalados de forma fixa na edificação, tais como sirenes, sinalizadores, etc.;
 - w) Ajustes em portões eletrônicos;
 - x) Serviços análogos corriqueiros de menor volume e menor tempo e que visem dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos na unidade;
 - y) Demais atividades equivalentes, sob critério da Fiscalização.

2.6.2.2. Os serviços de manutenção corretiva C1, planejados para a execução durante as visitas técnicas periódicas, deverão ser previamente organizados pela Contratada, com base em uma lista consolidada de chamados. O planejamento deverá prever, de forma antecipada, todos os materiais, ferramentas e demais recursos indispensáveis, garantindo a realização dos serviços dentro do período estabelecido para a visita técnica.

2.6.2.3. Manutenções Corretivas Classe 2 (C2): trata-se de serviços de manutenção corretiva com maior grau de complexidade, maior porte, volume ou tempo de execução, que poderão ser realizados pela equipe mínima executora do serviço de SIMPRE durante a visita técnica periódica, desde que previamente autorizado pela Fiscalização e em caso de viabilidade técnica e disponibilidade.

2.6.2.4. As manutenções do tipo C2 podem ser classificadas como ordinárias, quando realizadas pela equipe mínima durante as visitas periódicas, ou programadas, nos casos em que seja necessário agendamento específico fora do cronograma de manutenções preventivas. Essa programação se aplica quando houver indisponibilidade de tempo hábil para a execução durante a visita, quando a atividade exigir mão de obra especializada ou subcontratação de serviços, conforme as particularidades de cada situação. Incluem-se nesta categoria as seguintes atividades (rol exemplificativo e não exaustivo):

- a) Impermeabilizações complexas ou de maior porte;



- b) Serviços de serralheria em geral: montagens, soldas e reparos em estruturas metálicas, grades, gradis, corrimãos, guarda-corpos, fechamentos, grelhas, pisos, confecção de elementos de qualquer natureza, outros serviços similares;
- c) Substituição ou instalação de forros;
- d) Vidraçaria;
- e) Manutenção e instalação em bombas de recalque, de drenagem e seus comandos;
- f) Consertos e instalações de equipamentos elétricos diversos de maior complexidade: sinaleiros, motores elétricos, portões eletrônicos, cancelas eletrônicas, portas automáticas, exaustores, etc;
- g) Execução de drywall e divisórias;
- h) Substituição de portas e janelas em geral;
- i) Fornecimento e instalação de bancadas mais complexas;
- j) Instalação de concertinas;
- k) Serviços elétricos em média tensão;
- l) Demais serviços corretivos não integrantes da Classe 1, de maior volume, complexidade ou tempo de execução;

2.6.2.5. Destaca-se que as classificações atribuídas às Manutenções Corretivas Classe 1 (C1) e Classe 2 (C2) poderão ser revistas pela Fiscalização, com base em critérios técnicos distintos, levando em consideração fatores como a carga de trabalho atual da equipe do SIMPRE, os prazos pretendidos, situações não previstas ou a necessidade de avaliações técnicas adicionais.

2.6.2.6. Manutenções corretivas emergenciais: são intervenções que precisam ser realizadas de forma imediata, em razão da gravidade do problema e de seu impacto direto na operação do imóvel. Tais situações podem ocorrer a qualquer momento - inclusive fora do expediente, em feriados ou fins de semana -, e não podem aguardar os cronogramas das manutenções preventivas ou corretivas planejadas. Envolve todas as medidas necessárias para corrigir falhas, defeitos ou condições atípicas que possam colocar em risco a segurança dos ocupantes, causar danos ao patrimônio da Contratante ou de terceiros, comprometer de maneira relevante as atividades profissionais no local ou prejudicar o desempenho do TRT15 na prestação de seus serviços jurisdicionais. Incluem-se nesta categoria as seguintes atividades (rol exemplificativo e não exaustivo):

- a) Danos físicos que possam comprometer a integridade das edificações;
- b) Infiltrações em lajes e telhados;
- c) Problemas decorrentes de fatores naturais como chuva e vento;
- d) Vazamentos significativos em locais diversos (tubulação, caixa d'água, telhado, aparelho sanitário, etc);
- e) Interrupção no fornecimento de energia em pontos de consumo;
- f) Substituição de circuitos elétricos, tomadas, interruptores, luminárias e disjuntores danificados que, pela sua funcionalidade, demandem conserto imediato;



- g) Verificação de prováveis curtos-circuitos ou outras falhas de instalação elétrica, com respectivo conserto;
- h) Interrupção no fornecimento de água, com verificação das instalações hidráulicas e respectivo conserto;
- i) Abertura de portas com pessoas presas;
- j) Outras tarefas classificadas pela Fiscalização como relevantes e que justifiquem o reparo imediato.

2.6.2.6.1. A responsabilidade pelas solicitações de manutenções emergenciais e inadiáveis caberá à Fiscalização, por meio de Ordem de Serviço, ou à equipe do SIMPRE durante as visitas técnicas periódicas, que deverá acionar diretamente o profissional responsável pela Supervisão Técnica Predial (STP), ou também poderá atuar por iniciativa própria, quando identificado risco iminente.

2.6.2.6.2. Todos os serviços classificados como emergenciais deverão ser iniciados no prazo máximo definido nesta contratação, conforme Etapa 5 do item "Prazo de execução dos serviços", contado a partir da comunicação formal ao profissional responsável pela Supervisão Técnica Predial (STP) e/ou ao Responsável Técnico da Contratada. Caberá à empresa providenciar a execução das ações corretivas cabíveis de forma imediata e, ao término do atendimento, a elaboração e entrega de relatório técnico circunstanciado, descrevendo as medidas adotadas e a solução implementada.

2.6.2.7. A Contratada deverá dispor de estrutura operacional mínima compatível com a quantidade de imóveis atendidos e com o volume de serviços demandados. Será admitida a subcontratação de atividades específicas, exclusivamente em situações de caráter emergencial ou prioritário, conforme critérios e diretrizes definidos pela Fiscalização. Ressalta-se que a eventual subcontratação não exime a Contratada de suas responsabilidades legais, técnicas e contratuais perante a Administração.

2.6.2.8. A Contratada deverá manter atualizado um cadastro de profissionais técnicos habilitados, aptos a realizar atendimento imediato para a execução dos serviços de manutenção, conforme as demandas apresentadas.

2.6.2.9. A remuneração relativa às manutenções corretivas, inclusive as programadas e emergenciais, está compreendida na contraprestação mensal prevista para o serviço de SIMPRE. Eventuais complementações de custo decorrentes da utilização de insumos adicionais e, quando for o caso, da necessidade de suplementação de equipe ou subcontratações, deverão ser previamente autorizadas pela Fiscalização.

2.7. Dos Insumos e Materiais

2.7.1. Para a adequada e eficiente execução dos serviços contratados, a Contratada deverá



providenciar todos os materiais, insumos, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à prestação dos serviços, observando as quantidades estimadas e os padrões mínimos de qualidade exigidos, devendo proceder à substituição imediata de quaisquer itens que se tornem inservíveis ou inadequados ao longo da execução contratual.

2.7.2. A Contratada deverá disponibilizar veículo compatível com as necessidades operacionais, de forma a assegurar os deslocamentos da equipe de trabalho e o transporte dos itens indispensáveis à execução dos serviços de manutenção, dentre os quais incluem-se insumos predefinidos por meio dos chamados de atendimento, em conjunto com a Fiscalização, bem como ferramental adequado, inseridos nesse rol os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), em conformidade com as normas de segurança vigentes.

2.7.3. A Contratada deverá manter um estoque mínimo dos principais insumos de uso recorrente nas unidades, preferencialmente na cidade-polo da Região, de forma a viabilizar o pronto atendimento às demandas das demais localidades incluídas nos roteiros de manutenção predial. Esses materiais somente serão pagos quando da sua efetiva utilização.

2.7.4. Na hipótese de, durante a execução dos serviços em cidades distintas da cidade-polo, a Contratada não dispor dos materiais indispensáveis à realização das atividades de manutenção predial, deverá providenciar a aquisição dos referidos itens no comércio local, de modo a não comprometer a continuidade ou o cronograma previsto. Para tanto, é imprescindível que a Contratada realize, com antecedência, o levantamento das Ordens de Serviço e chamados, que deverão ser disponibilizados pela Contratante.

2.7.5. Caso a Contratada deixe de executar os serviços por falhas relacionadas à ausência de planejamento, programação inadequada ou omissão na aquisição e disponibilização dos insumos necessários, ficará sujeita à aplicação das penalidades contratuais cabíveis, incluindo, mas não se limitando, à multa por atraso ou inexecução das obrigações pactuadas.

2.7.6. Durante a vigência do contrato, os insumos efetivamente utilizados na execução dos serviços de manutenção predial serão remunerados mensalmente com base nos Custos Diretos constantes da Tabela SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil) vigente na data da elaboração do orçamento da licitação, correspondente ao Estado de São Paulo. Aos valores apurados serão aplicados o desconto linear e o BDI estipulado (referência: 14,09%), desde que todas as obrigações previstas neste Termo de Referência sejam integralmente cumpridas.

2.7.6.1. Na ausência de insumos específicos na Tabela SINAPI/SP, poderão ser utilizadas, na seguinte ordem de prioridade, outras bases referenciais de custos, vigentes na data da elaboração do orçamento da licitação, com aplicação do mesmo desconto linear e da taxa de BDI estipulada (referência: 14,09%):



- a) Tabela de Custos CPOS - Companhia Paulista de Obras e Serviços;
- b) Tabela SIURB - Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras da Prefeitura de São Paulo.

2.7.6.2. Caso não existam insumos compatíveis com os serviços nas tabelas referenciadas nos itens anteriores, os custos poderão ser definidos com base em pesquisa de mercado, sendo obrigatória a apresentação, por parte da Contratada, de no mínimo três cotações de fornecedores distintos. As cotações deverão ser submetidas à ratificação da Contratante, que validará o preço por meio de pesquisa em outras tabelas oficiais, propostas, orçamentos, preços contratados por outros órgãos e entidades públicos, inclusive do Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

2.7.6.2.1. Após a ratificação das cotações e autorização expressa da Contratante, a Contratada realizará a aquisição do insumo pelo menor valor apurado, pela média do preço apurado, com a devida aplicação do desconto linear ofertado e da taxa de BDI correspondente.

2.7.6.2.2. Em caráter excepcional, quando não houver disponibilidade de três fornecedores ou em situações emergenciais devidamente justificadas, a Contratada poderá apresentar quantidade reduzida de cotações, desde que sob orientação e com aprovação da Fiscalização.

2.7.6.3. Em qualquer das tabelas referenciais utilizadas, deverão ser considerados, quando aplicável, os Custos Diretos com encargos sociais desonerados.

2.7.7. Os materiais de pequeno valor unitário e de uso contínuo que não estejam especificados nas planilhas de referência ou cujos quantitativos sejam inferiores à unidade - tais como colas, pregos, parafusos, porcas, arruelas, arames, lixas, solventes, materiais de limpeza, panos, esponjas, entre outros -, poderão não ser apropriados nas medições, de acordo com avaliação técnica da Fiscalização, devendo integrar o índice de BDI em conjunto com a Administração Central.

2.7.8. A Contratada deverá empregar, na execução dos serviços, exclusivamente materiais e insumos novos, de primeira qualidade, compatíveis com as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência e em seus anexos. Preferencialmente, os itens deverão pertencer às marcas paradigma (linha premium) relacionadas a seguir, conforme aplicabilidade para cada tipo de item:

- Interruptores e Tomadas: Schneider Electric, Siemens, WEG ou similares.
- Cabos e Fios Elétricos: Sil, Pirelli, Cobrecom ou similares.
- Luminárias e Lâmpadas LED: Philips, Ourolux, Osram, Avant ou similares.
- Disjuntores / Quadros: Siemens, Schneider Electric, ABB, Tigre ou similares.
- Tintas: Suvinil, Coral, Sherwin-Williams ou similares.
- Metais Sanitários: Deca, Docol, Fabrimar ou similares.



- Louças Sanitárias: Deca, Celite, Icasa, Incepa ou similares.
- Revestimentos Cerâmicos: Portobello, Eliane, Cecrisa, Ceusa, Incepa ou similares.
- Tubulações Hidráulicas / Esgoto: Tigre, Amanco, Krona ou similares.

2.7.8.1. Poderão ser fornecidos e utilizados, nas atividades de manutenção, peças e insumos das mesmas marcas e modelos já instalados nas edificações, desde que correspondam ao padrão originalmente adotado no imóvel. Essa medida visa preservar a uniformidade, compatibilidade e funcionalidade dos sistemas já existentes.

2.7.8.2. Serão considerados similares os materiais e insumos que possuam função construtiva equivalente e apresentem desempenho técnico e aspecto estético compatíveis com os exigidos pelo TRT15.

2.7.8.3. Caso a Contratada opte, por qualquer motivo, pela utilização de materiais ou insumos similares aos referenciados ou aos padrões instalados, a marca/modelo deverá ser previamente submetida à Fiscalização para análise e autorização expressa. A Fiscalização poderá, a seu critério, exigir laudo técnico emitido por instituto tecnológico oficial que comprove a equivalência técnica, de desempenho e de qualidade dos itens propostos. Todas as despesas decorrentes desta exigência serão integralmente suportadas pela Contratada, sendo vedado qualquer tipo de repasse ou ônus para a Contratante.

2.7.8.3.1. Os produtos fornecidos, quando aplicável, deverão possuir as certificações compulsórias previstas no sítio do INMETRO (<http://www.inmetro.gov.br/qualidade/rtepac/compulsorios.asp>).

2.7.8.4. O descumprimento do disposto nesta cláusula poderá acarretar a exigência de retirada imediata dos materiais rejeitados e/ou a recusa de aceitação dos serviços executados em desacordo com as obrigações contratuais, sem que disso decorra qualquer ônus para a Contratante.

2.7.9. Compete à Fiscalização a prerrogativa de inspecionar os materiais e serviços prestados, podendo impugnar e rejeitar, de forma fundamentada, qualquer item que não atenda aos padrões de qualidade ou às exigências contratuais.

2.7.10. Na hipótese de indisponibilidade de materiais específicos ou de impossibilidade técnica para execução do serviço conforme especificado, a Contratada deverá apresentar justificativa formal acompanhada de propostas alternativas, ficando a adoção dessas sugestões condicionada à prévia análise e aprovação pela Fiscalização.

2.7.11. O prazo de validade dos materiais e insumos fornecidos pela Contratada deverá atender às normas técnicas e recomendações dos fabricantes.



2.7.12. A Contratada deverá assegurar que todos os profissionais por ela disponibilizados para a execução dos serviços, inclusive aqueles vinculados a eventuais empresas subcontratadas, estejam devidamente identificados durante toda a permanência nos locais de trabalho.

2.7.13. A identificação dos profissionais deverá ser feita por meio de:

- a) uniforme padronizado, contendo, de forma visível, o nome ou logomarca da Contratada (ou subcontratada, se for o caso); e
- b) crachá de identificação funcional ou outro meio de identificação.

2.8. Das Regiões e Cidades-Polo

2.8.1. Para assegurar a adequada execução dos serviços em uma área de grande extensão geográfica e elevada concentração de unidades atendidas, a prestação dos serviços será organizada com base em 04 (quatro) Regiões Técnicas de Atendimento, conforme Anexos A e B, sendo elas:

- Região I (Cidade-Polo Campinas): formada pelos municípios que integram a Circunscrição 1 do TRT15;
- Região II (Cidade-Polo Campinas): formada pelos municípios que integram as Circunscrições 2 e 3 do TRT15;
- Região III (Cidade-Polo Ribeirão Preto): formada pelos municípios que integram as Circunscrições 4 e 7 do TRT15; e
- Região IV (Cidade-Polo Marília): formada pelos municípios que integram as Circunscrições 5, 6 e 8 do TRT15.

2.8.2. Cada Região Técnica de Atendimento deverá dispor, de forma independente e autônoma, da execução dos Serviços Integrados de Manutenção Preventiva e Reparos (SIMPRE) e dos serviços de Supervisão Técnica Predial (STP), conforme especificado nos itens 2.4.1. e 2.4.2. dos Requisitos da Contratação.

2.8.2.1. Para fins de racionalização da execução contratual e aumento da eficiência na gestão dos serviços, optou-se pelo agrupamento das Regiões Técnicas de Atendimento I e II em um único conjunto, doravante denominado Grupo 1. Nesse contexto, e mediante aprovação prévia da fiscalização, os profissionais responsáveis pela execução dos serviços contratados poderão ser remanejados entre as unidades abrangidas por esse grupo, com vistas à otimização e qualificação da prestação dos serviços, sem que tal remanejamento implique em quaisquer custos adicionais para a Contratante.

2.8.3. As Regiões Técnicas de Atendimento foram definidas a partir de critérios geográficos,



logísticos e operacionais, considerando a otimização dos deslocamentos das equipes, a criação de roteiros eficientes e a adequação dos tempos de atendimento entre as unidades jurisdicionadas.

2.8.4. A Contratada deverá observar a organização territorial estabelecida para fins de planejamento, execução e controle das atividades contratadas, sendo vedada qualquer alteração da lógica de atendimento sem a prévia anuência da Fiscalização.

2.8.5. O presente contrato abrangerá, obrigatoriamente, a prestação dos serviços em todas as edificações ocupadas ou a serem ocupadas pelas unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, conforme listagem das unidades contidas no Anexo A, salvo quando houver contratações vigentes no órgão conflitantes com o atual objeto, as quais serão devidamente comunicadas pela Fiscalização à Contratada.

2.8.5.1. Poderá haver, durante a vigência contratual, exclusão e inclusão de novos imóveis e/ou alteração na quantidade de edificações atendidas, desde que localizadas na mesma Região de Atendimento. A Contratada deverá assegurar a continuidade da prestação dos serviços de manutenção tanto nos imóveis atualmente abrangidos quanto naqueles que vierem a ser incorporados.

2.8.6. Os imóveis eventualmente utilizados para o armazenamento de arquivos das unidades deverão ser contemplados no escopo dos serviços previstos nesta contratação.

2.8.7. Ficam excluídos do escopo deste Termo de Referência os imóveis onde funcionam unidades ou postos avançados do TRT15, situados em espaços cedidos ou alugados, desde que os respectivos contratos de cessão ou locação atribuam ao cessionário ou proprietário a responsabilidade pela execução dos serviços de manutenção.

2.9. Dos Deslocamentos e Diárias

2.9.1. Para fins de cálculo dos deslocamentos, será considerada a distância entre cada localidade atendida e a respectiva cidade-polo da Região, ou entre as localidades atendidas, conforme o caso, com base nas distâncias apuradas por meio da ferramenta Google Maps (<https://www.google.com/maps>), dos Relatórios elaborados e do cronograma definido de manutenções preventivas.

2.9.1.1. Na cidade-polo dos Itens 1 e 2 (Campinas) - Grupo 1, utilizou-se como marco inicial ou final o endereço da Sede Administrativa do TRT 15 em Campinas/SP.

2.9.1.2. Nas cidades-polo dos Itens 3 (Ribeirão Preto/SP) e 4 (Marília/SP), utilizou-se como marco inicial ou final o endereço do Fórum Trabalhista respectivo.



2.9.1.3. No cálculo dos roteiros, utilizou-se como marco inicial e/ou marco final o endereço de cada unidade trabalhista de atendimento.

Ex.: de Rio Claro para Mogi Mirim:

Marco inicial = endereço da VT de Rio Claro;

Marco final = endereço da VT de Mogi Mirim.

2.9.2. A Contratada deverá disponibilizar veículo apropriado para o deslocamento dos prestadores dos serviços contratados, de forma a garantir o atendimento adequado às demandas previstas. O veículo deverá estar em conformidade com as normas de segurança, possuir capacidade compatível com o transporte da equipe e dos materiais necessários à execução dos serviços.

2.9.3. O tempo estimado de deslocamento será computado no cálculo dos roteiros e no planejamento de atendimento às Unidades.

2.9.4. Foi considerada a velocidade média de 70 km/h do meio de transporte para fins de apuração das horas de deslocamento entre municípios, na composição de custos.

2.9.5. A critério da Fiscalização, poderão ser custeados os deslocamentos realizados por subcontratados ou prestadores de serviço suplementares ao SIMPRE, nos casos em que não houver, no município de execução dos serviços, prestadores locais devidamente qualificados. De igual modo, poderá ser autorizada a compensação de deslocamentos do prestador de serviços de Supervisão Técnica Predial (STP), em situações específicas, para a realização de vistorias, inspeções técnicas ou emissão de relatórios, desde que haja prévia aprovação da Fiscalização.

2.9.6. As horas despendidas em deslocamentos realizados para a prestação de serviços em dias não úteis e/ou fora do horário comercial poderão ser objeto de remuneração, desde que previamente autorizadas pela Fiscalização.

2.9.7. Não haverá pagamento de valores relativos a deslocamentos para a mão de obra contratada diretamente no município onde os serviços forem prestados, salvo nos casos previstos nesta contratação.

2.9.8. Para a remuneração mensal de deslocamento, será adotado o critério de medição por quilômetro rodado (ida e volta), acrescido de ajuda de custo referente a pedágios e ao uso do veículo utilizado para o transporte, multiplicado pelo custo direto calculado nos termos do Anexo C e indicado no item 3.1. da planilha orçamentária referencial - dados gerais (Anexo E), aplicando-se o desconto linear ofertado pela Contratada e a taxa do BDI (referência: 27,68%).



2.9.9. Serão admitidas eventuais despesas com diárias de pernoite destinadas ao custeio dos prestadores de serviço, para o desempenho de atividades fora da cidade-polo de referência.

2.9.9.1. O pagamento de diárias ficará condicionado à comprovação de que o deslocamento foi realizado para municípios localizados a mais de 120 km da cidade-polo de referência. No entanto, não haverá pagamento de diária nos casos em que o deslocamento coincida com o último dia do roteiro de serviços, hipótese em que os profissionais deverão retornar obrigatoriamente à base previamente definida, independentemente da distância de deslocamento. Excepcionalmente, poderá ser autorizada a permanência na localidade, com direito à diária, desde que haja justificativa técnica e aprovação expressa da Fiscalização.

2.9.9.2. Para os atendimentos realizados em municípios situados a até 120 km de distância da respectiva cidade-polo, adotou-se como diretriz que as equipes técnicas retornarão à base no mesmo dia, após o encerramento das atividades, salvo em situações excepcionais previamente autorizadas pela Fiscalização.

2.9.10. As diárias serão devidas nos casos em que os serviços de manutenção forem executados durante visitas técnicas periódicas, ou quando as atividades apresentarem duração superior à jornada comercial do dia. A concessão estará condicionada à autorização prévia da Fiscalização, devidamente acompanhada de justificativa técnica e do respectivo roteiro de deslocamento, comprovado por meio de Relatórios, Ordens de Serviço, Ofícios de Início ou outro documento hábil e formalmente aceito.

2.9.11. Também poderão ser concedidas diárias nos casos de execução de serviços corretivos, programados, emergenciais, vistorias técnicas ou demais intervenções pontuais, desde que observadas as disposições previamente estabelecidas neste instrumento. A autorização será condicionada à avaliação técnica da Fiscalização e poderá abranger, inclusive, equipes subcontratadas ou prestadores suplementares.

2.9.12. As diárias serão calculadas multiplicando-se os dias necessários pelo custo direto indicado no item 4.1. da planilha orçamentária referencial - dados gerais (Anexo E), aplicando-se o desconto linear ofertado pela Contratada e a taxa do BDI (referência: 27,68%).

2.9.13. Não será devido o pagamento de diárias para os profissionais contratados diretamente no município onde os serviços forem executados, independentemente da natureza da contratação.

2.9.14. Durante a execução de atividades de manutenção preventiva, corretiva e programada, os prestadores de serviço deverão respeitar os prazos contratuais e os prazos considerados razoáveis para a conclusão das atividades, considerando como base o referencial de tempo estipulado na contratação. O descumprimento injustificado dos prazos poderá implicar na devolução dos valores pagos a título de diárias, deslocamentos e em outras penalidades



cabíveis. A Fiscalização poderá, a seu critério, recorrer à literatura técnica especializada para aferição dos prazos razoáveis de execução.

2.10. Do Preposto

2.10.1. A Contratada deverá proceder à nomeação formal de seu preposto antes do início da execução dos serviços, durante a fase de planejamento, com a finalidade de representá-la perante a Contratante nas tratativas administrativas que se fizerem necessárias. A indicação deverá ser realizada por meio de documento específico, contendo todas as informações pertinentes, tais como: nome completo, número do CPF, endereço, telefones de contato (comercial e celular), além da descrição clara das atribuições, competências e limitações do representante no âmbito da execução contratual.

2.10.2. O preposto designado deverá possuir pleno conhecimento e estar devidamente habilitado para prestar esclarecimentos referentes às faturas emitidas em decorrência dos serviços executados.

2.10.3. A Contratada deverá instruir seu preposto quanto à obrigatoriedade de atender às determinações da Administração, observando, de forma especial, o fiel cumprimento das normas internas, bem como das diretrizes relativas à Segurança e Medicina do Trabalho vigentes nas dependências da Contratante.

2.10.4. É vedada à Contratada a indicação, para a função de preposto, de empregados diretamente envolvidos na execução dos serviços junto à Contratante.

2.10.5. A Contratada deverá orientar seu preposto quanto à obrigatoriedade de atender, de forma imediata e diligente, a todas as solicitações formuladas pela Fiscalização do Contrato, cumprindo prontamente as determinações, instruções e orientações emitidas, especialmente aquelas relacionadas ao atendimento das normas internas, desde que compatíveis com a legislação vigente. Compete ainda ao preposto adotar todas as providências necessárias à correção de eventuais falhas identificadas na execução dos serviços contratados.

2.10.6. Constituem atribuições do preposto, entre outras que lhe forem designadas:

- a) Comandar, coordenar e controlar a execução dos serviços contratados, nas dependências da Contratante, com o auxílio do profissional Engenheiro Civil ou Arquiteto responsável pela prestação do serviço de STP e do Encarregado Geral;
- b) Zelar pela segurança, limpeza e conservação dos equipamentos e das instalações da Contratante colocados à disposição dos empregados da Contratada;
- c) Cumprir e fazer cumprir todas as determinações, instruções e orientações emanadas das autoridades da Contratante e da Fiscalização do contrato;
- d) Apresentar informações e/ou documentação solicitada pela Fiscalização do contrato,



inerentes à execução e às obrigações contratuais, em tempo hábil;

- e) Reportar-se à Fiscalização do contrato para dirimir quaisquer dúvidas a respeito da execução dos serviços e das demais obrigações contratuais;
- f) Relatar à Fiscalização do contrato, pronta e imediatamente, por escrito, toda e qualquer irregularidade observada;
- g) Garantir que os funcionários reportem-se sempre à Contratada, primeiramente, e não aos servidores/autoridades da Contratante no local da prestação dos serviços, na hipótese de ocorrência de problemas relacionados à execução contratual;
- h) Realizar, além das atividades e tarefas que lhe forem atribuídas, quaisquer outras que julgar necessárias, pertinentes ou inerentes à boa prestação dos serviços contratados;
- i) Encaminhar aos Fiscais Contratuais todas as Notas Fiscais/Faturas dos serviços prestados, bem como toda a documentação complementar exigida neste Termo de Referência;
- j) Esclarecer quaisquer questões relacionadas às Notas Fiscais/Faturas dos serviços prestados e insumos fornecidos, ou de qualquer outra documentação encaminhada, sempre que solicitado;
- k) Administrar todo e qualquer assunto relativo aos empregados da Contratada, respondendo perante a Contratante por todos os atos e fatos gerados ou provocados por eles;
- l) Participar de reuniões, sempre que solicitado por este Regional.

2.10.7. A Contratante poderá rejeitar, de forma motivada, a indicação ou continuidade do preposto nomeado pela Contratada, ocasião em que esta deverá indicar outro representante qualificado para o desempenho da função.

2.10.8. A Contratante poderá solicitar a presença do preposto sempre que for necessário, a fim de que sejam adotadas, de forma imediata, as providências que se fizerem pertinentes.

2.10.9. O Responsável Técnico da empresa poderá acumular a posição de preposto da Contratada.

2.11. Dos Relatórios de Manutenção Predial

2.11.1. A Contratada deverá, ao longo da execução do contrato, apresentar os seguintes relatórios:

2.11.1.1. Relatórios Quadrimestrais:

2.11.1.1.1. Ao término de cada ciclo de manutenção preventiva, ou seja, inicialmente a cada quatro meses, deverá ser elaborado relatório técnico, acompanhado de registros fotográficos, descrevendo as condições observadas nos principais sistemas inspecionados, bem como as eventuais dificuldades enfrentadas e aspectos passíveis de otimização na edificação. Tal documento terá como finalidade compor o histórico técnico dos imóveis em uso por este Tribunal e evidenciar as melhorias sistêmicas decorrentes das intervenções periódicas



programadas.

2.11.1.1.2. Esse relatório deverá ser assinado pelo Responsável Técnico e encaminhado à Fiscalização para aprovação.

2.11.1.2. Relatórios Mensais:

2.11.1.2.1. Fornecer, mensalmente, anterior à emissão da Nota Fiscal dos serviços executados no mês para aprovação da Fiscalização, Relatório Mensal de Manutenção Predial, assinado pelo Responsável Técnico, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Informação dos roteiros de manutenção realizados, incluindo informações das diárias e quilometragem do período.
- b) Descrição das manutenções preventivas realizadas.
- c) Descrição das manutenções corretivas executadas.
- d) Descrição dos serviços sob demanda realizados.
- e) Relação e quantitativo dos insumos fornecidos, com o respectivo código, se houver;
- f) Apresentação dos dados, na forma de gráfico e tabelas, das medições realizadas nos sistemas e equipamentos da Contratante, inclusive com a apresentação de gráficos comparativos com meses anteriores.
- g) Descrição de quaisquer anormalidades/dificuldades constatadas no decorrer da execução dos serviços.
- h) Apresentação de sugestões para melhor execução dos serviços e consumo de água e energia mais eficientes.

2.11.1.3. Relatórios Diários e ao final de cada manutenção:

2.11.1.3.1. Fornecer, ao final de cada trabalho, Relatório de execução, Relatório fotográfico e Relatório de insumos dos serviços de manutenção predial preventiva, corretiva, serviços extraordinários, emergenciais, suplementares, sob demanda etc., bem como Diário de manutenção preenchidos diariamente, assinados pelos respectivos responsáveis indicados nos modelos do Anexo M, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Localização do imóvel.
- b) O responsável pela unidade atendida.
- c) Data e horário de início e término das atividades em cada dia de trabalho.
- d) Nome dos profissionais envolvidos.
- e) Relação de insumos, suas quantificações, fonte de preço e preço unitário.
- f) Relação de serviços e suas quantificações.
- g) Relatório fotográfico das manutenções preventivas, corretivas, emergenciais, programadas etc.
- h) Marca dos materiais empregados de maior relevância.



- i) As notas fiscais de compra de insumos não planilhados, com orçamentos prévios e em número de três, ou justificativa pela não apresentação deste número mínimo.
- j) As anomalias encontradas.
- k) Ateste do representante da unidade demandante no relatório de execução.
- l) Avaliação da qualidade na execução dos serviços, cumprimento de chamados e cumprimento de prazo.

Obs: a critério da Fiscalização e a qualquer tempo, poderão ser exigidas a apresentação das Notas Fiscais da compra dos insumos, para avaliação das especificações do componente e se ele atende quanto aos requisitos da qualidade.

2.11.2. Os relatórios de manutenção predial servirão para a apuração de valores a serem pagos, além de configurar memória técnica, para efeito de garantia de serviços e novas programações, bem como controle da periodicidade recomendada para os serviços.

2.11.3. Os relatórios de manutenção predial deverão ser elaborados em conformidade com as diretrizes da Fiscalização, podendo, a qualquer tempo, efetuar melhorias nos relatórios para melhor controle.

2.11.4. A Contratada deverá encaminhar os relatórios, com as respectivas assinaturas, sempre para a Fiscalização por meio eletrônico, através do endereço de e-mail cm.silmp@trt15.jus.br ou sistema específico, conforme orientação da fiscalização, após a conclusão dos serviços.

2.11.5. As manutenções, serviços e adaptações só serão consideradas entregues após o término, por completo, de todos os trabalhos, inclusive com o fornecimento de todos os relatórios de manutenção predial e formulários de vistoria diária assinados. A vistoria poderá ser realizada pela Fiscalização que, aceitando a entrega e julgando pela compatibilidade entre os relatórios e o executado, receberá o serviço.inf

2.12. Dos Prazos Para Execução dos Serviços

2.12.1. Os prazos para a execução dos serviços foram definidos com base na complexidade da solução requerida, no volume de demandas e na prioridade estabelecida pela Fiscalização do contrato.

2.12.2. Os prazos de execução estarão sempre condicionados à liberação dos espaços necessários à realização dos serviços, bem como à definição da complexidade específica de cada objeto a ser executado.

2.12.3. As solicitações, agendamentos, emissões de Ordens de Serviço e notificações serão realizadas por meio de registro em sistema informatizado, e-mail, telefone, WhatsApp ou outro meio equivalente, preferencialmente nessa ordem de prioridade, em dias úteis e durante



o horário comercial. Fora desses períodos, será considerado o horário de acionamento telefônico ou de outro meio utilizado para fins de registro e controle.

2.12.4. Os atendimentos emergenciais terão seu horário de início considerado a partir do momento do acionamento, conforme descrito anteriormente. Chamados realizados fora do horário comercial serão formalizados pela Fiscalização no primeiro dia útil seguinte, ocasião em que será informado o horário original do acionamento, o qual servirá de referência para a contagem dos prazos aplicáveis.

2.12.5. Caso a Contratada não inicie o atendimento emergencial no prazo estipulado deverá, ao menos, adotar medidas para conter os efeitos prejudiciais ou sanar ou inibir suas causas, até que se inicie efetivamente a recuperação do sistema, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas. No entanto, se o problema comprometer a disponibilidade ou o funcionamento de quaisquer sistemas prediais, as ações corretivas deverão ser imediatamente iniciadas, respeitando os prazos estabelecidos.

2.12.6. As manutenções corretivas fora da cidade-polo deverão, preferencialmente, ser realizadas juntamente com a próxima visita de manutenção preventiva, conforme o cronograma de visitas técnicas previamente aprovado. Excepcionalmente, mediante solicitação expressa da Fiscalização, poderá ser definido um agendamento distinto daquele previsto para as manutenções preventivas.

2.12.7. O não cumprimento dos prazos estabelecidos para a execução dos serviços será considerado na apuração mensal do Instrumento de Medição de Resultados - IMR e/ou poderá fundamentar a aplicação das penalidades previstas no contrato.

2.13. Do Instrumento de Medição de Resultado - IMR

2.13.1. O Instrumento de Medição de Resultado - IMR constitui documento escrito, anexo ao Contrato, que estabelece, com base em critérios objetivos, mensuráveis, observáveis e verificáveis, os níveis de qualidade esperados na prestação dos serviços, bem como os correspondentes ajustes nos pagamentos devidos.

2.13.2. A Contratada estará obrigada ao pleno cumprimento do Instrumento de Medição de Resultado - IMR, nos termos estabelecidos neste Termo de Referência.

2.13.3. A aplicação de descontos decorrentes do IMR é independente das penalidades e sanções administrativas previstas na contratação, não implicando substituição ou exclusão destas.

2.13.4. A Fiscalização técnica do contrato será responsável por acompanhar de forma contínua a execução do objeto contratual, adotando o IMR como parâmetro para a verificação



da qualidade dos serviços prestados. Sempre que forem constatadas ocorrências que impactem negativamente os indicadores estabelecidos, será promovido o redimensionamento dos pagamentos devidos à Contratada, conforme os critérios definidos neste Termo de Referência, nas seguintes hipóteses:

- a) Falha na execução contratual;
- b) Efetivação dos Procedimentos de Manutenção Predial Preventiva; ou
- c) Realização das visitas técnicas periódicas, conforme cronograma preestabelecido.

2.13.5. A adoção do Índice de Medição de Resultados (IMR) não exclui a possibilidade de utilização simultânea de outros instrumentos ou metodologias para avaliação da prestação dos serviços.

2.13.6. Ao longo da execução contratual, caberá ao fiscal técnico o monitoramento contínuo do nível de qualidade dos serviços, com o objetivo de prevenir sua deterioração. Sempre que identificadas falhas, omissões ou irregularidades, o fiscal deverá solicitar formalmente à Contratada as devidas correções.

2.13.7. A Contratada poderá apresentar justificativa para eventual prestação de serviço com nível de conformidade inferior ao exigido, a qual poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que demonstrada a natureza excepcional da ocorrência, decorrente exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios à esfera de controle do prestador.

2.13.8. Quando o desempenho estiver abaixo dos níveis mínimos aceitáveis estabelecidos nos indicadores, poderão ser impostas à Contratada as penalidades e sanções administrativas previstas na contratação, após o devido processo legal.

2.14. Do Recebimento dos Serviços Prestados

2.14.1. Mensalmente, ao final da execução dos serviços previstos, a Contratada apresentará a planilha orçamentária completa em formato XLS ou XLSX de todos os serviços e insumos utilizados no período, discriminada por Fórum/Vara, juntamente com memória de cálculo, quando couber.

2.14.2. O serviço no mês só será considerado concluído quando todos os serviços da etapa estiverem devidamente finalizados, incluindo a limpeza final.

2.14.3. Os Relatórios, descritos no Item 5.11 deste TR, deverão ser entregues à fiscalização, juntamente com a medição, para fins de apuração dos valores devidos. Todos os relatórios apresentados devem estar assinados por seus respectivos responsáveis.

2.14.4. Os serviços e insumos contratados serão recebidos provisoriamente no prazo de 5



(cinco) dias úteis pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

2.14.5. O recebimento provisório fica condicionado à apresentação, conforme aplicabilidade, dos relatórios mencionados no Item 2.11 deste TR; da validação dos serviços executados, incluindo a limpeza do ambiente; bem como da compatibilidade entre os Relatórios apresentados e a planilha orçamentária aprovada.

2.14.5.1. Ao término de cada período de medição, a Fiscalização realizará a apuração do resultado das avaliações referentes à execução do objeto contratual, incluindo a análise do desempenho e da qualidade dos serviços executados, conforme os indicadores estabelecidos neste Termo de Referência. A depender dos resultados apurados, poderá haver o redimensionamento dos valores a serem pagos à Contratada. As conclusões dessa verificação deverão ser registradas em relatório específico, que será encaminhado à gestão do contrato para as providências cabíveis.

2.14.6. A Contratada obriga-se a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, total ou parcialmente e às suas expensas, qualquer parte do objeto contratual em que forem constatados vícios, defeitos ou inconformidades decorrentes da execução dos serviços ou da inadequação dos materiais empregados.

2.14.7. O objeto poderá ser rejeitado, todo ou em parte, quando estiver em desconformidade com as especificações inseridas neste Termo de Referência ou com as orientações da equipe de fiscalização, sem prejuízo à aplicação das penalidades cabíveis.

2.14.8. A emissão das notas fiscais por parte da Contratada somente será autorizada após a validação, pela equipe fiscal da Contratante, da conformidade dos serviços executados.

2.14.9. O recebimento definitivo dos serviços e eventuais insumos utilizados no período será realizado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório, pelo(a) gestor(a) contratual ou por comissão formalmente designada. Esse recebimento ocorrerá após a verificação da conformidade quanto à qualidade e quantidade dos serviços executados e ao atendimento das exigências contratuais, sendo formalizado por meio da emissão do termo de recebimento definitivo.

2.14.10. Não se iniciará a contagem de prazo para o recebimento, seja provisório ou definitivo, enquanto houver pendências relativas à correção de inconsistências identificadas na execução do serviço ou no instrumento de cobrança, cuja solução caberá exclusivamente à Contratada.

2.14.11. O recebimento, seja provisório ou definitivo, não exime a Contratada da responsabilidade civil pela solidez, segurança e qualidade dos serviços entregues, tampouco



da responsabilidade profissional pela adequada execução do contrato.

2.14.12. Durante o período de garantia, a Contratada obriga-se a reparar, sem qualquer ônus para a Contratante e sempre que for demandada, quaisquer defeitos decorrentes de vícios, falhas ou má execução dos serviços relacionados ao objeto deste Termo de Referência.

2.14.13. A Contratada deverá manter registro atualizado das atividades executadas, o qual deverá ser disponibilizado à Fiscalização sempre que solicitado. A execução dos serviços estará sujeita a acompanhamento, vistorias e avaliações técnicas por parte da Fiscalização, que poderá exigir correções, retrabalhos ou ajustes sempre que identificadas inconformidades, sem que isso implique ônus adicional à Contratante.

2.15. Dos Critérios de Medição e Pagamento

2.15.1. As medições do objeto ocorrerão em periodicidade mensal, tendo como marco inicial a data estabelecida no Documento de Autorização Inicial (DAI). A partir dessa data, as medições subsequentes serão realizadas sempre no mesmo dia de cada mês, adotando-se uma data fixa de referência para fins de apuração dos serviços executados.

2.15.1.1. Nos meses em que não houver o dia equivalente - por exemplo, dias 29, 30 ou 31 em meses com menor número de dias -, a medição será efetuada no último dia do respectivo mês. As medições subsequentes seguirão a mesma lógica durante o período contratual.

2.15.1.2. Somente serão aferidos e pagos os serviços que forem efetivamente executados e concluídos de forma satisfatória no respectivo período de medição e os insumos e materiais comprovadamente utilizados, conforme verificação da Fiscalização.

2.15.1.3. A apuração dos serviços prestados e insumos fornecidos estará condicionada à apresentação, pela Contratada, dos Relatórios e Diários exigidos no item 2.11 deste TR devidamente preenchidos e assinados, os quais deverão ser conferidos e aprovados pela Fiscalização como requisito para validação da medição.

2.15.2. A medição dos serviços listados nos subitens 2.15.2.1 a 2.15.2.5. a seguir será realizada com periodicidade fixa, devendo o faturamento ser apresentado por meio de uma única nota fiscal, salvo disposição contrária, emitida após prévia autorização da Fiscalização, com a devida incidência dos tributos correspondentes:

2.15.2.1. Execução do SIMPRE: a Contratada fará jus ao pagamento de uma unidade fixa mensal referente à prestação dos serviços de SIMPRE, desde que atendidos integralmente as obrigações contratuais e os requisitos técnicos previstos neste documento. O valor será calculado com base no custo direto indicado no item 2.1 da planilha orçamentária referencial - dados gerais (Anexo E), aplicando-se o desconto linear ofertado pela Contratada e a taxa de



BDI (referência: 27,68%).

2.15.2.2. Serviços de STP: a Contratada fará jus ao pagamento de uma unidade fixa mensal referente à prestação dos serviços de STP, desde que atendidas integralmente as obrigações contratuais e os requisitos técnicos previstos neste documento. O valor será calculado com base no custo direto indicado no item 1.1 da planilha orçamentária referencial - dados gerais (Anexo E), aplicando-se o desconto linear ofertado pela Contratada e a taxa de BDI (referência: 27,68%).

2.15.2.3. Deslocamento dos Prestadores de Serviços (DPS): o quantitativo de quilômetros percorridos, para a execução dos roteiros de manutenção e de serviços pontuais, será apurado e medido mensalmente para fins de pagamento. A remuneração será calculada com base na multiplicação dos quilômetros rodados pelo custo direto indicado no item 3.1. da planilha orçamentária referencial - dados gerais (Anexo E), aplicando-se o desconto linear ofertado pela Contratada e a taxa de BDI (referência: 27,68%).

2.15.2.3.1. Deverá ser apresentada, dentre outros documentos exigidos, a planilha demonstrativa contendo os roteiros de manutenção efetivamente executados durante o respectivo período de medição.

2.15.2.4. Diárias com Pernoite (D): será contabilizado, mensalmente, o total de diárias com pernoite necessárias à execução dos roteiros de manutenção. A remuneração será calculada mediante a multiplicação dos dias necessários pelo custo direto indicado no item 4.1. da planilha orçamentária referencial - dados gerais (Anexo E), aplicando-se o desconto linear ofertado pela Contratada e a taxa de BDI (referência: 27,68%).

2.15.2.5. Dessa forma, o montante total a ser desembolsado pelos serviços ora descritos no mês corresponderá ao seguinte valor:

- VM1 = SIMPRE + STP + DPS + D

2.15.3. Em relação ao fornecimento de insumos destinados à manutenção predial, deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

2.15.3.1. Os insumos (INS) utilizados nas manutenções e nos serviços executados serão de responsabilidade da Contratada e terão sua medição realizada mensalmente, de maneira variável, por meio de planilha específica que discrimine os itens efetivamente empregados no período, conforme as regras impostas neste Termo de Referência. A remuneração será calculada seguindo as regras dispostas nos itens 7.6. a 7.6.3. dos Requisitos da Contratação.

2.15.3.2. A cobrança deverá ocorrer por meio da emissão de um único documento fiscal, salvo disposição contrária, autorizada previamente pela Fiscalização, com a aplicação dos



tributos correspondentes, conforme previsto na legislação aplicável.

2.15.3.3. Assim, o valor total a ser pago pelos insumos descritos no mês será o seguinte:

- VM2 = INS

2.15.4. A medição dos serviços sob demanda será efetuada mensalmente de maneira variável, segundo a execução real apurada no período, considerando a demanda efetivamente atendida, sendo o faturamento consolidado em uma única nota fiscal para cada município, salvo disposição contrária, cuja emissão ficará condicionada à autorização prévia da Fiscalização e deverá contemplar a correta aplicação dos tributos incidentes, conforme a legislação vigente.

2.15.4.1. As suplementações da equipe técnica mínima essencial, os serviços executados por empresas subcontratadas, bem como os deslocamentos e diárias eventualmente necessários à execução dessas atividades, quando previamente autorizados pela Fiscalização, deverão estar vinculados aos respectivos Ofícios de Início (OI's) emitidos. Essa exigência também se aplica a quaisquer outros serviços não contemplados nos valores apurados nos itens anteriores.

2.15.4.2. A medição desses serviços será realizada conjuntamente com os OI's correspondentes, observando-se os critérios de execução, comprovação e validação estabelecidos neste Termo de Referência, bem como as regras dispostas nos itens 5.4.3.8. a 2.4.3.8.9. dos Requisitos da Contratação.

2.15.4.3. O valor final da medição mensal será determinado conforme a fórmula a seguir:

- VM3 = OI1 + OI2 + OI3 + ... + OIn

2.15.4.4. Os serviços por demanda que forem concluídos pela Contratada ao final do mês sem que haja tempo hábil para análise e validação pela Fiscalização somente serão considerados para fins de medição no mês subsequente. Para efeito de medição, prevalecerá a data da aprovação pela Fiscalização contratual.

2.15.5. Eventuais descontos decorrentes da aplicação dos indicadores do Instrumento de Medição de Resultado (IMR) deverão ser deduzidos do valor da nota fiscal correspondente à medição do subitem 15.2.5 (VM1), conforme apurado no respectivo período de medição.

2.15.6. O valor total mensal devido à empresa contratada, com as devidas medições e aplicação do IMR, corresponderá a:

- VMM = (VM1 - IMR) + VM2 + VM3

2.15.7. Somente serão considerados, para fins de pagamento, os serviços efetivamente



realizados, devidamente concluídos e aceitos pela fiscalização, dentro do período de competência da medição.

2.15.8. Qualquer procedimento de apuração de infração e aplicação de penalidade administrativa realizar-se-á em processo administrativo e observará os princípios do contraditório e da ampla defesa.

2.15.9. O valor total consolidado das planilhas de quantitativos e preços estimados constantes neste Termo de Referência representa mera estimativa de faturamento médio mensal e/ou anual por parte da Contratada. Ressalta-se que os quantitativos efetivamente utilizados de insumos, bem como os serviços executados sob demanda, poderão sofrer variações mensais, em função das necessidades operacionais verificadas no período.

2.16. Orientações para Elaboração e Avaliação das Propostas

2.16.1. Para fins de apresentação da proposta e formulação dos lances, deverá ser considerado o valor máximo estimado da contratação de R\$ 6.150.442,46 (Seis milhões, cento e cinquenta mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e quarenta e seis centavos) para um período de 12 (doze) meses, correspondente ao somatório dos valores de todos os serviços e itens constantes nas planilhas apresentadas nos Anexos E, F e G, divididos da seguinte forma:

Estimativa do Valor da Contratação do Item 1: R\$ 1.388.939,52 (Um milhão, trezentos e oitenta e oito mil, novecentos e trinta e nove reais e cinquenta e dois centavos).

Estimativa do Valor da Contratação do Item 2: R\$ 1.457.086,45 (Um milhão, quatrocentos e cinquenta e sete mil, oitenta e seis reais e quarenta e cinco centavos).

Estimativa do Valor da Contratação do Item 3: R\$ 1.632.821,66 (Um milhão, seiscentos e trinta e dois mil, oitocentos e vinte e um reais e sessenta e seis centavos).

Estimativa do Valor da Contratação do Item 4: R\$ 1.671.594,83 (Um milhão, seiscentos e setenta e um mil, quinhentos e noventa e quatro reais e oitenta e três centavos).

2.16.2. Para a composição do valor máximo estimado da contratação, foram adotadas as taxas de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) estipuladas pelo Tribunal, compatíveis com a natureza de cada item previsto, aplicadas após o somatório dos valores globais dos serviços e insumos (subtotal), em cada caso.

2.16.3. As taxas de BDI deverão contemplar todos os custos indiretos, excetuando-se os tributos relativos ao IRPJ e à CSLL, nos termos do Acórdão Nº 2622/2013 - TCU - Plenário.

2.16.3.1. As referidas taxas deverão abranger, basicamente, as seguintes alíquotas:



- a) Taxa de rateio da administração central;
- b) Taxa de despesas financeiras;
- c) Taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento;
- d) Percentuais de tributos incidentes (PIS, COFINS, ISSQN e CPRB, quando aplicável); e
- e) Taxa de lucro.

2.16.4. Utilizou-se a seguinte fórmula para estipular a alíquota de BDI:

$$\text{BDI (\%)} = (1 + AC + S + R + G) \times (1 + DF) \times (1 + L) / (1 - \text{PIS} - \text{COFINS} - \text{ISSQN} - \text{CPRB}) - 1$$

2.16.5. Na elaboração da planilha orçamentária referencial da licitação, conforme estabelecido nos Anexos E e F, foram adotados os seguintes percentuais e valores para a composição dos custos indiretos, que conduziram a uma taxa de BDI de serviços igual a 27,68% (encargos desonerados):

- a) Administração Central (AC): o percentual previsto foi de 3,00%, valor dentro dos limites estabelecidos pela tabela de referência de valores para BDI aprovada pelo TCU (Acórdão N° 2622/2013 - Plenário).
- b) Seguros e Garantias (S e G): para efeitos desta licitação, foi considerado o valor dos seguros e garantias de 0,80%, valor dentro dos limites estabelecidos pela Tabela de referência de valores para BDI aprovada pelo TCU (Acórdão N° 2622/2013 - Plenário).
- c) Riscos e imprevistos (R): para efeitos desta licitação, foi considerado o valor dos riscos de 0,97%, valor dentro dos limites estabelecidos pela Tabela de referência de valores para BDI aprovada pelo TCU (Acórdão N° 2622/2013 - Plenário).
- d) Despesas Financeiras (DF): para efeitos desta licitação, foi considerado o valor de despesas financeiras de 0,59%, valor dentro dos limites estabelecidos pela Tabela de referência de valores para BDI aprovada pelo TCU (Acórdão N° 2622/2013 - Plenário).
- e) Lucro Bruto (L): nesse orçamento, foi considerado valor do Lucro de 7,40%, valor dentro dos limites estabelecidos pela Tabela de referência de valores para BDI aprovada pelo TCU (Acórdão N° 2622/2013 - Plenário).
- f) Tributos (PIS e COFINS): para a definição do percentual de BDI desta licitação, consideraram-se 3,00% para a COFINS e 0,65% para o PIS, nos termos Decretos - Lei 2.445/88 e 2.449/88 e Lei Federal 9.718/98.
- g) Imposto Sobre Serviços (ISS): deverá considerar o valor de 5% para a parcela de ISS, componente do BDI, para que haja uniformização desta alíquota no julgamento das propostas. Considerando que os serviços poderão ser solicitados para quaisquer cidades onde existam prédios sob responsabilidade deste Tribunal, e que a alíquota referente ao ISS decorre de Lei Municipal, na medição e no pagamento de serviços para determinada localidade será feito o ajuste da alíquota, ajustando-se, por consequência, a taxa do BDI a ser aplicada na respectiva planilha orçamentária.
- h) Tributos (CPRB): Contribuição Previdenciária sobre a Renda Bruta. Para efeitos desta



licitação, foi considerado o valor de CPRB de 2,70% (Mão de Obra com desoneração), nos termos da lei federal nº 12.546/2011.

2.16.6. Na elaboração da planilha orçamentária referencial da licitação, conforme estabelecido nos Anexos E e G, foram adotados os seguintes percentuais e valores para a composição dos custos indiretos, que conduziram a uma taxa de BDI de materiais igual a 14,09% (encargos desonerados):

- a) Administração Central (AC): o percentual previsto foi de 1,50%, valor dentro dos limites estabelecidos pela Tabela de referência de valores para BDI aprovada pelo TCU (Acórdão N° 2622/2013 - Plenário).
- b) Seguros e Garantias (S e G): para efeitos desta licitação, foi considerado o valor dos seguros e garantias de 0,30%, valor dentro dos limites estabelecidos pela Tabela de referência de valores para BDI aprovada pelo TCU (Acórdão N° 2622/2013 - Plenário).
- c) Riscos e imprevistos (R): para efeitos desta licitação, foi considerado o valor dos riscos de 0,56%, valor dentro dos limites estabelecidos pela Tabela de referência de valores para BDI aprovada pelo TCU (Acórdão N° 2622/2013 - Plenário).
- d) Despesas Financeiras (DF): para efeitos desta licitação, foi considerado o valor de despesas financeiras de 0,85%, valor dentro dos limites estabelecidos pela Tabela de referência de valores para BDI aprovada pelo TCU (Acórdão N° 2622/2013 - Plenário).
- e) Lucro Bruto (L): nesse orçamento, foi considerado valor do Lucro de 3,50%, valor dentro dos limites estabelecidos pela Tabela de referência de valores para BDI aprovada pelo TCU (Acórdão N° 2622/2013 - Plenário).
- f) Tributos (PIS e COFINS): para a definição do percentual de BDI desta licitação, consideraram-se 3,00% para a COFINS e 0,65% para o PIS, nos termos Decretos - Lei 2.445/88 e 2.449/88 e Lei Federal 9.718/98.
- g) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS): foi considerado percentual de ISS de 0,00 %, pois este BDI incidirá apenas para o fornecimento dos insumos que serão utilizados na manutenção predial. Não há incidência de mão de obra no fornecimento destes materiais, uma vez que serão utilizados pela mão de obra de serviços contínuos.
- h) Tributos (CPRB): Contribuição Previdenciária sobre a Renda Bruta. Para efeitos desta licitação, foi considerado o valor de CPRB de 2,70% (Mão de Obra com desoneração), nos termos da lei federal nº 12.546/2011.

2.16.7. O critério de julgamento adotado nesta contratação será o de maior desconto.

2.16.8. O desconto percentual ofertado pela licitante será linear e aplicado de forma uniforme a todos os Custos Diretos (CD) individualmente (serviços e insumos), constantes das planilhas orçamentárias referenciais, representadas nos Anexos E, F e G.

2.16.8.1. Posteriormente, aplicar-se-á a respectiva taxa de BDI definida pela Administração sobre o subtotal de cada planilha orçamentária referencial, o qual corresponderá à soma de



todos os "Valores Globais com Desconto", de modo a compor o "Valor Global com BDI e Desconto" de cada planilha (Anexos E, F e G).

2.16.9. Para cada Grupo ou Item, o valor arrematado, equivalente ao valor global da contratação, corresponderá ao somatório de todos os "Valores Globais com BDI e Desconto", nos termos dos itens 2.16.8. e 2.16.8.1.

2.16.10. Ressalta-se que os itens considerados para a apresentação da proposta dispostos nos Anexos E, F e G são meramente estimativos, e a sua contratação poderá variar em quantidade, serviços e insumos, tendo em vista o transcorrer do contrato e as demandas que efetivamente possam vir a surgir, respeitando o valor global contratado e as regras estabelecidas no art. 125 da Lei 14.133/2021 e neste Termo de Referência.

2.16.11. Sobre os valores unitários e globais, deverão ser adotadas apenas duas casas decimais nos preços, procedendo-se ao truncamento dos valores excedentes.

2.16.12. O truncamento consiste na remoção da parte fracionária de um número, sem arredondamento, mediante o simples corte dos dígitos após a segunda casa decimal.

2.16.13. Os valores unitários e global não poderão ser ultrapassados pela licitante.

2.16.14. A aplicação do desconto deverá ser observada durante toda a vigência contratual, inclusive em eventuais prorrogações e reajustes, de forma a garantir isonomia e equilíbrio econômico-financeiro.

2.16.15. A licitante vencedora deverá apresentar a planilha de formação de preços em formato editável em XLS ou XLSX, conforme os modelos estabelecidos nos Anexos E, F e G deste Termo de Referência, para a Região correspondente.

2.16.16. A proposta apresentada e levada em consideração para efeito de julgamento será da exclusiva e total responsabilidade da empresa, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração posterior.

2.16.17. A omissão ou imprecisão na descrição de quaisquer informações das edificações ou dos equipamentos descritos neste Termo de Referência, ou a substituição/alteração de suas características no decorrer do contrato, não exime a Contratada da prestação dos serviços com relação às partes omitidas/substituídas/alteradas, desde que estas sejam integrantes dos sistemas que compõem o escopo do contrato.

2.16.18. O desconto ofertado deverá ser aplicado igualmente de forma linear a todas as eventuais subcontractações, bem como a quaisquer serviços ou insumos que venham a ser contratados.



2.16.19. As taxas de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) poderão ser ajustadas em função da alíquota do ISS definida em cada legislação municipal; da implementação de novas políticas, a exemplo de alterações de tributos ou contribuições aplicáveis; autorizações legislativas municipais para aplicação de BDI reduzido, a exemplo de contratações que envolvam o fornecimento concomitante de materiais e serviços etc.

2.16.20. Durante a execução contratual, as regras anteriormente descritas deverão ser observadas na elaboração de eventuais planilhas orçamentárias e no pagamento de contratações de serviços e insumos, aplicando-se o desconto de forma linear a cada item, para posterior somatório e incidência do BDI sobre o subtotal.

2.18. Anexos

Anexo A - Dados das unidades;

Anexo B - Roteiros;

Anexo C - Composição de Custos - Planilha Orçamentária Referencial - Dados Gerais;

Anexo D - Composição de Custos - Persianas;

Anexo E - Planilha Orçamentária Referencial - Dados Gerais;

Anexo F - Planilha Orçamentária Referencial - Serviços Sob Demanda;

Anexo G - Planilha Orçamentária Referencial - Insumos;

Anexo H - Valor Máximo Estimado da Contratação;

Anexo I (i) - Encargos Sociais;

Anexo J - Detalhamento do BDI;

Anexo K - Orçamento comparativo - com desoneração e sem desoneração;

Anexo L - Modelo de Plano de Manutenção Predial Preventiva;

Anexo M - Modelos propostos de relatórios;

Anexo N - Modelo de Atestado de Vistoria;

Anexo O - Modelo de Declaração de pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação;

Anexo P - Modelo Declaração de Vistoria_Serviços sob demanda;

Anexo Q - Modelo de Declaração de Ciência e Compromisso.

2.2. Estimativa das quantidades a serem contratadas

Grupo	Item e Subitem	Descrição	Qtde	Unidade
1	1	Contratação de empresa de engenharia para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva continuados, bem como de serviços sob demanda, abrangendo o fornecimento de mão de	1	Unidade



		obra, insumos, peças, materiais e ferramentas necessários ao atendimento da contratação, sem previsão de postos de trabalho (dedicação exclusiva de mão de obra), nos imóveis ocupados ou a serem ocupados pelas unidades do TRT15 na Região I, formada pelos municípios que integram a Circunscrição 1 (Cidade-Pólo: Campinas/SP), nos termos do Anexo A, e considerando as ressalvas listadas nos subitens 2.5.1.1. e 2.5.1.2. dos Requisitos da Contratação.		
1	2	Contratação de empresa de engenharia para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva continuados, bem como de serviços sob demanda, abrangendo o fornecimento de mão de obra, insumos, peças, materiais e ferramentas necessários ao atendimento da contratação, sem previsão de postos de trabalho (dedicação exclusiva de mão de obra), nos imóveis ocupados ou a serem ocupados pelas unidades do TRT15 na Região II, formada pelos municípios que integram as Circunscrições 2 e 3 (Cidade-Pólo: Campinas/SP), nos termos do Anexo A.	1	Unidade
-	3	Contratação de empresa de engenharia para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva continuados, bem como de serviços sob demanda, abrangendo o fornecimento de mão de obra, insumos, peças, materiais e ferramentas necessários ao atendimento da contratação, sem previsão de postos de trabalho (dedicação exclusiva de mão de obra), nos imóveis ocupados ou a serem ocupados pelas unidades do TRT15 na Região III, formada pelos municípios que integram as Circunscrições 4 e 7 (Cidade-Pólo: Ribeirão Preto/SP), nos termos do Anexo A.	1	Unidade
-	4	Contratação de empresa de engenharia para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva continuados, bem como de serviços sob demanda, abrangendo o fornecimento de mão de obra, insumos, peças, materiais e ferramentas necessários ao atendimento da contratação, sem previsão de postos de trabalho (dedicação exclusiva de mão de obra), nos imóveis ocupados ou a serem ocupados pelas unidades do TRT15 na Região IV, formada pelos municípios que integram as Circunscrições 5, 6 e 8 (Cidade-Pólo: Marília/SP), nos termos do Anexo A.	1	Unidade

2.2.1. Acerca da exigência de Marcas ou Produtos obrigatórios

2.2.1.1. Quanto à exigência de marca específica:

Não há exigência de marca obrigatória para a presente contratação

2.3. Amostra

Não será exigida amostra

2.4. Da Apresentação de Protótipo



Não se aplica.

2.5. Informações sobre entrega e execução.

2.5.1. Parcelamento da Entrega - aplicado aos bens.

Forma de Fornecimento dos bens:

O fornecimento dos bens será feito de forma parcelada. As entregas serão efetuadas da seguinte forma: À medida da necessidade.

2.5.2. Forma de comunicação com a contratada, incluindo o acompanhamento da execução do contrato Conforme autorizado pela Lei nº 14.129/2021 e regulamentado internamente pelo Ato Regulamentar GP nº 04/2023 e os anexos que o integram, as comunicações entre o TRT e a Contratada se darão preferencialmente por meio eletrônico. Nos termos da mencionada regulamentação, as mensagens eletrônicas corretamente endereçadas, diante da ausência de confirmação de recebimento, serão consideradas recebidas no terceiro dia após seu envio, haja vista caber à empresa interessada a obrigação de manter seu endereço eletrônico atualizado junto ao cadastro no TRT. Inobstante, os seguintes meios de comunicação também podem ser utilizados:

	Forma	Periodicidade
X	Encaminhamento de Ordem de Serviço	Conforme especificações da descrição
X	E-mail	Quando necessário
X	Abertura de chamado	Conforme especificações da descrição
X	Reunião Presencial	Quando necessário
X	Reunião Videoconferência	Quando necessário
X	Outra	Quando necessário

2.5.3. Necessidade de conhecimento do local de entrega/execução

É necessário que o licitante ateste que conhece as condições dos locais, que poderá ser comprovado por realização de vistoria prévia (altamente recomendada) e preenchimento do Termo de Vistoria, conforme modelo Anexo N, ou declaração formal assinada pelo responsável técnico, informando do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme justificativa a seguir: garantir que os licitantes tenham pleno



conhecimento do escopo, dos materiais e dos métodos que deverão ser empregados, o que assegura propostas mais precisas, evitando sobrepreço, aditivos desnecessários ou execução inadequada.

Caso o licitante opte pela não execução da vistoria e sim pela declaração (modelo Anexo O), o mesmo não poderá alegar desconhecimento de peculiaridades eventualmente existentes pela não realização da vistoria ou por omissões no momento da sua realização, não podendo alterar o valor da sua proposta por qualquer motivo que a falta da vistoria possa ter proporcionado.

Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

Caso opte por não realizar vistoria, o licitante poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo disponibilizado em documento anexo ao edital.

A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

2.5.3.1 Dados para agendamento de vistoria/visita técnica:

Diretor responsável pela administração de cada unidade a ser informado pelo Tribunal no momento da demanda.

Os telefones e e-mails estão disponíveis no site do trt em:
<https://trt15.jus.br/contato/informacoes-das-varas>

Demais informações:

A comunicação oficial para o agendamento deverá ser realizada por meio do e-mail da unidade trabalhista correspondente.

Para conhecimento e fins de registro, adicionar em cópia o e-mail da Coordenadoria de Manutenção: cm.silmp@trt15.jus.br

2.5.4. Local de Entrega

Endereço: Conforme Anexo A. Caso haja alteração de endereço de algum prédio, a



contratada deverá prestar os serviços no novo endereço.

Dias da Semana: De 2ª a 6ª feira. Em situações excepcionais, poderá ser necessário trabalhar em horário distinto, feriados ou finais de semana.

Horário: Das 7h às 18h, podendo ocorrer em horários diferentes, a depender da necessidade do TRT.

Agendamento pelos Contatos:

E-mail(s): Diretor responsável pela administração de cada unidade trabalhista.

Os telefones de contato e e-mails estão disponíveis no site do TRT em: <https://trt15.jus.br/contato/informacoes-das-varas>

Telefone(s): Diretor responsável pela administração de cada unidade trabalhista.

Os telefones de contato e e-mails estão disponíveis no site do TRT em: <https://trt15.jus.br/contato/informacoes-das-varas>

Sobre trabalho noturno ou de fim de semana: Há essa possibilidade.

2.6. Prazo da vigência da contratação e possibilidade de prorrogação.

24 (vinte e quatro) meses, a contar da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

Demais disposições estão detalhadas na minuta contratual.

2.7. Condições de execução

2.7.1. Prazo de de execução dos serviços:

As parcelas do objeto deverão atender aos prazos e condições especificados a seguir:

Etapa 1: reunião de alinhamento.

Descrição: a Contratada deverá agendar reunião de alinhamento com a Contratante, por meio do e-mail manutencao.secadm@trt15.jus.br, da qual deverão fazer parte o Responsável Técnico e o Preposto da empresa contratada.

Prazo de execução: em até 5 dias úteis da data da assinatura do contrato.

Etapa 2: apresentação das informações e dos documentos para a emissão do Documento de



Autorização Inicial (DAI).

Descrição: a emissão do DAI fica condicionada à apresentação, por parte da Contratada, das informações e documentações listadas a seguir:

- a) Indicação formal do preposto que irá representar a Contratada na execução e no acompanhamento contratual durante todo o período de vigência.
- b) Relação dos profissionais que compõem a equipe técnica mínima essencial, responsável pela execução dos serviços de SIMPRE, contendo o nome completo, CPF e função atribuída.
- c) Indicação, com o nome completo, CPF e nº do CREA, do engenheiro civil responsável pelos serviços de Supervisão Técnica Predial (STP).
- d) Documentação que comprove a qualificação técnica mínima para os profissionais listados nos itens anteriores.
- e) Anotações de Responsabilidade Técnica (ART's) e/ou Registros de Responsabilidade Técnica (RRT's), exigidos nos documentos da contratação.
- f) Declaração formal, emitida e devidamente assinada pelo Responsável Técnico da empresa, em papel timbrado oficial, atestando que a Contratada está plenamente ciente de todas as obrigações e responsabilidades a ela atribuídas, para a fiel e integral execução dos serviços objeto da contratação.
- g) Cronograma anual das visitas técnicas periódicas, incluindo o calendário de manutenção preventiva, em conformidade com a periodicidade estabelecida no Plano de Manutenção Predial Preventiva (PMPP).

Prazo de Execução e Envio: em até 15 dias úteis da data da assinatura do contrato. A partir do 2º ano de vigência, o cronograma anual das visitas técnicas periódicas deverá ser entregue em até 5 (cinco) dias úteis do início do novo ano.

Etapa 3: execução de serviços de manutenção preventiva e, eventualmente, intervenções corretivas e serviços sob demanda.

Descrição: prestação de serviços contínuos de manutenção predial, compreendendo a execução de manutenção preventiva, bem como das intervenções corretivas e sob demanda passíveis de serem iniciadas e concluídas no decorrer da visita técnica periódica.

Prazo de execução: as manutenções preventivas e eventuais intervenções corretivas e sob demanda passíveis de execução serão agendadas conforme cronograma anual de visitas técnicas periódicas, podendo variar em face da necessidade e a critério da fiscalização do Tribunal.

Etapa 4: execução de manutenções corretivas programadas.

Descrição: As manutenções programadas são aquelas que, para a execução dos serviços, é



necessário agendamento específico fora do cronograma de manutenções preventivas. Essa programação se aplica quando houver indisponibilidade de tempo hábil para a execução durante a visita, quando a atividade exigir mão de obra especializada ou subcontratação de serviços, conforme as particularidades de cada situação.

A empresa contratada terá ciência mediante solicitação por parte da fiscalização do Tribunal, que emitirá Ordem de Serviço correspondente.

Prazo de execução: aquele estabelecido na respectiva Ordem de Serviço, emitida após a elaboração do cronograma de execução pela empresa, que deverá ser encaminhado no prazo de 5 (cinco) dias úteis da notificação para aprovação. As atividades programadas estarão vinculadas ao prazo pré-aprovado pela fiscalização, quando da entrega dos relatórios e orçamentos elaborados pela Contratada. A empresa deverá agendar a data de início e de término do serviço.

Etapa 5: execução de manutenções corretivas emergenciais.

Descrição: são intervenções que precisam ser realizadas de forma imediata, em razão da gravidade do problema e de seu impacto direto na operação do imóvel. Tais situações podem ocorrer a qualquer momento - inclusive fora do expediente, em feriados ou fins de semana -, e não podem aguardar os cronogramas das manutenções preventivas ou corretivas programadas.

A responsabilidade pelas solicitações de manutenções emergenciais e inadiáveis caberá à Fiscalização, por meio de Ordem de Serviço, ou à equipe do SIMPRE durante as visitas técnicas periódicas, que deverá acionar diretamente a Contratada, ou também poderá atuar por iniciativa própria, quando identificado risco iminente.

Prazo de execução: em até 1 (um) dia corrido a partir da notificação para o início do atendimento, independentemente do dia ou horário. A empresa deverá agendar a data de início e de término do serviço, que serão aprovadas e aceitas pela Fiscalização, para o controle de possíveis atrasos ou inexecuções.

Etapa 6: execução de serviços sob demanda, inclusive de engenharia, além de serviços de manutenção corretiva de maior porte (programados ou emergenciais).

Descrição: os serviços sob demanda são serviços executados a pedido, mediante aprovação e autorização prévia da área fiscal técnica da Contratante. Em regra, tais demandas destinam-se a atender necessidades que não se enquadram no Plano de Manutenção Predial Preventiva, tampouco nas manutenções corretivas ordinárias (de natureza comum). Contudo, havendo viabilidade técnica e disponibilidade, sua execução poderá ocorrer durante as visitas técnicas periódicas. Incluem-se nesse conceito os serviços de engenharia, que são aqueles que



envolvam alterações em instalações existentes que requeiram modificação de projeto, adaptações com maior complexidade técnica, emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) específica, realização de estudos e dimensionamentos, bem como o fornecimento de equipamentos ou materiais especiais.

Prazo de execução: aquele estabelecido no respectivo Ofício de Início (OI), emitido após o envio dos documentos listados neste Termo de Referência à Fiscalização do contrato, os quais deverão ser encaminhados no prazo de 5 (cinco) dias úteis da notificação para aprovação. As atividades estarão vinculadas ao prazo pré-aprovado pela Fiscalização, quando da entrega dos documentos elaborados pela Contratada. A empresa deverá agendar a data de início e de término do serviço.

Etapa 7: fornecimento do Relatório Quadrimestral.

Descrição: Ao término de cada ciclo de manutenção preventiva, deverá ser elaborado relatório técnico, acompanhado de registros fotográficos, descrevendo as condições observadas nos principais sistemas inspecionados, bem como as eventuais dificuldades enfrentadas e aspectos passíveis de otimização na edificação. Tal documento terá como finalidade compor o histórico técnico dos imóveis em uso por este Tribunal e evidenciar as melhorias sistêmicas decorrentes das intervenções periódicas programadas.

Esse relatório deverá ser assinado pelo Responsável Técnico e encaminhado à Fiscalização para aprovação.

Prazo de Execução e Envio: em até 10 (dez) dias úteis do término de cada ciclo de manutenção preventiva, inicialmente estipulado para cada quatro meses.

Etapa 8: fornecimento do Relatório Mensal.

Descrição: o Relatório Mensal de Manutenção Predial, assinado pelo Responsável Técnico, deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Informação dos roteiros de manutenção realizados, incluindo informações das diárias e quilometragem do período.
- b) Descrição das manutenções preventivas realizadas.
- c) Descrição das manutenções corretivas executadas.
- d) Descrição dos serviços sob demanda realizados.
- e) Relação e quantitativo dos insumos fornecidos, com o respectivo código, se houver.
- f) Apresentação dos dados, na forma de gráfico e tabelas, das medições realizadas nos sistemas e equipamentos da Contratante, inclusive com a apresentação de gráficos comparativos com meses anteriores.
- g) Descrição de quaisquer anormalidades/dificuldades constatadas no decorrer da execução



dos serviços.

h) Apresentação de sugestões para melhor execução dos serviços e consumo de água e energia mais eficientes.

Prazo de Execução e Envio: até o 5º dia útil do mês seguinte à prestação dos serviços, anterior à emissão da Nota Fiscal correspondente.

Etapa 9: fornecimento dos Relatórios Diários e ao final de cada manutenção.

Descrição: A empresa deverá fornecer Relatório de Execução, Relatório fotográfico e Relatório de insumos dos serviços de manutenção predial preventiva, corretiva, serviços extraordinários, emergenciais, suplementares, sob demanda etc., bem como Diário de manutenção preenchidos diariamente, após a conclusão dos serviços, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Localização do imóvel.
- b) O responsável pela unidade atendida.
- c) Data e horário de início e término das atividades em cada dia de trabalho.
- d) Nome dos profissionais envolvidos.
- e) Relação de insumos, suas quantificações, fonte de preço e preço unitário.
- f) Relação de serviços e suas quantificações.
- g) Relatório fotográfico das manutenções preventivas, corretivas, emergenciais, programadas etc.
- h) Marca dos materiais empregados de maior relevância.
- i) As anomalias encontradas.
- j) Ateste do representante da unidade demandante no relatório de execução.
- k) Avaliação da qualidade na execução dos serviços, cumprimento de chamados e cumprimento de prazo.

Prazo de Execução e Envio: em até 5 (cinco) dias úteis após a finalização da execução dos serviços realizados em cada imóvel.

2.7.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias úteis de antecedência do término do prazo inicialmente previsto para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

2.8. Garantia, manutenção e assistência técnica

O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).



Não haverá exigência de garantia contratual além da legal para a presente contratação.

A garantia será prestada com vistas a manter o objeto fornecido em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o TRT.

A garantia abrange, quando pertinente, a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria CONTRATADA, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

Quando o caso, as peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

A CONTRATADA, quando aplicável e pertinente ao Tribunal, deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo TRT, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do TRT ou a apresentação de justificativas pela CONTRATADA, fica o TRT autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da CONTRATADA o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da CONTRATADA.

A garantia legal ou complementar do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

2.9. Exigências de Habilitação:

Atestado de capacidade técnico-operacional:

Apresentação de um ou mais atestados de comprovação de aptidão emitido(s) por pessoas



jurídicas de direito público ou privado, com a discriminação dos serviços prestados ou do fornecimento de bens, que comprove, no mínimo, a execução de manutenção em instalações civis, hidrossanitárias e elétricas em edificações não residenciais com área construída mínima de 7.000 m².

Para comprovar as exigências supracitadas, será aceita a soma das quantidades de diferentes atestados, desde que a área construída de cada edificação não seja inferior a 500 m².

Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, em consonância com a IN 05/2017-MPDG, ANEXO VII-A DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO.

Será exigida experiência mínima de 3 anos da empresa na execução dos serviços ?:

Sim, haverá essa exigência e sua justificativa consta nos Estudos Técnicos Preliminares

Registro da empresa em conselho profissional:

Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou outro Conselho competente, em plena validade. Caso a empresa vencedora tenha registro no Conselho acima em seccional distinta do local da deste Tribunal, é exigido o visto no respectivo conselho do Estado de São Paulo, conforme disposto nas obrigações da contratada desta contratação.

Atestado de Capacidade Profissional

1) Apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT), ou documento equivalente, expedida pelo CREA ou outro Conselho competente, em nome do(s) responsável(veis) técnico(s) e ou membros da equipe técnica que participarão da execução do objeto, que demonstre Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, ou instrumento equivalente, relativo à execução de serviço(s) semelhante(s) ao objeto deste edital:

Execução de serviços de fiscalização, coordenação, supervisão ou execução de manutenção predial em edificações não residenciais.

2) Comprovação de que os responsáveis ou membros da equipe técnica acima elencados pertencem ao quadro permanente da licitante, e com registro ativo no respectivo conselho. A Comprovação será feita, conforme requisitos abaixo:

2.1) Empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou,



cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social, ou ainda, outra forma de demonstração de Registro, em caso de utilização da Carteira de Trabalho Digital:

2.2) Sócio: Contrato Social/Estatuto Social devidamente registrado em órgão competente;

2.3) Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;

2.4) Prestador de serviço: Contrato em regime de prestação de serviços firmado com o licitante, vigente na data da licitação ou declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

3) Na ocasião da contratação e da execução dos serviços, os responsáveis técnicos só poderão ser substituídos, desde que aprovados pelo TRT, por profissionais de igual ou superior capacidade técnica, devidamente comprovado nos termos deste Edital.

Será exigida relação de compromissos assumidos pelo licitante? Não.

2.10. Demais Características do Objeto

2.10.1. Natureza do Objeto

É bem comum, tendo em vista que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Ademais, o objeto é de natureza continuada, conforme disposto na Seção II do Manual de Contratação de Bens e Serviços do Tribunal.

2.10.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, nos termos do Ato Regulamentar GP 8/2022, de 14 de outubro de 2022, deste Tribunal.

2.10.4. Regime de Execução

empreitada por preço unitário

Justificativa: Deve-se ao fato de que eventuais insumos e materiais fornecidos e serviços prestados são imprevisíveis dentro do período de contratação, a depender das demandas apresentadas ao longo da vida útil das edificações e dos sistemas, e deverão ser pagos



conforme efetivamente executados.

2.10.5. Arquivos Auxiliares

Os arquivos estão disponíveis como anexo a este documento

2.10.5.1. No caso de eventuais incongruências entre os arquivos disponibilizados e a descrição contida neste Termo de Referência/Projeto Básico, deverá prevalecer:

O descritivo deste Termo de Referência.

2.10.6. Legislação e demais regulamentações específicas aplicáveis

Deve(m) ser observada(s) o(s) seguinte(s):

NR 01 - Disposições gerais e Gerenciamento de riscos ocupacionais

NR 06 - Equipamentos de Proteção Individual - EPI

NR 08 - Edificações

NR 10 - Segurança em instalações e serviços em eletricidade

NR 35 - Trabalho em altura

ABNT NBR 5674 - Manutenção de edificações - Requisitos para o sistema de gestão de manutenção

ABNT NBR 15575 - Edificações habitacionais - Desempenho

ABNT NBR 16747 - Inspeção predial - Diretrizes, conceitos, terminologia e procedimento

ABNT NBR 5410 - Instalações elétricas de baixa tensão

ABNT NBR 5419 - Proteção contra descargas atmosféricas

ABNT NBR ISO/CIE 8995 - Iluminação de ambientes de trabalho

ABNT NBR 14039 - Instalações elétricas de média tensão de 1,0 kV a 36,2 kV

Para todos os dispositivos indicados, deve ser considerada a versão mais atual ou regramento substitutivo, se for o caso.

3. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

A presente contratação não utilizará o Sistema de Registro de Preços

4. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO

4.1. Forma seleção e critério de julgamento da proposta

4.1.1. Critério de Julgamento:



Maior desconto.

4.1.2. Modalidade:

Pregão, sob a forma eletrônica.

4.2. Quanto à utilização de instrumento de Termo de Contrato (Minuta Contratual)

Será utilizada minuta de contrato por se tratar de contratação continuada.

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Obrigações da Contratante e da Contratada

5.1.1. Obrigações da Contratante (TRT)

1. Proporcionar todas as facilidades necessárias à execução deste contrato, mantendo o acesso às dependências correlatas livre e desimpedido, assegurando, ainda, que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela CONTRATADA, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;
2. Indicar local apropriado para execução ou entrega do objeto;
3. Designar e nomear a equipe de gestão e fiscalização da contratação;
4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
5. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;
6. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas na prestação do objeto contratado, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
7. Comunicar a empresa CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
8. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
9. Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Termo de Referência;
10. Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na Lei e/ou no Edital e seus anexos;
11. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;
12. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da presente contratação, ressalvados os requerimentos manifestamente



impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

13. O TRT terá o prazo de 60 (sessenta dias), a contar da data do protocolo válido do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

14. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA no prazo máximo de 60 (sessenta dias);

15. Se o caso, notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de regras contratuais;

16. O TRT não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução desta contratação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

17. Vistoriar a qualidade, o quantitativo e os itens de serviços prestados pela CONTRATADA;

18. Rejeitar os serviços que estiverem em desacordo com as especificações técnicas previstas e notificar a CONTRATADA;

19. Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por qualquer outro motivo que caracterize a necessidade de tal medida.

20. Fiscalizar, mensalmente, o cumprimento de Instrumento de Medição de Resultado - IMR, conforme seus indicadores, impondo, a cada caso, as sanções financeiras por metas não atingidas.

5.1.2. Obrigações gerais da Contratada

A CONTRATADA se compromete a dar plena e fiel execução à presente contratação, respeitando todas as condições nele estabelecidas, incluindo aquelas constantes deste termo de referência, além das previstas na minuta contratual, conforme o caso, obrigando-se ainda a:

1. Entregar os materiais de acordo com as amostras ou materiais técnico-ilustrativos aprovados pelo TRT, se assim exigidos durante o certame licitatório, bem como executar os serviços contratados de acordo com as técnicas de execução pertinentes, com zelo e diligência, mantendo as áreas de trabalho continuamente limpas e desimpedidas, e fazendo, inclusive, a remoção dos entulhos, sempre observado os prazos estabelecidos neste instrumento;

2. Providenciar todas as licenças, autorizações, permissões ou demais diligências eventualmente necessárias junto aos órgãos competentes para a plena execução do objeto.

3. Instruir seus empregados a circularem somente em áreas a eles autorizadas e a acatar as Normas Internas do TRT;



4. Observar as recomendações constantes do “Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho”, instituído pelo CSJT – Conselho Superior da Justiça do Trabalho (Resolução nº 310/2021, de 24/09/2021), sem prejuízo da legislação e das normas vigentes que amparam as contratações de serviços pela Administração Pública, em especial as discriminadas no tópico referente a Sustentabilidade deste Termo de Referência, constituindo obrigação da contratada manter as condições ali exigidas, e que poderão ser verificadas constantemente durante toda a vigência do contrato, sob pena de rescisão contratual;
5. Fornecer, orientar e exigir o uso de todos os EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) necessários para a execução dos serviços nas dependências do TRT, bem como fiscalizar o uso, não incidindo sobre o TRT qualquer ônus, bem como obedecer a todas as recomendações, com relação à segurança do trabalho;
6. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
7. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato
8. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres;
9. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
10. Caso a empresa CONTRATADA tenha registro no CREA ou em outro Conselho com atribuição para o objeto em questão, em seccional distinta do local da prestação dos serviços, deverá apresentar ao gestor do contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data de assinatura do contrato, bem como de demais solicitações que o TRT venha a efetuar no decorrer da contratação, o visto no respectivo Conselho do Estado de São Paulo.
11. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), e nos termos do item “RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA” deste documento, responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao TRT ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, durante a execução, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, não



reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo TRT, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

12. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela fiscalização da contratação, os objetos nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13. Responsabilizar-se técnica e administrativamente pelo objeto contratado, não sendo aceito, sob qualquer pretexto, a transferência de responsabilidade a outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros, ressalvadas as hipóteses de transformação empresarial possíveis de acordo com a Lei e com o Edital, salvo se previamente autorizado por escrito pelo TRT e a seu exclusivo critério;

14. Garantir ao TRT o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto e/ou paralisar, por determinação do TRT, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

15. Se o caso, promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência da contratação;

16. Fornecer por escrito, sempre que solicitado pelo TRT ou quando achar conveniente, ocorrências relativas a pessoal, material retirado, adquirido ou andamento da execução do objeto;

17. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

18. Submeter previamente, por escrito, ao TRT, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere, bem como comunicar à fiscalização da contratação, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratado;

19. Comunicar ao TRT, no prazo máximo previsto no Termo de Referência, que antecede a data da entrega e/ou da instalação/prestação do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, bem como comunicar à fiscalização da contratação, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratado;

20. Fornecer por escrito, sempre que solicitado pelo TRT ou quando achar conveniente,



ocorrências relativas a pessoal, material retirado, adquirido ou sobre o andamento dos fornecimentos ou dos serviços;

21. Além do quanto disposto no item anterior, comunicar ao TRT, por escrito, qualquer anormalidade ou situação de caráter urgente que seja verificada durante a execução desta contratação, além de prestar esclarecimentos que forem solicitados ou que julgar necessários;

22. Efetuar comunicação ao TRT, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis;

23. Comunicar ao TRT, por escrito, no prazo de até 30 (trinta) dias, quaisquer alterações havidas no contrato social da CONTRATADA durante a vigência desta contratação e, igualmente, durante a vigência da garantia dos equipamentos, juntando à comunicação cópia do documento de formalização da respectiva alteração;

24. A contratada deverá indicar um preposto para a contratação, devendo esse estar disponível durante o horário comercial para comparecer eventualmente e facilitar a comunicação entre CONTRATANTE e CONTRATADA sendo este o interlocutor da CONTRATADA junto ao TRT para os assuntos relativos ao cumprimento das obrigações contratuais e para participar de reuniões de acompanhamento, sempre que solicitado por este TRT, preenchendo, ainda, as seguintes regras:

a) A indicação do preposto da CONTRATADA deverá ser feita por documento escrito, antes do início da execução do objeto ou previamente nos casos em que a CONTRATADA desejar substituí-lo, apontando expressamente os poderes e deveres do preposto em relação à execução do objeto.

b) A indicação ou a manutenção do preposto da CONTRATADA poderá ser recusada pelo TRT, desde que a recusa seja devidamente justificada, podendo a CONTRATADA, a seu exclusivo critério, designar outro para o exercício da atividade;

c) Deverá ser fornecido ao TRT número de telefone e endereço de e-mail para rápido e fácil contato do preposto nomeado pela empresa, e este deverá manter permanente contato com o gestor da contratação, adotando as providências requeridas relativas à execução do objeto contratado.

26. Cumprir, durante todo o período de execução do objeto, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social, bem como as reservas de cargos previstas na legislação, conforme art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021;

27. Cumprir, também, no caso da contratada não ser enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2026, a reserva de cargos



para aprendiz;

28. Comprovar as reservas de cargos a que se refere ao subitem acima, no prazo fixado pela fiscalização da contratação, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, de acordo com o parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021;

29. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

30. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do TRT ou do fiscal ou gestor da contratação, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021, bem como observar as disposições pertinentes à matéria, constantes da Resolução nº 07/2005 do Conselho Nacional de Justiça, ou de qualquer outro normativo que venha substituí-la;

31. Observar as recomendações constantes do “Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho”, instituído pelo CSJT – Conselho Superior da Justiça do Trabalho (Resolução nº 310/2021, de 24/09/2021), sem prejuízo da legislação e das normas vigentes que amparam as contratações de serviços pela Administração Pública, em especial aquelas estabelecidas neste Termo de Referência.

32. Manter, durante a vigência desta contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, em especial, devidamente válidas e atualizadas, as seguintes certidões de regularidade, cuja autenticidade será verificada pela Internet:

a) Expedidas conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), a Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

b) Expedido pela Caixa Econômica Federal (CEF), o Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF); e

c) Expedida pela Justiça do Trabalho, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

33. Nos termos do artigo 6º-A da Lei nº 10.522/2002, a existência de registro no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin) constitui fator impeditivo para a celebração de contratos que envolvam desembolso, a qualquer título, de recursos públicos. Assim, no caso de existência de registro, a empresa terá o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis, a critério da Administração, para regularização.



34. Realizar, para fins de pagamento da prestação dos serviços pelo TRT, o cadastramento no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO), observando-se as regras de faturamento e de entrega e recebimento do objeto. O cadastramento será realizado no endereço eletrônico: <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal-externo/0>;
35. Fornecer a documentação solicitada pelo TRT para a realização do cadastro prévio necessário ao acesso da CONTRATADA e de seu representante legal, como usuários externos, ao Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (PROAD);
36. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor da contratação ou autoridade superior, nos termos do art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
37. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento desta contratação;
38. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
39. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do TRT;"
40. Responsabilizar-se pelo pagamento de eventuais multas aplicadas por autoridades federais, estaduais, municipais ou distritais, em consequência de fato a ela imputável e relacionado com o objeto contratado.
41. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
42. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro, ou outro profissional competente, preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;
43. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com



vício de construção, pelo prazo estabelecido em Lei, ou no Termo de Referência, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

44. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

45. Se o caso, entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

46. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do TRT, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

47. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações;

48. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

49. Será permitida a subcontratação, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, respeitando o disposto no tópico específico à este tema no Termo de Referência.

50. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão e destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, nos seguintes termos:

a) O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

b) Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:



1- resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

2- resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

3- resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

4- resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

5- Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

6- Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

51. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

a) Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

b) Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº



01, de 08/03/90, e legislação correlata.

5.1.3. Obrigações específicas da Contratada aplicáveis a esta contratação:

1. Indicar um Responsável Técnico, legalmente habilitado e com qualificação técnica compatível com as exigências mínimas, na especialidade de Engenharia Civil, para atuar na Supervisão Técnica Predial (STP). O profissional designado poderá, ainda, exercer cumulativamente a função de preposto da Contratada.
2. Providenciar e disponibilizar aos seus empregados todos os equipamentos, ferramentas e materiais necessários à adequada execução dos serviços contratados.
3. Apresentar à Contratante a relação nominal dos empregados designados para atuar nas dependências deste Regional, mantendo-a atualizada sempre que houver alterações.
4. Assumir integral responsabilidade pelas despesas decorrentes de encargos trabalhistas, seguro contra acidentes, tributos, contribuições previdenciárias e quaisquer outros ônus relacionados aos serviços prestados por seus empregados, os quais não manterão qualquer vínculo empregatício com o Tribunal.
5. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, disponibilizando todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários.
6. Orientar seus empregados a manterem sempre boa apresentação pessoal, devidamente uniformizados e identificados por crachá durante a prestação dos serviços nas dependências da Contratante.
7. Executar os serviços de forma eficiente, visando à obtenção dos melhores resultados com o menor impacto possível às atividades da Contratante, devendo, para isso, planejar a execução em conjunto com a Fiscalização.
8. Realizar fiscalização periódica sobre os empregados designados para a execução dos serviços, com o objetivo de acompanhar e verificar as condições e a qualidade da prestação dos serviços contratados.
9. Promover a orientação contínua de seus empregados quanto à otimização dos serviços, com ênfase no uso consciente dos recursos, incentivando a economia de materiais e a racionalização do consumo de energia elétrica durante a operação dos equipamentos.
10. Disponibilizar à Contratante a quantidade necessária de equipamentos e ferramentas para a correta execução dos serviços, garantindo que estes se encontrem em perfeitas condições de funcionamento, com qualidade e tecnologia adequadas.



11. Empregar equipamentos e ferramentas de alta qualidade, mantendo-os em condições ideais de uso, de forma a prevenir acidentes, evitar danos às instalações da Contratante e assegurar a qualidade na prestação dos serviços.
12. Assegurar que seus empregados mantenham comportamento cortês e respeitoso com os servidores, usuários e demais atingidos pelos serviços, sendo facultado à Administração solicitar a substituição de qualquer empregado cuja conduta seja considerada inadequada.
13. Comunicar à Fiscalização, para fins de controle de acesso às dependências da Contratante, o nome completo e número do CPF de todos os empregados alocados na prestação dos serviços, incluindo aqueles designados para funções de supervisão, coordenação e controle operacional.
14. Informar à Fiscalização, também para controle de acesso, todas as ocorrências relativas a afastamentos definitivos e novas contratações de empregados, devendo tais comunicados serem feitos com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do início da execução dos serviços.
15. Assegurar que a execução dos serviços cause o mínimo de perturbação possível aos serviços públicos, vias de acesso e a quaisquer bens públicos ou privados adjacentes às instalações da Contratante, adotando as medidas necessárias de sinalização e/ou isolamento das áreas de trabalho.
16. Disponibilizar, durante toda a vigência contratual, inclusive aos finais de semana e feriados, um número de telefone celular com acesso ao aplicativo "WhatsApp", destinado ao recebimento e tratamento de demandas emergenciais relacionadas à execução do objeto contratual, que possam comprometer a segurança dos ocupantes, das instalações físicas ou dos equipamentos da Contratante.
17. Operar, quando disponíveis as ferramentas, softwares ou sistemas de manutenção predial para acompanhamento integral dos processos de abertura, diagnóstico e tratamento de chamados, solicitações de serviço e emissão de Ordens de Serviço.
18. Elaborar propostas, orçamentos e cronogramas de manutenção e soluções corretivas e programadas, conforme solicitações da fiscalização.
19. Realizar todos os levantamentos necessários para intervenções futuras ou imediatas.
20. Responsabilizar-se pelo transporte, frete, carregamento e descarregamento de materiais ou insumos.

5.1.4. Responsabilidades da Contratada

A CONTRATADA será responsabilizada civilmente por danos causados diretamente ao TRT ou a terceiros na execução do objeto ou, ainda, por danos provocados por seus profissionais aos bens e instalações onde estiverem desenvolvendo suas atribuições e pelo extravio de documentos ou objetos do TRT, quando comprovados dolo, negligência, imprudência ou imperícia. Deverá a CONTRATADA proceder, imediatamente, aos reparos necessários ou ao pagamento da indenização correspondente, sob pena de dedução do seu importe por ocasião do pagamento do objeto contratado.



Responderá também, administrativamente, a CONTRATADA, por qualquer descumprimento a obrigações de natureza trabalhista, tributária ou fiscal e ético-profissional impostas pelos órgãos públicos, decorrentes da execução do objeto.

A inadimplência da CONTRATADA pelo não cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, não transfere a sua responsabilidade ao TRT e não pode onerar o objeto contratado.

Nos termos do artigo 6º-A da Lei 10.522/2002, a existência de registro no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin) constitui fator impeditivo para a celebração de contratos que envolvam desembolso, a qualquer título, de recursos públicos. Assim, no caso de existência de registro, a empresa terá o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis, a critério da Administração, para regularização.

5.2. Sanções e Rescisão

A CONTRATADA comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, se:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao TRT ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Se a CONTRATADA incorrer nas infrações acima descritas, o TRT aplicará as seguintes sanções:

I. Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste documento, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);



III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste documento, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV - Multa

1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, inclusive quanto à prestação de garantia do objeto, até o limite de 15 (quinze) dias;

1.2. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

2. compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela não cumprida, no caso de inexecução parcial do contrato.

3. compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de a CONTRATADA ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

4. compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de a CONTRATADA comportar-se de modo inidôneo, apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa ou, ainda, praticar ato fraudulento durante a execução do contrato e nos casos de praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

5. compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de a CONTRATADA dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao TRT ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

6. Compensatória de 20% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

7. compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal total fixo, correspondente à soma dos custos dos SIMPRE e STP no mês da ocorrência do inadimplemento, no caso da superação dos limites máximos das faixas de ajustes dos Índices de Medições de Resultados estabelecidos.

8. Nos demais casos de inexecução contratual, ficará a CONTRATADA sujeita à aplicação de multa, por evento, de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação vigente no momento da ocorrência do inadimplemento



A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao TRT (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

Todas as sanções previstas neste documento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o TRT;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

5.2.1. Recolhimento de multas e indenizações

Os débitos da CONTRATADA para com o TRT, resultantes de multas administrativas eventualmente aplicadas, seja por inexecução, seja por extinção contratual por culpa da CONTRATADA, e/ou as indenizações cabíveis, serão pagas por meio de Guia de Recolhimento à União - GRU, no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação por “Aviso de Recebimento-AR”.

12.1: Na ausência do pagamento das importâncias descritas no caput, os seguintes procedimentos poderão ser efetuados pelo TRT:

I- Descontar o respectivo valor dos eventuais créditos da CONTRATADA decorrentes da mesma contratação ou de outras contratações administrativas que a CONTRATADA possua com este TRT;

II- Sem prejuízo da ação descrita no inciso anterior, caso não seja suficiente, descontar o valor remanescente da garantia prestada, situação em que a CONTRATADA fica obrigada a repor ou complementar o valor da referida garantia;

III- Caso não existam valores em favor da CONTRATADA nos termos dos incisos anteriores ou estes ainda sejam insuficientes, os saldos de valores por ela não recolhidos serão tidos



como não pagos e o TRT realizará, observando os procedimentos legais, a inscrição do débito da CONTRATADA na Dívida Ativa da União; e/ou

IV- Poderá haver a cobrança judicial dos valores não quitados, conforme comando do art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3. Gestão e fiscalização da execução contratual

"O contrato, formalizado por minuta específica ou instrumento equivalente, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o TRT e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, devendo toda a documentação produzida ser juntada no processo administrativo respectivo da contratação (Proad).

Nos casos em que ocorrer, por eventualidade, a comunicação verbal, esta deverá ser reduzida a termo e juntada no processo administrativo respectivo (Proad).

O TRT poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o TRT poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de gestão e fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

A execução do contrato deverá ser acompanhada pela gestão e fiscalização do contrato, representantes do TRT especialmente designados e nomeados, com os seus respectivos substitutos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput. O acompanhamento seguirá as regras estabelecidas em normatização interna e específica do TRT, além das condições abaixo:



- 1- A gestão dos contratos compreende a gerência administrativa e a gerência da fiscalização da execução contratual, que têm por objetivo assegurar o cumprimento dos resultados almejados pelo TRT para os serviços contratados e garantir a observância das disposições legais e contratuais avençadas.
- 2- A gerência e a fiscalização da execução contratual serão desempenhadas por servidores formalmente designados, que integrarão a Equipe de Gestão da Contratação.
- 3- A Equipe de Gestão da Contratação será constituída, no ato da contratação e a critério do TRT, por todos ou alguns dos seguintes membros: Gestor do Contrato, Gestor Central do Contrato, Gestor Setorial do Contrato, Fiscal Requisitante, Fiscal Técnico, Fiscal Administrativo, Fiscal Setorial, bem como seus respectivos suplentes.
- 4- Nos termos do §1º, do art. 117, da Lei nº 14.133, de 2021, o membro da equipe de gestão e fiscalização do contrato especificamente responsável pela atribuição anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 5- Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o membro da equipe de gestão e fiscalização do contrato especificamente responsável pela atribuição emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6- Os fiscais requisitante, técnico, administrativo ou setorial do contrato informarão ao respectivo gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 7- No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, os fiscais requisitante, técnico, administrativo ou setorial do contrato comunicarão o fato imediatamente ao respectivo gestor do contrato.
- 8- Os membros da equipe de gestão e fiscalização do contrato, nas medidas das suas atribuições e em tempo hábil, iniciarão os trâmites pertinentes ao término do contrato sob suas responsabilidades, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- 9- Os membros da equipe de gestão e fiscalização do contrato, nas medidas das suas atribuições, verificarão a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanharão e encaminharão para as áreas respectivas a documentação pertinente para o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 10- Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, os membros da equipe de



gestão e fiscalização do contrato, nas medidas das suas atribuições, atuarão tempestivamente na solução do problema, reportando ao respectivo gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar as suas competências;

11- O(s) Gestor(es) do contrato acompanhará(ão) os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.

12- O(s) Gestor(es) do contrato tomará(ão) providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, assegurado à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

13 - O(s) Gestor(es) do contrato coordenará(ão) a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade do TRT.

14 - O(s) Gestor(es) do contrato emitirá(ão) documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

15 - O(s) Gestor(es) do contrato elaborará(ão) relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades do TRT.

5.4. Ações de transição contratual, incluindo eventual sobreposição, e de encerramento contratual

Descrição e vigência de contratos eventualmente sobrepostos, incluindo Atas de Registro de Preços:

Fornecimento de persianas verticais (blackout) e persianas tipo rolô (tela blackout) devidamente instaladas, incluindo todos os materiais acessórios necessários à instalação (ARP nº 19, 20 e 21/2024). Possível data final de vigência: 20/06/2026.

Instalação e eventual fornecimento de divisórias, portas, vidros e demais acessórios (ARP nº 64/2024). Possível data final de vigência: 18/12/2025.



Prestação de serviços de limpeza de calhas e coletores nos edifícios (Contratos nº 42, 43 e 46/2025). Possível data final de vigência: 01/07/2026.

Registro de preços para eventual prestação de serviços de manutenção predial e outros serviços comuns de engenharia nos imóveis, edificações e instalações (ARP nº 22/2024). Possível data final de vigência: 25/07/2026.

Registro de preços para eventual prestação de serviços de manutenção predial e outros serviços comuns de engenharia nos imóveis, edificações e instalações (ARP nº 24/2024). Possível data final de vigência: 29/07/2026.

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de jardinagem e paisagismo, com conservação dos jardins, vasos, canteiros e floreiras internas e externas, e com fornecimento de insumos (Contrato nº 48/2023). Possível data final de vigência: 01/02/2026.

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de jardinagem e paisagismo, com conservação dos jardins, vasos, canteiros e floreiras internas e externas, e com fornecimento de insumos (Contrato nº 30/2024). Possível data final de vigência: 13/06/2026.

Contextualmente, ressalta-se que os contratos e atas mencionados referem-se a atendimento de demandas pontuais das unidades, a exemplo de eventuais fornecimentos de materiais e prestação de serviços relacionados a persianas, divisórias e demais acessórios, jardinagem e paisagismo, limpeza de calhas, serviços de manutenção predial e outros serviços comuns de engenharia, cuja execução tem se mostrado parcialmente satisfatória, devido às novas orientações e diretrizes aplicadas em direção à prevenção das edificações.

Diante da publicação da Resolução CSJT nº 365 de 29 de setembro de 2023, que estabelece a Política de Manutenção Predial da Justiça do Trabalho, surge a necessidade de desenvolvimento de um Plano de Manutenção Predial de acordo com a norma ABNT NBR 5674, visando à definição, ao monitoramento e ao acompanhamento das ações, bem como de minimizar os custos operacionais, por meio da implementação de inspeções periódicas nos imóveis e de ações de manutenção preventiva. Dessa forma, em face do aumento das demandas institucionais e da crescente necessidade de serviços continuados, preventivos e programados, o planejamento para uma nova licitação tornou-se essencial para contratação de um fornecedor capaz de atender às novas exigências.

No entanto, dentre as opções apresentadas, a permanência dos contratos vigentes até o seu vencimento revela-se a mais apropriada, visto que assegura a continuidade dos serviços, evitando possíveis interrupções entre o término dos contratos atuais e o início dos novos; garante a execução paralela de atividades que não se sobrepõem, como obras e reformas; promove uma transição segura, para que atrasos ou ajustes na nova contratação não



prejudiquem o serviço público; converge com os princípios da razoabilidade e economicidade, já que o encerramento antecipado dos contratos vigentes poderia implicar perdas financeiras e operacionais desnecessárias. Adicionalmente, em decorrência da implantação da nova contratação, estima-se que os serviços de manutenção predial elétrica e hidrossanitária demandarão a maior parte das atividades inicialmente. Essa previsão baseia-se no elevado volume de solicitações registradas, o que implica a necessidade de alocação contínua das equipes técnicas especializadas nessas áreas durante a fase inicial da execução contratual.

Assim, conclui-se que a preservação dos contratos em vigor se mostra tecnicamente e juridicamente sustentável, em conformidade com o art. 49 da Lei nº 14.133/2021, notadamente com base nos princípios da continuidade do serviço público, da eficiência, da economicidade e do planejamento adequado.

Reitera-se, entretanto, a necessidade de implementar e observar mecanismos de fiscalização eficazes e de controle da execução contratual, com o propósito de assegurar a inexistência de sobreposição de pagamentos ou de execução indevida de serviços.

5.5. Extinção

A presente contratação poderá ser extinta:

I- por ato unilateral e escrito do TRT, nas situações previstas nos incisos I a IX do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

II- consensualmente, por acordo entre as partes, com base no art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021, e nos termos do quanto previsto no Termo de Referência, anexo ao Edital; ou

III- por decisão judicial, conforme previsto no inciso “III”, do artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021.

A contratação também poderá ser extinta caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no processo de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da contratação, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à



CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

A extinção consensual somente será admitida quando houver interesse do TRT.

A CONTRATADA reconhece os direitos do TRT em caso de extinção unilateral prevista no art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

O termo de extinção será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

I- Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

II- Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

III- Indenizações e multas.

Demais disposições acerca deste tópico estarão detalhadas na minuta contratual.

5.6. Proteção de Dados Pessoais

O Tribunal e a CONTRATADA deverão cumprir rigorosamente os deveres previstos na Lei no 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), adotando medidas eficazes para a proteção de dados pessoais a que tenham acesso por força da execução desta contratação.

Para os fins dispostos na LGPD, a CONTRATADA é considerada ""Operadora"" e DECLARA, no ato de formalização da contratação, que tem ciência da Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais deste Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, instituída pelo Ato Regulamentar GP no 004/2025.

Os dados pessoais obtidos em decorrência desta contratação somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios elencados no artigo 6º da LGPD.

É vedado o compartilhamento dos dados pessoais com terceiros, salvo expresse consentimento do Tribunal e nas hipóteses permitidas em Lei.

Terminado o tratamento, os dados pessoais deverão ser eliminados ou devolvidos ao TRT, sendo permitida a conservação apenas para as hipóteses estabelecidas no artigo 16 da LGPD, inclusive quando houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais, enquanto não prescritas.



Para preservar os direitos dos titulares e minimizar eventuais prejuízos, qualquer incidente de segurança deverá ser formalmente comunicado ao Encarregado pelo tratamento de dados pessoais do TRT, em até 2 (dois) dias úteis da ciência do fato.

5.7. Garantia da Execução

A contratação conta com garantia para a execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a 3% (três por cento) do valor anual do contrato.

A garantia deverá ser prestada nos seguintes prazos:

I- Em se tratando da modalidade prevista no inciso “II” do parágrafo 1º do art. 96 da Lei 14.133, de 2021, no prazo máximo de 1 (um) mês da data de notificação para a assinatura contratual, nos termos da forma de comunicação estabelecida nesta contratação;

II- Em se tratando das demais modalidades previstas no parágrafo primeiro do art. 96 da Lei 14.133, de 2021, no prazo máximo de 20 (vinte) dias da data de assinatura do contrato.

fica disposto, ainda, que:

I- A notificação para definição e apresentação da referida garantia, de que trata o inciso “I”, dar-se-á a partir do primeiro dia útil após a homologação do certame licitatório que deu origem a esta contratação;

II- A não manifestação de escolha sobre a modalidade da garantia a ser apresentada ou a não apresentação da garantia no prazo disposto no inciso “I” do parágrafo primeiro desta cláusula configura opção de escolha da CONTRATADA pelas demais modalidades de garantia descritas nos incisos I, III e IV do art. 96 da Lei 14.133, de 2021, sendo, então providenciada a assinatura do contrato. Vencido o prazo estabelecido no inciso “II” do parágrafo primeiro desta cláusula ou sendo apresentada a garantia na modalidade “seguro -garantia, conforme inciso “I” do art. 96 da Lei 14.133, de 2021, poderá o TRT, a seu exclusivo critério, a aplicar a medida estabelecida no parágrafo vinte e dois desta cláusula e/ou a instruir o respectivo processo de sanção, conforme o caso.

Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do Contrato e até 3 (três) meses após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas.

A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as eventuais modificações referente à vigência do Contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.



A modalidade seguro-garantia somente será aceita se possuir o respectivo registro na Superintendência de Seguros Privados.

Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de eventual renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto na hipótese de suspensão do Contrato por ordem ou inadimplemento do TRT.

Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva do TRT e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

Na hipótese de suspensão do Contrato por ordem ou inadimplemento do TRT, à CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pelo TRT.

A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- 1- prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 2- multas moratórias e punitivas aplicadas pelo TRT à CONTRATADA; e
- 3- obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do TRT, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil (BCB), e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

No caso de alteração do valor do Contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá



ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, à CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

O TRT executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia após 3 (três) meses do término da vigência contratual, do recebimento definitivo do objeto do Contrato e do processamento de qualquer procedimento administrativo ou judicial para aplicação de penalidade e, ainda, da verificação da inexistência dos prejuízos assegurados pela garantia.

A extinção tratada no item anterior dependerá de declaração do TRT, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do Contrato.

O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pelo TRT quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, de acordo com o art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao Contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n.º 662, de 11 de abril de 2022.

O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo TRT com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

A CONTRATADA autoriza o TRT a reter dos pagamentos, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista na documentação da contratação e neste documento.

O bloqueio efetuado com base no item anterior não gera direito a qualquer tipo de compensação financeira à CONTRATADA.

A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado a título de garantia por quaisquer das modalidades de garantia previstas neste Contrato.

A garantia contratual de execução é independente de:

1 - Eventual garantia do serviço prevista especificamente no Termo de Referência;



2 - Eventual garantia adicional nas modalidades de que trata o art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021 como condição para a antecipação de pagamento.

5.8. Garantia da Proposta

Será exigida garantia da proposta, conforme justificativa detalhada nos Estudos Técnicos Preliminares, no valor de 0,1% sobre o valor anual estimado para a contratação do grupo composto pelos itens 1 e 2 e 0,1% do valor anual estimado para os itens 3 e 4 individualmente, em consonância com o art. 58, caput e §1º, da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, para maior clareza, seguem abaixo os valores monetários:

a) Para o Grupo 1 - Item 1: R\$ 1.388,93 (Mil, trezentos e oitenta e oito reais e noventa e três centavos).

b) Para o Grupo 1 - Item 2: R\$ 1.457,08 (Mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e oito centavos).

Totalizando o valor de R\$ 2.846,01 dentro do grupo.

c) Para o Item 3: R\$ 1.632,82 (Mil, seiscentos e trinta e dois reais e oitenta e dois centavos).

d) Para o Item 4: R\$ 1.671,59 (Mil, seiscentos e setenta e um reais e cinquenta e nove centavos)

5.9. Subcontratação

É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 40% do valor total do contrato, nas seguintes condições:

I- É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

Serviços referentes à Supervisão Técnica Predial (STP) e Serviços Integrados de Manutenção Preventiva e Reparos (SIMPRES), bem como o fornecimento de materiais e insumos para a execução desses serviços, exceto em casos específicos que sejam autorizados previamente pela fiscalização técnica do contrato.

II- Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas/etapas acessórias do objeto ou os seguintes serviços especializados:

Em face da diversidade e imprevisibilidade inerentes aos serviços prestados e materiais



aplicados nos imóveis em contratos de manutenção predial, bem como das demandas específicas e da dificuldade em se identificar uma empresa que possua todos os profissionais necessários à execução das parcelas do objeto, a fiscalização poderá admitir a subcontratação de serviços pela contratada, especificamente no tocante a serviços sob demanda, inclusive de engenharia, serviços com alto padrão de especialidade e manutenções corretivas suplementares ou emergenciais, sem que haja transferência de responsabilidade, desde que haja aprovação expressa da fiscalização e observância das condições estabelecidas no Termo de Referência.

A contratada deverá informar, previamente, os motivos que determinaram a subcontratação e a identificação da empresa subcontratada. Deverá, ainda, assegurar que a empresa subcontratada tenha pleno conhecimento e cumpra integralmente as obrigações estabelecidas, inclusive quanto às condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.

A CONTRATADA, quando do início da contratação e sempre que exigido, em conjunto com o subcontratado ou isoladamente, será responsável por apresentar ao TRT a documentação relativa ao subcontratado que comprove:

- a) a manutenção da capacidade técnica exigida em edital;
- b) a manutenção das demais condições de habilitação e qualificação em conformidade com o inciso XVI do art. 92 da Lei nº 14.133/2021, entre elas a regularidade Fiscal e Trabalhista do subcontratado, bem como a certificação de que o subcontratado não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor.

Para os efeitos da verificação da regularidade Fiscal e Trabalhista do subcontratado, devem ser mantidas durante a vigência do contrato e enquanto persistirem os pagamentos, devidamente válidas e atualizadas, as seguintes certidões de regularidade, cuja autenticidade será verificada pela Internet:

- I- expedidas conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), a Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- II- expedido pela Caixa Econômica Federal (CEF), o Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF);
- III- expedida pela Justiça do Trabalho, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

Para os efeitos da verificação da suspensão e do impedimento do direito de licitar e/ou contratar com a Administração Pública por parte do subcontratado, a comprovação dar-se-á, conforme o caso, por:



I- consulta ao sítio do Tribunal de Contas da União, de acordo com a certidão consolidada de pessoa jurídica, que compreende a verificação da Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos do próprio TCU, bem como do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade - CNIA, do Conselho Nacional de Justiça, e, ainda, das verificações do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, e do Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, ambos do Portal Transparência, e/ou

II- por consulta ao Portal Nacional de Compras Públicas que deverá, dentre outras funcionalidades, oferecer acesso ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

No caso de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte (art. 48, II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e art. 7º, do Decreto nº 8.538, de 2015), deverão ser observadas, ainda, as seguintes disposições específicas:

I - A CONTRATADA deverá apresentar, ao longo da vigência contratual, sempre que solicitada, a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;

II - A CONTRATADA deverá substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o TRT, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

III - A CONTRATADA será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação;

IV - Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o TRT pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

A subcontratação depende de autorização prévia do TRT, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.



A CONTRATADA apresentará ao TRT documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

Fica vedado à qualquer subcontratado, pessoa física ou jurídica nas pessoas de seus dirigentes:

a) possuir vínculos de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com ocupante de cargo de direção e assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRT ou com agente público nomeado pelo TRT que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente, nos termos do que dispõe o parágrafo 3º do art. 122 da Lei 14.133/2021 c/c o art. 3º da Resolução nº 7, de 18/10/2005, do Conselho Nacional de Justiça, com redação dada pela Resolução nº 9/2005;

b) caucionar ou utilizar o contrato firmado para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência do TRT.

A vedação a que se refere a alínea “a” do item acima alcança o parentesco natural e civil, na linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

O descumprimento de quaisquer das obrigações definidas em edital e/ou no termo de Contrato por parte do subcontratado, poderá, a critério do TRT, ensejar a rescisão do contrato, com as consequências pertinentes à rescisão por culpa da CONTRATADA.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

6.1. Forma de recebimento provisório e definitivo

A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item, bem como eventuais dispositivos descritos ao longo deste documento, além do(s) IMR(s) previstos em arquivo anexo a este Termo de Referência.

Os recebimentos provisório e definitivo do objeto contratado pelo TRT observarão os parâmetros do quanto disposto nos arts. 140 a 146 da Lei 14.133/2021 e deverão, ainda, serem realizados conforme as disposições a seguir.

O Termo de Recebimento Provisório será processado pelo(a) gestor da contratação ou responsável(eis) formalmente designado(s) para tal em até 5 (cinco) dias úteis após a entrega do bem ou do resultado do serviço prestado nas formas e nos prazos previstos neste documento; contudo, a tradição do objeto ou o término dos serviços apenas transferem a posse do bem ou o resultado dos serviços e não implicam, por qualquer modo, a aceitação por parte do TRT quanto ao total adimplemento da obrigação, restando pendentes os exames, os testes e as verificações cabíveis para a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.



O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da CONTRATADA com a comprovação da execução do objeto a que se refere o valor a ser pago.

A não emissão do Termo de Recebimento Provisório, ou a sua emissão com ressalvas, ocorrerá se a tradição do bem ou a entrega dos resultados dos serviços prestados não ocorrerem, ocorrerem de forma incompleta e/ou em desacordo com as regras da contratação, cabendo à CONTRATADA o contraditório.

O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

O Termo de Recebimento Definitivo, que atestará o adimplemento da obrigação contratual, será exarado nos termos previstos neste documento e emitido pelo(a) gestor da contratação ou responsável(eis) formalmente designado(s) para tal em até 5 (cinco) dias úteis contado(s) da data do Recebimento Provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

A gestão/fiscalização não efetuará o completo ateste até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021).

Independentemente dos Termos de Recebimento Provisório e/ou Definitivo, permanece a responsabilidade da CONTRATADA pela correta execução do objeto, cabendo as medidas administrativas ou judiciais pertinentes em casos de vícios ocultos.

Nas medidas de suas aplicações, a emissão dos Termos de Recebimento Provisório e/ou Definitivo, levará em conta e versará sobre a aplicação do Instrumento de Medição de Resultados - IMR, se o caso, bem como de demais glosas pertinentes.

Fica, ainda, estabelecido que no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.2. Faturamento

No texto da(s) nota(s) fiscal(is), ou fatura(s), relativa(s) ao objeto contratado deverá constar: a data de emissão, o objeto detalhado do fornecimento dos bens, com modelo e fabricante, e da prestação dos serviços, indicando as respectivas quantidades entregues e relações de serviços prestados; os valores unitários e totais da entrega e da mão de obra (serviços), o



valor de retenções tributárias cabíveis, e, se o caso, o mês e a parcela a que se refere a quitação, bem como o número do processo que deu origem a esta contratação

A(s) nota(s) fiscal(is), ou fatura(s), deverá(ão) ser emitida(s) a partir do primeiro dia útil do mês subsequente ao da entrega do objeto ou sua parcela e transmitida(s) ao Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO) até o dia 15 (quinze) do mês da emissão das notas fiscais, ou faturas.

Se o último dia do prazo previsto no subitem anterior não for dia útil, a transmissão da(s) nota(s) fiscal(is), ou fatura(s) ao Sistema SIGEO deverá ser antecipada para o dia útil imediatamente anterior.

A(s) nota(s) fiscal(is), ou fatura(s), será(ão) protocolizadas pelo gestor no ato do seu recebimento no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO).

Havendo erro na apresentação da(s) nota(s) fiscal(is), ou fatura(s), ou circunstância que impeça(m) a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TRT.

6.3 Pagamento

(Observação: PAGAMENTO DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS - CADASTRO OBRIGATÓRIO

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), por meio da resolução nº 245/2019, instituiu o Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO). A finalidade do SIGEO é o processamento de informações relacionadas ao planejamento, à execução e ao acompanhamento orçamentário e financeiro da Justiça do Trabalho. Assim, o envio das notas fiscais e certidões deverá ocorrer pelo sistema SIGEO e, com isso, os prestadores de serviço e fornecedores do TRT-15 deverão realizar o cadastro obrigatório no sistema, inserindo os documentos solicitados no sistema. ATENÇÃO: Reforçamos a informação de que o pagamento somente ocorrerá após o devido preenchimento do cadastro no sistema SIGEO e a inserção dos documentos solicitados, por parte da empresa contratada.)

As regras de pagamento são as abaixo indicadas:

O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira do TRT, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto, conforme dispõe o artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, sendo o crédito providenciado por meio de ordem bancária, na conta corrente indicada pela CONTRATADA no processo licitatório.



Excepcionalmente, o pagamento poderá ser realizado por meio de fatura/boleto bancário que contenha código de barras. Neste caso, o referido documento deverá ser emitido pelo seu valor líquido, devendo constar em seu corpo o valor bruto da contratação, além dos valores dos tributos que serão retidos na operação. No caso de divergência entre os valores lançados no documento pela CONTRATADA e aqueles que deverão ser retidos/recolhidos pelo TRT, o pagamento se dará, obrigatoriamente, por depósito em conta corrente.

O pagamento será efetuado com base no serviço efetivamente prestado ou no objeto efetivamente entregue, e por ocasião de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, as regularidades das certidões exigidas em edital serão verificadas pela área administrativa do TRT, que:

- a) Verificando irregularidade, providenciará a notificação da CONTRATADA, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do TRT;
- b) Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o TRT deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;
- c) Persistindo a irregularidade, o TRT deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa;
- d) Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do Contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação.

O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias descritas em contrato.

No dia útil posterior ao da sua emissão, a ordem bancária de pagamento será remetida ao Banco do Brasil S/A – Posto de Atendimento do TRT. O período seguinte, até o efetivo crédito dos valores na conta corrente da Contratada, refere-se aos trâmites interbancários.

Fica estabelecido o limite máximo de 1 (um) mês, contado da emissão da Nota Fiscal/Fatura, para que haja o efetivo pagamento do valor contratado ou das parcelas de pagamento



ajustadas, conforme o caso de suas exigibilidades, devidos pelo TRT pelas despesas contratadas.

No caso de atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo TRT encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos moratórios devidos;

N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e

VP = Valor da prestação em atraso.

A realização do pagamento à Contratada somente ocorrerá após seu devido cadastramento no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO), bem como a inserção dos documentos solicitados no Sistema.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável e independentemente do percentual de tributo inserido no documento, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento, sendo que dos consequentes termos de recebimento elaborado pelos Fiscais Técnico e Requisitante, para posterior pagamento, deverão constar as seguintes informações ou serem atendidas as condições abaixo:

I- a solução deve ser compatível com o objeto, quando este for fracionável em unidades autônomas, as quais permitem identificar as parcelas adimplidas das não adimplidas;

II- deve estar configurado que o atingimento de determinadas parcelas do objeto, ainda que identificáveis, não produz implicações para o restante da prestação do serviço e/ou do fornecimento contratados.



O efetivo pagamento da parte incontroversa, no entanto, deverá levar em consideração possíveis glosas que recaiam sobre a Contratada nos termos delineados em Leis e regulamentos aplicáveis ou na documentação da contratação firmada.

Sempre que for exigido, em todo e qualquer processamento de pagamento no âmbito do TRT, inclusive os tipos delineados nos artigos 142 a 145 da Lei 14.133/2021, bem como o pagamento direto descrito no inciso IV do § 3º do artigo 121 da mesma Lei 14.133/2021, quando e se aplicáveis, e nas medidas e formas de suas exigibilidades, será sempre observada a aplicação do Instrumento de Medição de Resultados - IMR, de forma que, sempre que possível, a emissão da Nota Fiscal/Fatura contemple as glosas que, eventualmente, sejam aplicadas.

Não sendo possível a emissão de Nota Fiscal/Fatura contemplando a incidência do Instrumento de Medição de Resultados - IMR, conforme item anterior, o termo de recebimento definitivo, emitido pelo agente designado ou pela equipe responsável pelo recebimento, deverá indicar o percentual de glosa cabível.

A incidência de IMR descrita no item anterior contemplará a indicação de retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

- I- não produziu os resultados acordados;
- II- deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- III- deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

6.3.1. Quanto a possibilidade de antecipação de pagamento.

A presente contratação não permite a antecipação de pagamento, parcial ou total, do valor contratado.

6.4. Reajuste

6.4.1. Índice de reajuste que deverá ser adotado, nos termos do art. 25, § 7º da Lei 14.133/2021:

Após o interregno de um ano, a contar da data do orçamento estimado pelo TRT, independentemente de pedido da Contratada, o Custo Direto (CD) dos itens constantes da



planilha orçamentária referencial - dados gerais (Anexo E), a saber: Supervisão Técnica Predial (STP), Serviços Integrados de Manutenção Preventiva e Reparos (SIMPRE), deslocamento, diárias e fornecimento e instalação de persianas deverão ser reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA para a praça de São Paulo (classificação grupo reparos - código 2103), acumulado nos últimos doze meses anteriores ao reajuste.

Os insumos de consumo e os serviços sob demanda utilizados no âmbito do contrato, cujos valores serão pagos com base nas tabelas SINAPI/SP, CPOS e SIURB, terão seus Custos Diretos (CD) reajustados automaticamente após o transcurso de um ano, contado a partir da data do orçamento estimado pelo TRT, independentemente de solicitação da Contratada. Os novos valores corresponderão aos Custos Diretos (CD) de itens constantes nas versões mais recentes das tabelas SINAPI/SP, CPOS e SIURB, publicadas e disponíveis na data base do reajuste, assegurando a adequação dos valores aos custos correntes de mercado.

Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado pelo TRT, indicado no Termo de Referência.

Com relação à prestação do serviço de engenharia, o orçamento estimado pelo TRT resulta das planilhas referenciais, com respectivas datas, indicadas no Termo de Referência.

Após o interregno de um ano, independentemente de pedido da CONTRATADA, e exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, o valor do(s) objeto(s) contratado(s), se o caso, será reajustado anualmente, a contar da(s) data(s) do orçamento estimado pelo TRT, indicada no Edital ao qual está vinculada esta contratação, pela variação do(s) índice(s) de variação de preços indicado(s) no Termo de Referência verificada nos últimos doze meses anteriores ao reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do(de qualquer dos) índice(s) de reajustamento, o TRT pagará à CONTRATADA a importância vigente, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

Caso o(qualquer dos) índice(s) estabelecido(s) para o reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo contratual específico.

O reajuste será realizado por apostilamento e implicará a análise do quanto já foi executado e



do quantitativo por executar, sendo este montante de saldo a executar a base de cálculo sobre o qual incidirá o reajuste.

6.5. Possibilidade de operação de crédito garantida por cessão fiduciária dos direitos de créditos decorrentes desta contratação (Cessão de Crédito):

Fica vedado à contratada caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência do TRT.

Quando for permitido, não surtirá efeito sem o cumprimento das seguintes condições:

I- A prévia e expressa anuência do TRT, ficando estipulado que:

a) a não comunicação importará a ineficácia da cessão de crédito estabelecida, permanecendo regular o pagamento à CONTRATADA, conforme o artigo 290 da Lei nº 10.406, de 2002;

b) a simples notificação da Cessão do Crédito não consubstancia o consentimento do TRT sobre o fato; um termo firmado entre as partes, com fulcro na alínea “c”, do Inciso II, do artigo 124 da Lei 14.133 de 2021, será o documento apropriado para a formalização e efetivação da cessão, e será assinado também pelo adquirente como anuente, o qual deverá realizar seu cadastro no sistema SIGEO e fornecer os dados do seu representante para cadastro no sistema PROAD;

II- Tendo em vista o disposto na alínea “b” do inciso anterior, no caso de ocorrência da situação prevista no artigo 102, da Lei 14.133 de 2021, a Seguradora também assinará o aditamento como interveniente anuente.

III- A cessão de crédito não exonera a CONTRATADA de continuar mantendo as condições de habilitação e qualificação em conformidade com o inciso XVI do art. 92 da Lei 14.133 de 2021. E, a CONTRATADA e o Adquirente do crédito, em conjunto ou separadamente, deverão comprovar, inicialmente e sempre que exigido, a regularidade Fiscal e Trabalhista do Adquirente, bem como da certificação de que o Adquirente não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor;

IV- Os valores que, porventura, forem retidos pelo TRT da Nota Fiscal/Fatura da CONTRATADA e que sejam relativos ao cumprimento das garantias contratuais estipuladas na legislação aplicável, em especial os dispositivos constantes dos artigos 96 a 102 da Lei 14.133 de 2021, serão também deduzidos do montante da cessão de crédito e por consequência do depósito à Adquirente.

V- Com base na alínea “c”, do Inciso II, do artigo 124, da Lei 14.133 de 2021, fica



estabelecido que a cessão de crédito não importará, em hipótese alguma, a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação da execução do objeto, ficando os créditos exigíveis somente nas correspondentes datas de suas respectivas exigibilidades, inclusive ao que pertine ao completo processamento, ainda que finda a vigência da contratação."

VI- A cessão de crédito não afeta a execução do objeto contratado, que continuará sob a responsabilidade da CONTRATADA. E, salvo apenas a alteração da forma de pagamento relativa ao depósito de valores, ficam mantidas todas as obrigações estabelecidas no Edital e seus anexos, inclusive as condições de preparo para o pagamento com a disponibilização no sistema SIGEO da Nota Fiscal/Fatura emitida, sem a qual, fica o TRT desobrigado de realizar o efetivo pagamento enquanto não forem supridos os requisitos necessários, não podendo nem a CONTRATADA, nem o Adquirente do crédito, suscitar qualquer tipo de inadimplemento por parte do TRT.

O descumprimento de qualquer das disposições deste item ensejará a rescisão da presente contratação, com as consequências pertinentes à rescisão por culpa da CONTRATADA, nos termos do Termo de Referência, anexo ao Edital.

É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte do TRT, salvo nos casos previstos em Lei.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O Valor Máximo Estimado a ser considerado para o Edital, bem como a respectiva data estão indicados a seguir.

Estimativa do Valor da Contratação do Item 1: R\$ 1.388.939,52. (Um milhão, trezentos e oitenta e oito mil, novecentos e trinta e nove reais e cinquenta e dois centavos)

Estimativa do Valor da Contratação do Item 2: R\$ 1.457.086,45. (Um milhão, quatrocentos e cinquenta e sete mil, oitenta e seis reais e quarenta e cinco centavos)

Estimativa do Valor da Contratação do Item 3: R\$ 1.632.821,66. (Um milhão, seiscentos e trinta e dois mil, oitocentos e vinte e um reais e sessenta e seis centavos)

Estimativa do Valor da Contratação do Item 4: R\$ 1.671.594,83. (Um milhão, seiscentos e setenta e um mil, quinhentos e noventa e quatro reais e oitenta e três centavos)

Estimativa do Valor Total da Contratação: R\$ 6.150.442,46. (Seis milhões, cento e cinquenta mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e quarenta e seis centavos)



Maiores detalhes, tais como os preços unitários referenciais, estão inseridos nas planilhas orçamentárias referenciais (Anexos E, F, G e H) deste Termo de Referência.

Obs: o valor estimado da contratação é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

Data do Orçamento Estimativo: 06/04/2026

Os preços unitários referenciais, as memórias de cálculo e os documentos que lhe dão suporte estão juntados aos documentos n.ºs 50, 127 a 143 dos autos, e também estão disponíveis na página de transparência deste Tribunal, que pode ser acessada pelo link a seguir:

https://docs.google.com/spreadsheets/d/18nxxrx5f5TjF0A_DbAOH4fTejFuvWDUWoxbeXsJaB0/

9.1. Para a precificação do objeto, deverá ser levada em consideração a Matriz de Alocação de riscos, em documento anexo a este Termos de Referência.

8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Conforme informado no "Anexo B - Classificação Orçamentária" parte deste documento.

9. SUSTENTABILIDADE

9.1. Critérios exigíveis a todas as contratações que incluem prestação de serviço:

Deverá ser observado, do Guia de contratações Sustentáveis - 3ª edição, o seu item 2 - Recomendações gerais:

a) Inclusão social

a.1) Deve-se exigir das empresas contratadas para a prestação de serviços que empreguem um número

de jovens aprendizes equivalente a cinco por cento (5%), no mínimo, e quinze por cento (15%), no máximo, dos

trabalhadores existentes, conforme estipula o Art. 429 da CLT (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

a.1.1) Ficam dispensadas da obrigação acima as microempresas e empresas de pequeno porte, em

consonância ao art. 56, I do decreto 9579/2018, bem como do art. 51,III da LC 123/2006.

a.2) Caso a presente contratação de serviços tenha valor anual acima de R\$ 330.000,00 (trezentos e



trinta mil reais) e refira-se à prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, conforme estabelece o Decreto nº 9.450/2018, deve-se exigir da contratada o emprego de mão de obra formada por pessoas presas ou egressas do sistema prisional, nos termos dispostos na Lei nº 14.133/2021

A empresa deverá contratar, para cada contrato que firmar, pessoas presas, em cumprimento de pena

em regime fechado, semiaberto ou aberto, ou egressas do sistema prisional, nas seguintes proporções:

- 3% das vagas, quando a execução do contrato demandar duzentos ou menos funcionários;
- 4% das vagas, quando a execução do contrato demandar duzentos e um a quinhentos funcionários;
- 5% das vagas, quando a execução do contrato demandar quinhentos e um a mil funcionários; ou
- 6% das vagas, quando a execução do contrato demandar mais de mil empregados.

a.3) A contratada deverá cumprir as seguintes cotas:

- de gênero: manter o equilíbrio entre homens e mulheres, preservando o mínimo de 50% de pessoas do sexo feminino, caso a contratação refira-se à prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra;
- de inclusão de pessoas negras: manter um percentual mínimo de pessoas negras, visando atender ao disposto nos arts. 38 e 39 do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010); caso a contratação refira-se à prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra; e
- de pessoas com deficiência: cumprimento ao quantitativo mínimo previsto, de acordo com o art. 93 da Lei nº 8.213/1991, que estabelece que a empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência.

Deve-se observar a reserva de, no mínimo 5% (cinco por cento) das vagas nos contratos que envolvam prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do disposto no inciso XVI do caput do art. 6º da Lei n. 14.133/2021, para as mulheres incluídas em uma das seguintes situações previstas:

- I – mulheres vítimas de violência física, moral, patrimonial, psicológica ou sexual, em razão do gênero, no contexto doméstico e familiar;
- II – mulheres trans e travestis;
- III – mulheres migrantes e refugiadas;
- IV – mulheres em situação de rua;
- V – mulheres egressas do sistema prisional; e
- VI – mulheres indígenas, camponesas e quilombolas.

b) combate ao Trabalho Infantil e ao Trabalho forçado



b.1) A contratada deve comprovar, como condição prévia à assinatura do contrato e durante a vigência contratual, sob pena de rescisão contratual, o atendimento das seguintes condições:

b.1.1) não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016; e

b.1.2) não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto:

- Nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988;
- Nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro;
- No Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo);
- Nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105;
- No Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT);
- Nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho;
- No Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

c) Saúde e Segurança do Trabalho

c.1) Nos contratos de prestação de serviços, deve-se obedecer às normas técnicas, de saúde, higiene e de segurança do trabalho, fornecendo aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços e fiscalizando o seu uso, conforme consta da Norma Regulamentadora MTE nº 06.

9.1.2. Logística reversa

Caso se aplique, é de responsabilidade da contratada a disposição final responsável e ambientalmente adequada dos resíduos, após o uso, em observância ao disposto no art. 33 da Lei nº 12.305/2010, obedecendo ao disposto na ABNT 10004:2004 e em conformidade com o respectivo acordo setorial, termo de compromisso ou Decreto nº 9.177/2017, devendo, para tanto, informar em sua proposta a forma de implantação da logística reversa, com indicação de um responsável e seu contato (nome, telefone e e-mail), a quantidade mínima para solicitação da coleta e a forma de destinação ambientalmente adequada que se dará aos resíduos oriundos da contratação.

• São considerados apropriados os seguintes procedimentos de destinação ambientalmente adequada:

- a) A devolução ao fabricante/importador que possua sistema de logística reversa;
- b) O encaminhamento para empresas recicladoras, responsáveis pela desmontagem, descaracterização, reaproveitamento, reciclagem dos produtos e tratamento final dos rejeitos,



desde que licenciadas pelo órgão ambiental competente.

- No decorrer do contrato, poderá ser exigido do fornecedor apresentação de documentos comprobatórios dos procedimentos adotados para a destinação ambientalmente adequada dos resíduos, nos termos da legislação vigente e da proposta apresentada pelo fornecedor, dentro das prerrogativas e competências da fiscalização do contrato.
- A veracidade das informações prestadas é de responsabilidade do fornecedor, por elas respondendo civil, criminal e contratualmente, conforme legislação vigente.
- Todo custo referente à realização da logística reversa correrá por conta da contratada, não havendo ônus para o contratante.
- A contratada é responsável pela logística reversa somente das quantidades efetivamente fornecidas.
- O não cumprimento das exigências relativas à logística reversa sujeita a contratada às penalidades previstas no caso de inexecução do objeto.

Ainda conforme a Lei nº 12.305/2010, todos os produtos que possuem sistemas de logística reversa implantados como, por exemplo, os abaixo listados, deverão ter seus destinos de acordo com regramento previsto no site: <https://sinir.gov.br/perfis/logistica-reversa/> :

- agrotóxicos e seus resíduos e embalagens;
- baterias de chumbo ácido;
- eletroeletrônicos e seus componentes;
- embalagens de Aço, embalagens plásticas de óleos lubrificantes, e embalagens em geral;
- lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;
- medicamentos e seus resíduos e embalagens;
- óleos lubrificantes usados ou contaminados; e
- pilhas e baterias, dentre outros.

9.1.3. Resíduos decorrentes da contratação

A contratada será responsável pela destinação ambientalmente adequada de todos resíduos decorrentes da contratação.

9.1.4. Informar se há, no "Guia de Contratações Sustentáveis CSJT - 4ª Edição", critérios específicos de sustentabilidade a serem observados, além dos já descritos acima:

Além daqueles eventualmente presentes na descrição do objeto, há critério(s) estabelecido(s) no "Guia de Contratações Sustentáveis - 4ª Edição" instituído pelo CSJT que deverá(ão) ser observado(s) na presente contratação, conforme discriminado a seguir:



Item(ns) ou parcela(s) do objeto a que se aplica	Requisito e/ou Exigência do Guia de Contratações Sustentáveis CSJT - 4ª edição
Manutenções de áreas verdes	<p>Para execução do serviço, a contratada deverá utilizar somente produtos orgânicos e/ou biodegradáveis, bem como utilizar defensivos contra pragas com menor potencial de toxicidade, conforme previsto na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, que estabelece como possível critério de sustentabilidade que os bens sejam constituídos por material atóxico e biodegradável. Caso a utilização de produtos orgânicos e/ou biodegradáveis seja tecnicamente inviável, o responsável técnico deverá justificar o uso de outros produtos, utilizando obrigatoriamente produtos com aprovação de dossiê toxicológico pela Anvisa, de dossiê ecotoxicológico pelo Ibama e devidamente registrados no Ministério da Agricultura, os quais devem ter sempre baixa toxicidade.</p> <p>Os agrotóxicos utilizados devem, obrigatoriamente, possuir registro no Ministério da Agricultura, conforme previsto no art. 8º do Decreto nº 4.074/2002, que prevê que os agrotóxicos, seus componentes e afins só poderão ser produzidos, manipulados, importados, exportados, comercializados e utilizados no território nacional se previamente registrados no órgão federal competente, atendidas as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores de agricultura, saúde e meio ambiente.</p> <p>A contratada deverá efetuar o recolhimento das embalagens vazias e respectivas tampas dos agrotóxicos e afins utilizados, comprovando a destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Lei nº 12.305/2010, que obriga os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de agrotóxicos, seus resíduos e embalagens a estruturar e implementar sistemas de logística reversa.</p>
Energia elétrica	<p>Nas atividades de manutenção predial deve-se prezar pela boa gestão energética nos edifícios, por meio de ações como:</p> <ul style="list-style-type: none">● Aproveitamento da ventilação e iluminação naturais dos edifícios;● Levantamento periódico da situação das instalações elétricas e proposição de alterações para redução do consumo;● Monitoramento do consumo de energia, priorizando a medição individualizada, preferencialmente por seção ou uso final (iluminação, condicionamento de ar e outros);● Redução do consumo no “horário de ponta”, no qual o valor do kW/h é mais elevado; e● Realização de campanhas de conscientização.
Iluminação	<p>Os equipamentos irrecuperáveis ou antieconômicos devem ser inutilizados, descartados ou submetidos ao desfazimento com destinação ambientalmente adequada, de acordo com a natureza e tipo do bem.</p> <p>As lâmpadas e seus componentes devem ser armazenados adequadamente, evitando danos e avarias que proporcionem perda, contaminação ou liberação de substâncias nocivas, para viabilizar posterior recolhimento, transporte e descarte.</p> <p>A contratada deve efetuar recolhimento e descarte das lâmpadas e seus componentes após utilização, bem como de seus resíduos e embalagens, enviando o material ao fabricante ou empresa recicladora onde ocorrerá reciclagem ou descarte ambientalmente adequado. Deverá, ainda, comprovar a destinação adequada por meio de histórico e documentações comprobatórias dos descartes efetuados.</p>
Água e esgoto	<p>Nas atividades de manutenção predial deve-se prezar pela boa gestão dos recursos hídricos, por meio de ações como:</p> <ul style="list-style-type: none">● Levantamento da situação das instalações hidráulicas e propor alterações necessárias para redução do consumo;● Monitoramento do uso da água, priorizando sistema de medição individualizado de consumo de água;● Criação de rotinas de irrigação de jardins, estabelecendo períodos padronizados para essa atividade em cada época do ano;



	<ul style="list-style-type: none">• Preferência ao uso de descargas e torneiras mais eficientes;• Torneiras com dispositivo arejador, com sensores ou de fechamento automático;• Bacias sanitárias com caixa acoplada e com sensores ou com válvulas de descarga de duplo acionamento ou a vácuo;• Rotinas preventivas e corretivas de manutenção para identificação e reparo de vazamentos ao longo da rede hidráulica; e• Realização de programa interno de treinamento dos empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de água.
--	---

10. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Os Estudos Técnicos Preliminares que fundamentam a presente contratação estão juntados ao PROAD Proad 6505/2025, cuja cópia está disponibilizada no portal deste Tribunal, e pode ser acessada através do link: <https://trt15.jus.br/transparencia/contas-publicas/pregoes-eletronicos>

.